REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 019 SEXTA-FEIRA, 27 DE FEVEREIRO DE 2015

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)
3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

*** As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).**

LIDERANÇAS

Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22	**Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT) - 20**	**Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16**
.....	**Líder**	**Líder**
Líder do PMDB - 18	**Humberto Costa - PT** (21,27)	**Alvaro Dias - PSDB** (22)
Líder do PSD - 4	.....	.....
Omar Aziz (11)	**Líder do PT - 14**	**Líder do PSDB - 11**
Vice-Líder do PSD	**Humberto Costa** (21,27)	**Cássio Cunha Lima** (15)
Sérgio Petecão (12)	**Líder do PDT - 6**	Vice-Líder do PSDB
	Acir Gurgacz (10)	Paulo Bauer (23)
	Vice-Líder do PDT	**Líder do DEM - 5**
	Telmário Mota (9)	**Ronaldo Caiado** (3)

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9	**Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9**	**PP - 5**
Líder	**Líder**	**Líder**
Lídice da Mata - PSB (19,29)	**Fernando Collor - PTB** (7,8)	**Benedito de Lira - PP** (14,18)
Vice-Líderes	Vice-Líderes	
José Medeiros (13,17,25)	Blairo Maggi (6)	
Vanessa Grazziotin (20,26)	Eduardo Amorim (5)	
Randolfe Rodrigues (24,28)	Marcelo Crivella (2,4)	
.....	.....	
Líder do PSB - 6	**Líder do PTB - 3**	
João Capiberibe (1,16)	**Fernando Collor** (7,8)	
Líder do PPS - 1	**Líder do PR - 4**	
José Medeiros (13,17,25)	**Blairo Maggi** (6)	
Líder do PSOL - 1	**Líder do PSC - 1**	
Randolfe Rodrigues (24,28)	**Eduardo Amorim** (5)	
Líder do PCdoB - 1	**Líder do PRB - 1**	
Vanessa Grazziotin (20,26)	**Marcelo Crivella** (2,4)	

EXPEDIENTE

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários
Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de
Registro e Redação Parlamentar

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, Inciso XXXI, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS

1.1 – EMENDA CONSTITUCIONAL

Nº 85/2015, que *altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação* 7

1.2 – LEI PROMULGADA

Lei nº 13.102/2015, que *altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferência de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidade de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999* 9

2 – ATA DA 18ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 26 DE FEVEREIRO DE 2015 10

2.1 – ABERTURA 10

2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE 10

2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação 12

2.2.1.1 – Aviso do Tribunal da Contas da União

Nº 81/2015, na origem, registrando recebimento do Requerimento nº 1/2015, do Senado Federal, e informando o número de autuação do referido expediente e a unidade daquele Órgão à qual foi despachado 12

2.2.1.2 – Comunicações

Da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 660/2014 **(Ofício nº 37/2015)**. *Será feita a substituição solicitada* 12

Da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 660/2014 **(Ofício nº 38/2015)**. *Será feita a substituição solicitada*. 13

Da Liderança do PR na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 660/2014 **(Ofício nº 36/2015)**. *Será feita a substituição solicitada*. 13

2.2.1.3 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 1/2015, na origem, comunicando o envio à sanção do Projeto de Lei da Câmara nº 41/2014 13

Nº 2/2015, na origem, comunicando o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 508/2011 14

2.2.1.4 – Proposta de Emenda à Constituição

Nº 14/2015, tendo como primeiro signatário o Senador Cássio Cunha Lima, que *altera o inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos* 14

2.2.1.5 – Requerimentos

Nº 85/2015, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e outros Senadores, solicitando o desarquivamento das Propostas de Emenda à Constituição nºs 12/2009; e 18/2010; dos Projetos de Lei do Senado nºs 68, 69, 81, 87, 93, 146, 148/2010; 537/2009; 410/2008; 147/2007; e 341/2004-Complementar; e do Projeto de Resolução nº 6/2007 18

Nº 86/2015, de autoria do Senador Acir Gurgacz e outros Senadores, solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 24, 35 e 210 e 221/2010; das Proposta de Emenda à Constituição nºs 3, 31 e 33/2010; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 195 e 230/2010 25

Nº 87/2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira e outros Senadores, solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 48/2009; 251, 180 e 205/2010 29

Nº 88/2015, de autoria da Senadora Ana Amélia e outros Senadores, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 69/2010 33

Nº 89/2015, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, solicitando informações ao Presidente do Tribunal de Contas da União 35

Nº 90/2015, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, solicitando a constituição de comissão externa do Senado federal com a fim de realizar diligências *in loco* junto ao Banco HSBC 35

2.2.1.6 – Esclarecimento

O Projeto de Lei do Senado nº 341/2004-Complementar, constante do Requerimento nº 85/2015, encontra-se definitivamente arquivado 36

2.2.1.7 – Projeto de Lei do Senado

Nº 56/2015, de autoria do Senador Romário, que *altera a redação do art. 1º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que assegura validade nacional as Carteiras de Identidade, regula sua expedição e dá outras providências, para atribuir fé pública às carteiras de identidade funcionais emitidas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal* 36

2.2.1.8 – Ofício do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar

S/Nº/2015, solicitando a publicação das Atas da Sessão Plenária e da Comissão Deliberativa do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar **(vide item 4.1)** 37

2.2.2 – Oradores

SENADOR *DONIZETI NOGUEIRA* – Defesa da Petrobras ante o cenário de crise enfrentado pelas empresas exploradoras de petróleo internacionais 38

SENADOR *WELLINGTON FAGUNDES*, como Líder – Satisfação com o lançamento, pela Presidência da República, dos Programas "Bem Mais Simples Brasil" e "Sistema Nacional de Baixa Integrada de Empresas"; e outro assunto 40

2.2.3 – Comunicação

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem diversas Comissões Permanentes **(Ofícios nºs 13, 15 a 22 e 24/2015)**. *Designação dos Senadores indicados* 57

2.2.4 – Oradores (continuação)

SENADOR *JORGE VIANA* – Agradecimentos ao Governo Federal pelo apoio ao Estado do Acre após as cheias do Rio Acre; e outro assunto 62

2.2.5 – Apreciação de matérias

Requerimento nº 75/2015, de autoria da Senadora Lídice da Mata. **Aprovado** 65

Requerimento nº 81/2015, de autoria do Senador Roberto Requião. **Aprovado** 65

Requerimento nº 64/2015, de autoria do Senador Walter Pinheiro. **Aprovado** 65

2.2.6 – Oradores (continuação)

SENADOR *PAULO PAIM* – Apelo ao movimento grevista dos caminhoneiros pelo fim da paralisação; e outros assuntos 66

SENADOR *JOSÉ PIMENTEL*, como Líder – Contentamento com a edição do decreto que regulamenta o programa "Bem Mais Simples Brasil", com destaque para as leis anteriormente aprovadas pelo Congresso Nacional sobre o tema 72

SENADOR *ELMANO FÉRRER* – Destaques à trajetória política e à perspectiva de atuação parlamentar de S. Exª; e outros assuntos 74

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Preocupação com o cenário econômico brasileiro 78

2.3 – ORDEM DO DIA

2.3.1 – Item 1

Projeto de Lei da Câmara nº 66/2012 (nº 6.338/2005, na Casa de origem), de autoria do Deputado Sandes Júnior, que *dispõe sobre o peso a ser transportado pelo estudante em mochila ou similares*. **Rejeitado**, após **Requerimento nº 91/2015** 81

2.3.2 – Item 2

Projeto de Lei da Câmara nº 22/2013 (nº 5.896/2009, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *dispõe sobre a licença à gestante e à adotante, as medidas de proteção à maternidade para militares grávidas e a licença-paternidade, no âmbito das Forças Armadas*. **Aprovado**. À sanção 83

2.3.3 – Item 3

Projeto de Lei da Câmara nº 35/2013 (nº 6.472/2009, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *altera a Lei nº 11.145, de 26 de julho de 2005, que institui a Fundação Universidade Federal do ABC – UFABC, e dá outras providências*. **Aprovado**. À sanção 86

2.3.4 – Item 4

Projeto de Lei da Câmara nº 114/2013 (nº 4.846/2012, na Casa de origem), de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que *altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para incluir dispositivos sobre campanhas educativas.* **Aprovado**, com as **Emendas nºs 1 e 2-CCJ/CMA** 87

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 114/2013 **(Parecer nº 3/2015-CDIR)**. **Aprovada**. À sanção ... 88

2.3.5 – Item 6 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6/2013) (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Lei do Senado nº 123/2013, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que *altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, para estabelecer a titulação em nível de pós-graduação como exigência mínima para o ingresso na Carreira de Magistério Superior*. **Retirado da pauta, nos termos do Requerimento nº 92/2015, lido e aprovado nesta oportunidade, para reexame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** 91

2.3.6 – Apreciação de matéria
Requerimento nº 70/2015, de autoria da Senadora Ana Amélia e outros Senadores. **Aprovado** 91
2.3.7 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária 92
2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA
2.4.1 – Oradores
SENADOR *LUIZ HENRIQUE* – Apelo para a aprovação da PEC que altera a idade da aposentadoria compulsória no serviço público para 75 anos 92
SENADOR *RAIMUNDO LIRA* – Considerações acerca da perspectiva de atuação de S. Exª durante o mandato parlamentar 93
2.4.2 – Comunicação
Da Liderança do PMDB e do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem diversas comissões **(Ofícios nºs 12 a 17/2015)**. *Designação dos Senadores indicados* 95
2.5 – ENCERRAMENTO 99
3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL EM 26.2.2015 99
4 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO
4.1 – Grupo Brasileiro da União Interparlamentar
Atas da Sessão Plenária e da Comissão Deliberativa do Grupo Brasileiro da União Interpalamentar 100

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
Por Unidade da Federação 102
Bancadas dos Partidos 103
Por ordem alfabética 104
6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL 105
7 – LIDERANÇAS 106
8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 107
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES
CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 109
CAS – Comissão de Assuntos Sociais 111
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 111
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 112
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle 113
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 114
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 115
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura 117
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo 119
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 120
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 121
CSF – Comissão Senado do Futuro 122
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993) 122
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993) 123
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995) 124
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013) 124
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005) 124
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001) 125
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009) 126
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010) 127
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010) 129
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012) 130
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013) 131
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013) 132

CONGRESSO NACIONAL

11 – COMISSÕES MISTAS
CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006) 133
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008) 139
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007) 139

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999)..... 140
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014)..... 141
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014)..... 141
12 – CONSELHOS E ÓRGÃO
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)..... 142
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)..... 143
Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro (Resolução nº 2/1999)..... 144

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 85

Altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 23. .....

.....

V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;

....." (NR)

"Art. 24. .....

.....

IX – educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;

....." (NR)

"Art. 167. .....

.....

§ 5º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra poderão ser admitidos, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem necessidade da prévia autorização legislativa prevista no inciso VI deste artigo." (NR)

"Art. 200. .....

.....

V – incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação;

....." (NR)

"Art. 213. .....

.....

§ 2º As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público." (NR)

"Capítulo IV

Da Ciência, Tecnologia e Inovação"

"Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.

§ 1º A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.

.....

§ 3º O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação, inclusive por meio do apoio às atividades de extensão tecnológica, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

.....

§ 6º O Estado, na execução das atividades previstas no caput, estimulará a articulação entre entes, tanto públicos quanto privados, nas diversas esferas de governo.

§ 7º O Estado promoverá e incentivará a atuação no exterior das instituições públicas de ciência, tecnologia e inovação, com vistas à execução das atividades previstas no caput." (NR)

"Art. 219. .....

Parágrafo único. O Estado estimulará a formação e o fortalecimento da inovação nas empresas, bem como nos demais entes, públicos ou privados, a constituição e a manutenção de parques e polos

tecnológicos e de demais ambientes promotores da inovação, a atuação dos inventores independentes e a criação, absorção, difusão e transferência de tecnologia." (NR)

Art. 2º O Capítulo IV do Título VIII da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes arts. 219-A e 219-B:

"Art. 219-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicos e com entidades privadas, inclusive para o compartilhamento de recursos humanos especializados e capacidade instalada, para a execução de projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação, mediante contrapartida financeira ou não financeira assumida pelo ente beneficiário, na forma da lei."

"Art. 219-B. O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) será organizado em regime de colaboração entre entes, tanto públicos quanto privados, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação.

§ 1º Lei federal disporá sobre as normas gerais do SNCTI.

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios legislarão concorrentemente sobre suas peculiaridades."

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 26 de fevereiro de 2015.

Mesa da Câmara dos Deputados	**Mesa do Senado Federal**
Deputado Eduardo Cunha Presidente	Senador Renan Calheiros Presidente
Deputado Waldir Maranhão 1º Vice-Presidente	Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente
Deputado Giacobo 2º Vice-Presidente	Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente
Deputado Beto Mansur 1º Secretário	Senador Vicentinho Alves 1º Secretário
Deputado Felipe Bornier 2º Secretário	Senador Zeze Perrella 2º Secretário
Deputada Mara Gabrilli 3ª Secretária	Senador Gladson Cameli 3º Secretário
Deputado Alex Canziani 4º Secretário	Senadora Ângela Portela 4ª Secretária

LEI Nº 13.102, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999.

Faço saber que a Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 658, de 2014, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 83. .....

§ 1º A exceção de que trata o *caput* não se aplica às prorrogações de parcerias firmadas após a entrada em vigor desta Lei, exceto no caso de prorrogação de ofício prevista em lei ou regulamento, exclusivamente para a hipótese de atraso na liberação de recursos por parte da administração pública.

....." (NR)

"Art. 88. Esta Lei entra em vigor após decorridos 360 (trezentos e sessenta) dias de sua publicação oficial." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 26 de fevereiro de 2015.194º da Independência e 127º da República – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Ata da 18ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 26 de fevereiro de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Jorge Viana, Paulo Paim, Raimundo Lira, Luiz Henrique e Dário Berger.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 3 minutos e encerra-se às 17 horas e 44 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal
55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

18ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, ÀS 14 HORAS

Período : 26/02/15 07:00 até 26/02/15 20:35

Partido	UF	Nome	Pres
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PSDB	MG	ANTONIO ANASTASIA	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X
PMDB	SC	DÁRIO BERGER	X
DEM	AP	DAVI ALCOLUMBRE	X
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	X
PT	TO	DONIZETI NOGUEIRA	X
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PTB	PI	ELMANO FÉRRER	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PT	RN	FÁTIMA BEZERRA	X
PSB	PE	FERNANDO BEZERRA COELHO	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X
PMDB	PA	FERNANDO RIBEIRO	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X

PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X
PP	AC	GLADSON CAMELI	X
PT	PR	GLEISI HOFFMANN	X
PSD	DF	HELIO JOSÉ	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PPS	MT	JOSÉ MEDEIROS	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PSDB	SP	JOSÉ SERRA	X
PDT	RS	LASIER MARTINS	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PT	SP	MARTA SUPLICY	X
PSD	AM	OMAR AZIZ	X
PSD	BA	OTTO ALENCAR	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PT	PA	PAULO ROCHA	X
PMDB	PB	RAIMUNDO LIRA	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PT	PI	REGINA SOUSA	X
PDT	DF	REGUFFE	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	MA	ROBERTO ROCHA	X
PSB	RJ	ROMARIO	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X
PMDB	ES	ROSE DE FREITAS	X
PMDB	AM	SANDRA BRAGA	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X
PMDB	MS	SIMONE TEBET	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PR	MT	WELLINGTON FAGUNDES	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X

Compareceram: 70 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa que, nos termos do art. 241, do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

AVISO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Aviso nº 81-GP/TCU

Brasília, 12 de fevereiro de 2015

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 62 (SF), de 11/2/2015, por meio do qual Vossa Excelência encaminha a esta Casa cópia do Requerimento nº 1/2015, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, solicitando *"informações relativas à disponibilidade financeira das entidades integrantes do Sistema "S" (SENAR, SENAC, SESC, SESCOOP, SENAI, SESI, SEST, SENAT, SEBRAE, APEX e ABDI), de suas respectivas confederações, e aos cursos gratuitos de qualificação profissional por elas realizados nos anos de 2013 e 2014".*

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado neste Tribunal como processo nº TC-002.772/2015-9, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) do TCU, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente,

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA
Presidente

COMUNICAÇÕES

Of. nº 37/15/PSD

Brasília, 25 de fevereiro de 2015

Assunto: Indicação de parlamentares do PSD para comporem comissão mista

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, indico o parlamentar abaixo para compor, como membro, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 660, de 2014:

– Deputado Sóstenes Cavalcante (PSD/RJ) – membro SUPLENTE;

Nesse sentido, solicito que sejam tomadas as providências cabíveis para que as referidas indicações produzam os devidos efeitos legais e regimentais.

Atenciosamente,

Deputado Rogério Rosso
Líder do PSD

(Será feita a substituição solicitada)

Of. nº 38/15/PSD

Brasília, 25 de fevereiro de 2015

Assunto: Substituição de indicação de parlamentar do PSD para compor comissão mista

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a substituição da indicação do Deputado Rogério Rosso (PSD-DF) pelo Deputado Silas Câmara (PSD-AM), como TITULAR da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 660, de 2014.

Atenciosamente,

Deputado Rogério Rosso
Líder do PSD

(Será feita a substituição solicitada)

Of. nº 36/2015 – LidPR

Brasília, 26 de fevereiro de 2015

Assunto: Substituição de membro titular da Comissão Mista MP 660/14

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar o Deputado Remídio Monai (PR/RR) para membro titular em substituição ao Deputado Maurício Quintella Lessa (PR/AL) na Comissão Mista da Medida Provisória nº 660, de 24-11-2014, que – "Altera a Lei nº 12.800, de 23 de abril de 2013, que dispõe sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis, aos militares e aos empregados oriundos do ex-Território Federal de Rondônia integrantes do quadro em extinção de que trata o art. 85 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, e dá outras providências".

Respeitosamente,

Deputado Maurício Quintella Lessa
Líder do Partido da República - PR

(Será feita a substituição solicitada)

OFÍCIOS DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 1/2015/PS-GSE

Brasília, 25 de fevereiro de 2015

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foram aprovadas as emendas de nºs 4, 5, 9, 12, 15 e 16 oferecidas por essa Casa ao Projeto de Lei nº 4.246, de 2012, da Câmara dos Deputados, que "Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e 11.442, de 5 de janeiro de 2007 (empresas e transportadores autônomos de carga), para disciplinar a jornada de trabalho

e o tempo de direção do motorista profissional; altera a Lei nº 7.408, de 25 de novembro de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012; e dá outras providências".

Esclareço ainda que, com relação à emenda nº 12, os arts. 16 e 17 foram mantidos no texto, uma vez que foram aprovados por meio de destaque de bancada.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi enviada à sanção em 23-2-15.

Atenciosamente,

Of. nº 2/2015/PS-GSE

Brasília, 26 de fevereiro de 2015

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado, sem alterações, o Projeto de Lei nº 5.502, de 2013, do Senado Federal (PLS nº 508, de 2011, nessa Casa), que "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar bebida alcoólica a criança ou a adolescente; e revoga o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 – Lei das Contravenções Penais".

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi enviada à sanção em 25-2-15.

Atenciosamente,

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, DE 2015

Altera o inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37. .....

.....

XVI – .....

.....

d) a de dois cargos ou empregos privativos de engenheiro, com profissões regulamentadas;

e) a de dois cargos ou empregos de arquiteto.

....." (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Os profissionais de engenharia e arquitetura desempenham atividades fundamentais para o desenvolvimento do País. Com as crescentes demandas nas áreas de infraestrutura e tecnologia, engenheiros e arquitetos assumem um papel essencial, na medida em que se requer a atuação de profissionais qualificados e aptos a realizar atividades de alta complexidade.

Por submeterem-se a condições de trabalho especiais, e tendo em vista a crescente demanda por profissionais dessas áreas, esta proposta de emenda à Constituição almeja estender aos engenheiros e arquitetos o mesmo regime já aplicado aos professores e aos profissionais de saúde, possibilitando a acumulação remunerada de até dois cargos ou empregos públicos, desde que haja compatibilidade de horários que permita o bom desempenho das funções.

Hoje, diante da necessidade de se dar mais transparência e, acima de tudo, racionalidade às administrações públicas municipais, particularmente, faz-se necessária a flexibilização da jornada de trabalho desses profissionais, na medida em que a cada dia suas contribuições são ainda mais demandadas pelas prefeituras para dar legalidade fiscalizatória às obras por elas executadas.

Destarte, peço o apoio dos ilustres Pares a fim de viabilizar a aprovação desta Proposta.

Sala das Sessões, – Senador **Cássio Cunha Lima,** Líder do PSDB.

SENADOR	ASSINATURA
1 ANTONIO ANASTASIA	
2 TASSO JEREISSATI	
3 Ataídes Oliveira	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2015 – Altera o inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal para permitir que profissionais de engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos.

	SENADOR	ASSINATURA
16		
17	FLEXA RIBEIRO	
18	PAULO BAUER	
19		
20	BLAIRO MAGGI	
21		
22		
23	OTTO	
24		
25	OMAR AZIZ	
26		
27		
28	ALVARO DIAS	
29	TASSO JEREISSATI	
30		
31		

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

.....

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVI – a de dois cargos de professor; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

a) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

b) a de dois cargos privativos de médico; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001)

.....

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II – do Presidente da República;

III – de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando– se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I – a forma federativa de Estado;

II – o voto direto, secreto, universal e periódico;

III – a separação dos Poderes;

IV – os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

REQUERIMENTO
Nº 85, DE 2015

Requeiro, nos termos do artigo 332, Parágrafo 1°, o desarquivamento das seguintes matérias:

- **PEC 12/2009 – De autoria do Senador Flexa Ribeiro**, a Proposição determina a compensação aos Estados, Distrito Federal e Municípios dos benefícios tributários e reduções temporárias de alíquotas concedidas pela União, relativos aos impostos referidos nos incisos I e II do artigo 159 da Constituição Federal;

- **PEC 18/2010 – De autoria do Senador Eduardo Azeredo**, o Projeto pretende alterar o art. 212 da Constituição Federal para aumentar os percentuais de receitas de impostos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino;

- **PLS 68/2010 – De autoria do Senador Eduardo Azeredo**, a Proposição visa alterações no sistema de votação da urna eletrônica para permitir o registro e conferência de votos, resguardado seu sigilo; reintrodução do voto impresso; permissão para o voto em trânsito; cadastramento biométrico de eleitores pela Justiça Eleitoral);

- **PLS 69/2010 - De autoria do Senador Eduardo Azeredo,** visa alterar a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, para dispor sobre a comunicação pelos partidos à Justiça Eleitoral de alterações estatutárias, especificar a responsabilidade dos diretórios municipal e estadual, e dar outras providências;

- **PLS 81/2010 - De autoria do Senador Eduardo Azeredo**, pretende alterar a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir a esclerose lateral amiotrófica entre as doenças a cujos portadores é concedida isenção de imposto de renda da pessoa física sobre proventos de aposentadoria ou reforma;

- **PLS 87/2010 - De autoria do Senador Eduardo Azeredo,** o Projeto dispõe sobre a contratação de serviços de terceiros e dá outras providências;

- **PLS 93/2010 - De autoria do Senador Eduardo Azeredo,** Altera as Leis nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) e nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições;\

- **PLS 146/2010 – De autoria do Senador Eduardo Azeredo,** O Projeto pretende alterar o art. 40 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para permitir a atualização monetária de bens imóveis de pessoa física na apuração da base de cálculo do Imposto sobre a Renda incidente sobre o ganho de capital por ocasião da respectiva alienação, a qualquer título;

- **PLS 148/2010 – De autoria do Senador Eduardo Azeredo,** Pretende Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para prever a dedução da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física das despesas do contribuinte e de seus dependentes com medicamentos utilizados por dependente, até limite anual individual;

- **PLS 537/2009 – De autoria do Senador Eduardo Azeredo**, pretende alterar o Código Brasileiro de Aeronáutica, para dispor sobre o embarque e o desembarque de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

- **PLS 410/2008 – de autoria do Senador Eduardo Azeredo,** Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para instituir a pena de reparação do dano pelo próprio agente;

- **PLS 147/2007 – De autoria do Senador Eduardo Azeredo,** O Projeto visa incluir a narcolepsia entre os agravos à saúde a cujos portadores são concedidos isenções do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma;

- **PLS 341/2004 Complementar – De autoria do Senador Eduardo Azeredo,** o Projeto pretende acrescentar os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição;

- **PRS 06/2007 – De autoria do Senador Eduardo Azeredo,** O Projeto pretende modificar a redação do art. 77 do Regimento Interno do Senado Federal para permitir aos membros da Mesa, exceto o Presidente e o Primeiro-Secretário, integrar as comissões permanentes, com vedação do exercício dos cargos de Presidente e Vice-Presidente.

Sala das Sessões, em

Senador Flexa Ribeiro

Requerimento destinado a desarquivar as seguintes Proposições: PEC 12/2009, PEC 18/2010, PLS 68/2010, PLS 69/2010, PLS 81/2010, PLS 87/2010, PLS 93/2010, PLS 146/2010, PLS 148/2010, PLS 537/2009, PLS 410/2008, PLS 147/2007, PLS 341/2004 Complementar e PRS 06/2007:

	NOME	ASSINATURA
1	Fernando Ribeiro	
2	Raimundo Lira	
3	José Maranhão	
4	Cássio Cunha Lima	
5	Jorge Pimentel	
6	Sérgio Petecão	PSD
7	Antonio Nery	
8	Waldemir Moka	

Requerimento destinado a desarquivar as seguintes Proposições: PEC 12/2009, PEC 18/2010, PLS 68/2010, PLS 69/2010, PLS 81/2010, PLS 87/2010, PLS 93/2010, PLS 146/2010, PLS 148/2010, PLS 537/2009, PLS 410/2008, PLS 147/2007, PLS 341/2004 Complementar e PRS 06/2007:

	NOME	ASSINATURA
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		

Requerimento destinado a desarquivar as seguintes Proposições: PEC 12/2009, PEC 18/2010, PLS 68/2010, PLS 69/2010, PLS 81/2010, PLS 87/2010, PLS 93/2010, PLS 146/2010, PLS 148/2010, PLS 537/2009, PLS 410/2008, PLS 147/2007, PLS 341/2004 Complementar e PRS 06/2007:

	NOME	ASSINATURA
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		

Requerimento destinado a desarquivar as seguintes Proposições: PEC 12/2009, PEC 18/2010, PLS 68/2010, PLS 69/2010, PLS 81/2010, PLS 87/2010, PLS 93/2010, PLS 146/2010, PLS 148/2010, PLS 537/2009, PLS 410/2008, PLS 147/2007, PLS 341/2004 Complementar e PRS 06/2007:

	NOME	ASSINATURA
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		

(À publicação)

REQUERIMENTO
Nº 86, DE 2015

Nos termos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o desarquivamento das proposições a seguir relacionadas, todas de minha autoria.

PLS 00024 2010 – Que Transfere ao domínio dos Estados de Rondônia, de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União.

PLS 00035 2010 - Que Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos destinados exclusivamente ao uso na agricultura nacional, quando adquiridos por agricultores familiares ou por cooperativas agrícolas.

PLS 00210 2010 - Que Dá nova redação ao art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados os produtos elaborados na Amazônia Ocidental com matérias-primas de origem regional.

PLS 00221 2010 – Que Altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o transporte público coletivo de passageiros.

PEC 00003 2010 – Que Acrescenta o art. 178-A à Constituição Federal, para prever um percentual mínimo de aplicação de recursos federais em programas de infraestrutura de transportes.

PEC 00031 2010 – Que Faculta ao Senado Federal fixar as alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, relativamente à gasolina e ao óleo diesel.

PEC 00033 2010 – Que Altera o inciso V do § 2º do art. 155 da Constituição, para facultar ao Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas e máximas nas operações internas relativamente ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

PLS 00195 2010 – Que Altera os arts. 18-A, §§ 1º e 2º, 26, § 1º e 68 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com o objetivo de reajustar os valores expressos em moeda.

PLS 00230 2010 – Que Institui os Juizados Especiais de Família.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 2015

Senador **Acir Gurgacz**
PDT/RO

FOLHA DE ASSINATURAS

REQUERIMENTO Nº ,DE 2015
(Do Senador Acir Gurgacz e outros)

Requerimento de Desarquivamento de Proposições do Senador Acir Gurgacz

1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13	ANGELA PORTELA	
14		
15		

FOLHA DE ASSINATURAS

REQUERIMENTO Nº ,DE 2015
(Do Senador Acir Gurgacz e outros)

Requerimento de Desarquivamento de Proposições do Senador Acir Gurgacz

15		
17		Antonio Anastasia
18		Roberto Rocha
19		Romário Faria
20		
21	LASIER	
22	WALDEMIR MOKA	
23		
24	TASSO	
25	FLEXA RIBEIRO	
26	JOSÉ SERRA.	
27	ÍNDICE DA MATA	
28	Gladson Cameli	
29	Eduardo Ferrão	
30	TANGRO	

(À Publicação)

REQUERIMENTO
Nº 87, DE 2015

Requeiro, nos termos do art. 332, §1°, do RISF, o desarquivamento do **PLS n° 48, de 2009**, que *"altera dispositivo da Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e do Decreto-Lei n° 3.688, de 3 de outubro de 1941 - Lei das Contravenções Penais";* do **PLS n° 251, de 2010**, que *"altera a Lei n° 1.079, de 10 de abril de 1950, para definir como crime de responsabilidade de Governador de Estado a recusa ao cumprimento de decisão judicial de reintegração de posse";* do **PLS n° 180, de 2010**, que *"acrescenta o art. 41-A a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer a exigência de instalação de hidrômetro distinto para medir a água que será utilizada em estabelecimento e que não será lançada na rede coletora de esgoto", e;* do **PLS n° 205, de 2010**, que *"estabelece alíquota zero da Contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a importação de protetor solar e sobre as receitas decorrentes da sua venda no mercado interno."*

Sala das Sessões, de fevereiro de 2015

Senador DONIZETI NOGUEIRA
PT/TO

Requerimento de Desarquivamento dos PLS 48/2009; PLS 251/2010; PLS 180/2010, e; PLS 205/2010.

	SENADOR	ASSINATURA
2	JOSÉ MEDEIROS	
3	CÁSSIO C. LIMA	
4	ELMANO FERRER	
5	GARIBALDI ALVES	
6	ANTONIO ANASTASIA	
7	WALDEMIR MOKA	
8	OMAR DIZ	
9	Dario Berger	
10	REGUFFE	
11	Ana Amélia	
12	Acyr Gurgacz	

Requerimento de Desarquivamento dos PLS 48/2009; PLS 251/2010; PLS 180/2010, e; PLS 205/2010.

	SENADOR	ASSINATURA
13	FLEXA RIBEIRO	
14	RAIMUNDO LIRA	
15	Fernando Ribeiro	
16	JOSÉ MARANHÃO	
17	Regina Sousa	
18	SERGIO PETECÃO	
19	BLAIRO MAGGI	
20	JO. PIMENTEL	
21	Simone Tebet	
22	EDUARDO AMORIM	
23	DOUGLAS CINTRA	

Requerimento de Desarquivamento dos PLS 48/2009; PLS 251/2010; PLS 180/2010, e; PLS 205/2010.

	SENADOR	ASSINATURA
24		
25		
26	Sen. Randolfe	
27	DOVI DOLUMBRE	
28	IVO CASSOL	
29		
30		

(À Publicação)

REQUERIMENTO
Nº 88, DE 2015

Nos termos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos o desarquivamento do **Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2010**, que *denomina Rodovia General Adalberto Pereira dos Santos o trecho da rodovia BR-158 entre as cidades de Santa Maria e Rosário do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Sala das Sessões,

Senadora **Ana Amélia**

Senador/Senadora	Assinatura
Garibaldi Alves	[illegible]
Donizeti Nogueira	[illegible]
Rose de Freitas	[illegible]
Elmano Férrer	[illegible]
João Capiberibe	[illegible]
José Pimentel	[illegible]
Sandra Braga	[illegible]
Ciro [illegible]	OMAR AZIZ
Dario Berger	[illegible]
Simone Tebet	[illegible]
Ataídes Oliveira	[illegible]

Humberto Costa	
OTTO ALENCAR	
TENEIRO	
FLEXA RIBEIRO	
Roberto Rocha	
Angela Portela	
WALDEMIR MOKA	
DOUGLAS CINTRA	
ANASTASIA	
DAVI ALCOLUMBRE	
REGUFFE	
RANDOLFE	
JOSÉ MEDEIROS	
BLAIRO MAGGI	
WELLINGTON FAGUNDES	

(À Publicação)

REQUERIMENTO Nº 89, DE 2015

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, considerando a implementação do regime de teletrabalho no âmbito do Tribunal de Contas da União, requeiro ao Presidente daquela Corte de Contas as seguintes informações:

1 – Qual o número de servidores que laboram sob o regime de teletrabalho atualmente e quem são eles (fazer a indicação nominal dos servidores)?
2 – Qual a data em que cada dos servidores que se encontram atualmente sob a modalidade de teletrabalho iniciou a prestação de serviços sob este regime?
3 – Quais os servidores que já oficiaram anteriormente sob essa modalidade e não mais o fazem (especificando o nome e a data do início e do fim de operação sob o regime em comento)?
4 – Qual o mecanismo de verificação do produto do trabalho destes servidores e as métricas que o Tribunal lança mão para assegurar a produtividades esperada dos mesmos?

Sala das Sessões, – Senador **Randolfe Rodrigues.**

(À Publicação)

REQUERIMENTO Nº 90, DE 2015

Requeiro, nos termos dos artigos 74 e 75 do Regimento Interno, a constituição de comissão externa do Senado Federal com o fim de realização de diligências *in loco* junto ao banco HSBC, na Suiça, para acompanhar as investigações do escândalo de abertura irregular de contas bancárias, para requerer explicações, solicitar documentos, acompanhar o processo investigativo já deflagrado pelas autoridades estrangeiras que acompanham o caso e cooperar no processo de identificação dos envolvidos, colaborando na responsabilização dos mesmos.

Justificação

Em face da recente evidenciação do escândalo de abertura contas irregulares pelo banco HSBC, em que foram detectadas preliminarmente mais de 100 mil contas abertas irregularmente, com fortes indícios de ocorrência de fraudes fiscais, evasão de divisas e outros crimes gravíssimos, e considerando que quase 9 mil suspeitos identificados são de nacionalidade brasileira, é premente que medidas investigativas enérgicas sejam adotadas, já que é notória a habilidade dos envolvidos em grandes crimes financeiros de esquivar-se de ações judiciárias e investigativas e que a rapidez e tempo da ação investigativa é o principal definidor na efetivadade das diligências.

É sabido que esse escândalo, apelidado de Suiçalão, pode ser o responsável pelo encobrimento U$ 100 bilhões, durante o período de 1988 e 2007. É imperativo diligenciar a origens destes recursos e das consequentes obrigações tributárias eventualmente decorrentes desta manifestação de riqueza e frustradas pelas manobras potencialmente criminosas da instituição financeira em comento.

Inadmissível que, num período de arrocho fiscal bancado exclusivamente pela classe trabalhadora, os milionários se valham de organizações inidôneas e práticas criminosas para se furtar de haveres dirigidos a todos os brasileiros, sobretudo numa arquitetura tributária tal qual é a brasileira, em que a alta regressividade, a predominância de tributos indiretos e a inexistência de impostos que taxem os concentradores reais da renda nacional. Mais inadmissível ainda é que a sanha fiscal do Estado não seja proativa em detectar essas irregularidades e efetivar os lançamentos tributários respectivos, assim como as multas tributárias consequentes das ilicitudes eventualmente apuradas.

Esse incidente evidencia as prioridades do Estado Brasileiro: taxar o assalariado e fazer vista grossa aos milionários que dissimulam sua riqueza com a inescrupulosa salvaguarda de agentes financeiros inidôneos. Esta realidade não merece prosperar.

Dito isto, é necessário que se constitua uma comissão de senadores para ir pessoalmente à sede do Banco HSBC, na Suiça, para requerer documentos, solicitar esclarecimentos da instituição financeira e, principalmente, alinhar estratégias investigativas junto às autoridades estrangeiras que já investigam e se adiantam ao caso.

Como era de se esperar, a repercussão deste escândalo de proporção ainda inestimável não recebeu qualquer atenção dos meios de comunicação, notadamente em razão de os possíveis envolvidos serem poderosos e manterem relações "institucionais" um tanto "amistosas" com este segmento, para não lançarmos mão do termo qualificador mais adequado.

Este episódio não merece ser tratado em notas de rodapé de colunas jornalísticas, mas sim todo o rigor e atenção do Estado Brasileiro e a função constitucionalmente atribuída ao Parlamento para fiscalizar será o divisor de águas e fator crítico de sucesso para que os envolvidos sejam investigados e punidos e que a arrecadação devida seja efetivada.

Finalmente estamos tratando os grandes crimes na sua gênese, enfrentado e desarticulando o arrojo criminoso daqueles que se julgam acima da lei e este pode ser, somado a outras grandes investigações em curso, como a Operação Lava-Jato, o início do desmantelo sistêmico da corrupção crônica que tanto maltrata a população brasileira.

Sala da Sessões, – Senador **Randolfe Rodrigues,** PSOL/AP.

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)

ESCLARECIMENTO

Em relação ao Requerimento nº 85, de 2015, lido anteriormente, a Presidência esclarece que o Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complementar, constante do requerimento, encontra-se definitivamente arquivado, nos termos do disposto no § 2º do art 332 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI DO SENADO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, DE 2015

Altera a redação do art. 1º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que "assegura validade nacional as Carteiras de Identidade, regula sua expedição e dá outras providências", para atribuir fé pública às carteiras de identidade funcionais emitidas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a redação do art. 1º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que "assegura validade nacional as Carteiras de Identidade, regula sua expedição e dá outras providências", para atribuir fé pública às carteiras de identidade funcional emitidas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que "assegura validade nacional as Carteiras de Identidade regula sua expedição e dá outras providências", passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

"Art. 1º .....

§1º As carteiras de identidade funcionais dos parlamentares emitidas pela Câmara dos Deputados e Senado Federal têm validade, para todos os fins de direito, em todo o território nacional, no curso da legislatura em que forem expedidas.

§2º No caso de renúncia, perda de mandato, afastamento para exercício em outro Poder, o Parlamentar restituirá sua identidade parlamentar à Mesa da Casa Legislativa a que pertencer, constituindo-se crime de falsidade ideológica o uso indevido.

§3º A regra dos parágrafos anteriores se aplica aos servidores, efetivos ou comissionados, no que couber." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O projeto de lei que ora submeto á apreciação dos ilustres Pares visa a alterar a legislação da identificação civil, a fim de que a carteira funcional dos Deputados Federais, Senadores da República e servidores, efetivos ou comissionados, de ambas as Casas tenha validade como documento de identidade civil, em todo o território nacional, pelo prazo da legislação em curso.

Como é do conhecimento de todos, a atual carteira funcional não tem fé pública e não é aceita nos aeroportos como documento de identidade. Em outras palavras, não é válida fora da Câmara dos Deputados e/ou do Senado Federal. Inclusive, se os parlamentares têm imunidade, por que não ter uma carteira que seja aceita como documento de identificação?

Assim, certo de que os ilustres Pares bem poderão compreender a importância da norma ora projetada, aguardo confiante a aprovação da matéria.

Sala das Sessões, – Senador **Romário.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.116, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

Assegura validade nacional às Carteiras de Identidade, regula sua expedição e dá outras providências.

O Presidente Da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Carteira de Identidade emitida por órgãos de Identificação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios tem fé pública e validade em todo o território nacional.

Art. 2º Para a expedição da Carteira de Identidade de que trata esta Lei não será exigida do interessado a apresentação de qualquer outro documento, além da certidão de nascimento ou de casamento.

§ 1º A requerente do sexo feminino apresentará obrigatoriamente a certidão de casamento, caso seu nome de solteira tenha sido alterado em consequência do matrimônio.

§ 2º O brasileiro naturalizado apresentará o Certificado de Naturalização.

§ 3º É gratuita a primeira emissão da Carteira de Identidade. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.687, de 18/7/2012)*

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

OFÍCIO DO GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

Brasília, 24 de fevereiro de 2015

À Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal

Solicito a publicação das Atas da Sessão Plenária e da Comissão Deliberativa do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, em anexo, no *Diário do Senado Federal*.

Cordialmente,

Deputado Maurício Quintella Lessa
Presidente

Os documentos a que se refere este ofício encontram-se publicados no presente Diário. (Vide item 4.1 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu cumprimento os colegas Senadores e todos os que nos acompanham pela Rádio e TV Senado.

E, Senador Paim – o Senador Wellington Fagundes, que está aqui conosco – V. Exª vai compartilhar da minha alegria, até vendo aqui a primeira oradora inscrita, Senadora Vanessa, hoje falei com o Ministro Gabas, da Previdência, a Presidenta Dilma determinou que o pagamento da indenização dos soldados da borracha, de toda a Amazônia, comece segunda-feira, junto com o pagamento da pensão do mês.

São R$250 milhões, R$25 mil reais para cada beneficiário. São 11 mil na Amazônia, pessoas que foram para o esforço de guerra, produzir borracha na Amazônia, os soldados da borracha, enquanto outros foram para a Itália. E é uma luta, inclusive, que a Vanessa Grazziotin começou em 2002, a Deputada Federal Perpétua fez um trabalho extraordinário, sofreu muitas injustiças por conta disso e nós aprovamos a PEC, o Senador Anibal foi Relator aqui no Senado, aprovamos, mas ela só poderia entrar em vigor no ano seguinte. Quer dizer, aprovamos em 2014 e muitos duvidaram porque era véspera de eleição, mas a Presidenta Dilma está de parabéns, determinou que fosse feito o pagamento e a alegria é enorme no Acre. Só no Acre são sete mil beneficiários, R$175 milhões vão estar sendo colocados na economia a partir de segunda-feira.

Então, parabéns a todos os que ajudaram. Eu daqui a pouco vou fazer um pronunciamento exatamente em cima disso, porque a gente luta muito e tem que celebrar as conquistas, principalmente quando é uma

conquista de pessoas idosas, os beneficiários, os familiares e dependentes vão receber R$25 mil reais. Eu sei que os mais pobres sabem bem gastar cada centavo que recebem.

Então, eu compartilho, Paim, com você, que é um lutador aqui, para que a gente faça justiça social àqueles que já deram sua contribuição, como os aposentados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Senador Paulo Paim e, depois, Senador Wellington Fagundes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Cumprimento V. Exª e os demais Senadores e Deputados que trabalharam por essa causa mais do que justa dos chamados soldados da borracha.

Nós vimos aqui, de fato, homens com mais de 80 ou 90 anos, nos corredores do Congresso, dialogando com os Parlamentares, na busca da aprovação desse projeto. V. Exª foi um dos Líderes e o capitaneou. A gente se somou, só, à caminhada, tanto sua, como da Vanessa e de outros colegas da Casa.

Parabéns à Presidenta Dilma pela decisão tomada. A exemplo do Aerus, também, que todos achavam que não ia ser pago, mas cuja primeira parcela já foi paga, agora, os soldados da borracha vão receber, então, já a partir da semana que vem.

Eu peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável no momento que V. Exª entender mais adequado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu inscrevo V. Exª para uma comunicação inadiável, agradeço as palavras e aproveito para me inscrever também.

O nosso colega Wellington Fagundes pediu a inscrição como Líder?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES – (Bloco União e Força/PR – MT. *Fora do microfone*.) – Como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Então, nós vamos abrir aqui. Eu vou, para não perder a inscrição da colega Vanessa Grazziotin e atendendo ao Regimento, pedir para vir à tribuna o companheiro Senador Donizeti Nogueira, para que possa falar fazendo uma permuta com a Vanessa até que ela possa chegar e, em seguida, nós vamos ouvir... Eu não sei se o Paulo Paim pode aceitar, e aqui fazendo uma deferência, porque, normalmente, temos que chamar para uma comunicação inadiável.

Tendo em vista dar as boas-vindas, também, para o nosso Wellington Fagundes, do Mato Grosso, após o Senador Donizeti Nogueira, nós, então...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES – (Bloco União e Força/PR – MT. *Fora do microfone*.) – Como eu estou inscrito também, se puder me inverter para falar como inscrito, eu teria mais tempo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Mesa fará, então, uma permuta, em que... Com a palavra, o Senador Donizeti Nogueira, representante do Estado de Tocantins na Casa.

Com a palavra, V. Exª.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ontem, recordei um ditado popular que eu aprendi com meu pai: "Quem desdenha quer comprar." Sr. Presidente, a quem interessa a desvalorização da Petrobras? Ao povo brasileiro, aos brasileiros, certamente não.

A recente decisão da agência Moody's de rebaixar a classificação de risco da empresa não pode ser vista apenas pelo que representa diante dos olhos, mas também pelo que pode estar por trás do enfraquecimento da Petrobras que sempre foi, desde sua fundação, um orgulho para o povo brasileiro.

Setores da oposição, Sr. Presidente, falam abertamente, em tom de crítica, sobre a influência estatal na empresa e em repensar o seu papel na sociedade brasileira. Defender a Petrobras e, sobretudo, seu papel estatal, Sr. Presidente, é defender o Brasil e defender o povo brasileiro.

A enxurrada de notícias, muitas delas sem comprovação, que fustigam e tentam minar a credibilidade da Petrobras, Sr. Presidente, não é a única crise que ameaça a empresa. Isso nem chega a ser uma crise. Há crise do petróleo no mundo, que o mundo experimenta nestes últimos meses, e uma queda acentuada no preço do petróleo. Nesse início de ano o barril chegou... Nesse início de ano o barril chegou a ser negociado a US$50,00, experimentando os valores mais baixos nos últimos seis anos. Nos mercados internacionais, o barril acumula perda de 60% desde junho de 2014, quando era negociado a US$115,00. As causas são... Aqui, os preços internacionais do petróleo estão sendo... A queda nos preços internacionais do petróleo está sendo causada por dois movimentos que se somam: de um lado, uma queda na demanda pelo produto em razão da redução da velocidade do crescimento econômico em países como a China e a Alemanha; por outro lado, há um excesso de oferta no mercado em função de uma disputa tecnológica entre os Estados Unidos e os produtores de

petróleo da Opep, isso porque os Estados Unidos desenvolveram uma nova tecnologia para extrair petróleo e gás de xisto, um tipo de rocha comum no continente norte-americano.

A produção desse tipo de petróleo, que tem um custo relativamente elevado, mas ainda viável nas condições de mercado dos Estados Unidos, tornou o pais praticamente autossuficiente em petróleo e reduziu a demanda americana por petróleo no mercado internacional.

Em resposta ao petróleo de xisto dos Estados Unidos, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) decidiu, no final de 2014, manter elevados níveis de produção. O raciocínio da Opep é manter o preço internacional do petróleo convencional abaixo do custo de produção do petróleo de xisto produzido nos Estados Unidos e no Canadá, inviabilizando a nova tecnologia.

Consequências. O baixo preço intencional do petróleo funciona como uma carga de vitamina nas economias globais. Beneficia os países consumidores, reduz inflação e tende a acelerar as economias. Esses efeitos serão percebidos no Brasil no futuro.

Embora pareça contraditório o Brasil ter subido os preços dos combustíveis nos últimos dias, isso foi para repor um acúmulo, uma defasagem que vinha acumulada no nosso País durante um período longo, mas, certamente, num período muito curto, mantida a situação do petróleo no mundo, nós teremos também no Brasil uma baixa nos combustíveis.

Países dependentes da importação de grandes quantidades de petróleo, como Filipinas e China, estão aproveitando os preços baixos para impulsionar o crescimento de suas economias, revertendo quadros de desaceleração econômica.

Por outro lado, preços baixos de petróleo causam efeitos devastadores em países altamente dependentes da exportação desse produto, com Rússia, Irã, Nigéria e Venezuela. O rápido declínio nos preços deixou vários países produtores de petróleo cambaleando e obrigou as empresas de petróleo a reduzirem os seus orçamentos.

O efeito dessa crise sobre as empresas:

As ações da empresa estatal de petróleo da Colômbia, a Ecopetrol, caíram 43% ao longo de 2014. A empresa anunciou, no final do ano passado, uma redução de 25% em seus investimentos previstos para 2015, o equivalente a mais de US$2 bilhões. Esses cortes podem contribuir para uma redução de 1% a 2% do PIB daquele país em 2015 e 2016.

A estatal mexicana de produção de petróleo, a Pemex, também anunciou cortes de investimentos da ordem de US$4,2 bilhões.

A anglo-holandesa, a Shell, anunciou, no início deste ano, uma queda de US$1,2 bilhão no seu lucro líquido em 2014, devido aos baixos preços do petróleo. A empresa também anunciou um corte em seus investimentos de US$15 bilhões nos próximos três anos.

A britânica BP também anunciou um prejuízo de US$4,41 bilhões e cortes em investimentos que podem chegar a US$6 bilhões.

A americana Chevron também apresentou perdas da ordem de US$1,4 bilhão no lucro líquido observado até o quarto trimestre do ano passado.

A segunda maior produtora de petróleo da Rússia anunciou cortes da ordem de 10% dos seus investimentos, ou algo em torno de US$1,5 bilhão em 2015.

A grande produtora de petróleo francesa Total deve cortar gastos de capital em 10% neste ano e reduzir investimentos na produção do Mar do Norte e de gás de xisto nos Estados Unidos.

Pequenas companhias, Sr. Presidente, de produção de petróleo de xisto são as mais afetadas nos últimos seis meses nos Estados Unidos. As ações das norte-americanas...

(Soa a campainha.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – ... Goodrich Petroleum e Oasis Petroleum caíram 86% e 75%, respectivamente.

Falando no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, os chefes das duas maiores empresas de petróleo do mundo, a francesa Total e a italiana ENI, alertaram para o risco de desequilíbrio no mercado futuro de petróleo. Segundo eles, a redução nos investimentos na produção futura poderia levar a uma escassez de oferta e a um dramático aumento dos preços do petróleo no futuro.

No Brasil, de acordo com o balanço divulgado no final de janeiro, mesmo diante do cenário, a Petrobras apresentou um lucro líquido de R$3,087 bilhões no quarto trimestre do ano passado. O valor representa uma

queda de 38% em relação ao trimestre anterior. No acumulado de janeiro a setembro de 2014, Sr. Presidente, o lucro da Petrobras foi de R$3,4 bilhões, uma queda também frente ao mesmo período no ano de 2013.

A queda do valor do barril de petróleo também trouxe grandes impactos na geração de empregos pelo setor. No Canadá, uma em cada cinco empresas de óleo e gás terá que cortar empregos neste ano. A pesquisa foi feita com 157 empresas do setor, que opera na América do Norte. Somente a Cenovus, grande empresa de petróleo do país, cortou cerca de US$700 milhões em gastos, forçados pelo declínio do preço do petróleo. Não se pode esquecer de que a crise acaba por impactar também empresas que prestam serviços para as grandes petroleiras.

(Soa a campainha.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Baseada nos Estados Unidos, uma das maiores prestadoras de serviços de tecnologia no mercado mundial de petróleo, a Schlumberger, anunciou o corte de 9 mil postos de trabalho. Ou seja, a queda no valor de mercado, a redução de margens de lucro e os cortes de investimentos são a regra entre as empresas de prospecção de petróleo no mundo afora. A causa desse cenário é um novo equilíbrio entre o acesso de oferta e a redução da demanda de petróleo no mercado internacional.

Como podemos ver, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o momento pelo qual passa a Petrobras é grave. Está lincado não apenas...

(Interrupção do som.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – ... a ameaças internas, mas, sobretudo, a uma grave crise mundial no mercado de petróleo que tem derrubado empresas semelhantes mundo afora, para além (*Fora do microfone.*) do que querem fazer parecer os meios de comunicação e a oposição desqualificada e antipatriótica.

A Petrobras tem um novo presidente que acaba de ser nomeado com a determinação expressa da Presidente Dilma de recuperar os ativos e o valor de mercado da empresa. Duas outras agências de classificação de risco, a Fitch Ratings e a Satandart & Poor's, mantêm grau de investimento na empresa. O Ministro Joaquim Levy tem ressaltado que a Petrobras voltou a produzir mais de dois milhões de barris de petróleo por dia, um terço dos quais já estão sendo retirados do pré-sal. Do ponto de vista estritamente produtivo, não existe crise na Petrobras. Essas operações reposicionarão a empresa no novo mercado mundial de petróleo cujos preços têm caído drasticamente.

A Petrobras é uma empresa forte, Sr. Presidente. Em seus alicerces, há o espírito batalhador de duzentos milhões de brasileiros e brasileiras. Por trás da Petrobras, há e sempre haverá o Brasil.

Como disse a Presidente Dilma, é lamentável que o desconhecimento sobre a Petrobras, sua história e sua gente leve algumas vezes a decisões equivocadas sobre ela. Estamos todos certos, Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, de que a Petrobras sairá dessa situação sem maiores consequências e até mesmo mais fortalecida, apesar das ameaças internas e externas.

Cabe a nós, Sr. Presidente, proteger a Petrobras e o Brasil. A Petrobras é o Brasil.

É o que tinha a dizer no momento.

Muito obrigado pela atenção!

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Cumprimento V. Exª, Senador Donizeti Nogueira, pelo pronunciamento.

Convido, num entendimento com o Senador Paulo Paim, para fazer uso da palavra, pela Liderança do PR, o Senador Wellington Fagundes.

Com a palavra V. Exª.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Jorge Viana, nobres companheiros Senadores, senhoras e senhores, eu quero, já começando o meu pronunciamento aqui, dizer que estive acompanhando a sua angústia, lá pelo seu Estado, as enchentes que têm ocorrido no Estado do Acre, e quero me colocar, aqui, inclusive como voluntário, para participar, também, do grupo de Parlamentares que estará com V. Exª lá, vendo aquela realidade, no sentido de que possamos minimizar o sofrimento que a população do Acre tem vivido neste momento.

Em Mato Grosso, também, existem algumas áreas onde tivemos problemas sérios, ano passado, inclusive com a interrupção do tráfego, como, por exemplo, a BR-174. Mas, felizmente, o Ministério dos Transportes foi ágil, e conseguimos colocar, junto com a Secretaria de Transportes, ano passado, uma balsa, dando trafegabilidade, além da construção de uma nova ponte, que já foi inaugurada. E já estamos, então, numa situação bem melhor. Espero que o Mato Grosso não tenha que passar pela mesma enchente que aconteceu no ano passado.

Mas, Sr. Presidente, eu quero, aqui, destacar o meu entusiasmo neste momento, mesmo que seja um momento de crise em que vivemos no País – e, aí, em se tratando de crise, nós temos que ter a criatividade de tirar o "s" e "criar". Por isso, eu quero, aqui, dizer do meu entusiasmo e falar que estas dificuldades que vivemos hoje poderão ser suplantadas, por meio da criatividade, com a união de esforços de toda a população. E, aí, é importante o papel da Presidência da República de ter a iniciativa para que possamos sair destas dificuldades por que passamos hoje.

E, hoje, nós tivemos um momento bom lá na Presidência da República: o lançamento de um programa de simplificação do Brasil, ou seja, o Programa Bem Mais Simples Brasil, com a presença de vários ministros. Mas, aí, eu quero destacar o Ministro Afif Domingos, que é uma figura brilhante e que, hoje, lança esse desafio a todo o Brasil.

Esses programas lançados pela Presidente Dilma agora há pouco, o Programa Bem Mais Simples Brasil e também o Sistema Nacional de Baixa Integrada de Empresas, são medidas, Sr. Presidente, que visam desburocratizar os processos para abertura e fechamento de pequenas e médias empresas no Brasil.

Queria, portanto, enaltecer, em nome da Liderança do Partido da República, esse grande trabalho do Governo em prol da sociedade, em prol de quem trabalha e produz.

O Bem Mais Simples Brasil traz inúmeras vantagens, a começar no fato de reduzir a papelada necessária para se abrir um negócio no Brasil.

O programa unifica cadastros e promove o agrupamento de serviços públicos para os empreendedores em um só lugar. E também permite aos donos de negócios fecharem suas empresas mais rapidamente, sem a exigência de certidões negativas, sem fugir de suas responsabilidades tributárias e fiscais que por ventura existirem.

Antes era uma dor de cabeça incrível. Já vimos muitos empresários desanimados com tantos documentos que tinham que reunir para provar que podiam abrir ou fechar o seu negócio. Agora, isso está mudando.

Por isso que quero, mais uma vez, parabenizar o Ministro Afif Domingos e, também, a Presidente por essa grande contribuição ao setor empresarial. Com a ajuda da informatização e, também, a sensibilidade política, podemos dar esse passo importante no caminho da desburocratização.

E aí eu quero lembrar que, quando fui Presidente da Associação Comercial e Industrial (Acir), na minha cidade Rondonópolis – que hoje é uma das mais fortes entidades de classe, de Mato Grosso, pela sua organização e combatividade –, àquela época, já nos queixávamos muito da burocracia, na década de 90, anos de 1993 e 1994. E aí, na minha posse, lá esteve o Presidente Afif Domingos. Àquela época, o Afif já tinha essa preocupação, já era uma pessoa que lutava pelo Brasil afora no sentido de podermos fazer com que o empresário não tivesse tanto peso e tanto ônus.

Por isso é que avançar e modernizar tem que ser uma meta constante em todas as áreas do Governo. Não pode ficar restrita apenas a um segmento.

Como todos nós sabemos, a burocracia é a grande inimiga da nossa Nação. Essa questão, inclusive, foi bastante debatida no Fórum Estadão Brasil Competitividade, promovido pelo Grupo Estado, do jornal *O Estado de S. Paulo*, com apoio, também, da CNI (Confederação Nacional da Indústria). E àquela época, ficou demonstrado que o Brasil estava perdendo a capacidade de executar investimentos em infraestrutura devido ao excesso de burocracia e à dificuldade que a Administração Pública enfrenta na área de gestão de projetos.

Os dados da burocracia pública são, verdadeiramente, assustadores, colegas Senadores. Entre 2012 e 2013, o Brasil caiu da 48ª posição para a 56ª posição no Relatório Global de Competitividade do Fórum Econômico Mundial. No ano passado, figuramos em 57° lugar. Estamos atrás de países como o Chile, o Panamá e o México.

Por conta da burocracia, o plano de concessões enfrenta atrasos, e muitos prazos deixam de ser cumpridos, situação que afugenta investidores principalmente em uma das áreas mais carentes de nossa Nação, que é a da infraestrutura logística.

Quero também aqui destacar que, hoje, como Presidente da Frente Parlamentar de Logística, Transporte e Armazenamento, temos trabalhado incansavelmente. Inclusive, quero aproveitar para convidar nossos companheiros Senadores e Deputados Federais, já que essa Frente é mista, a nos ajudarem, participando da Frente,

para que a gente possa também ajudar a melhorar este grande gargalo no Brasil, que é a questão da infraestrutura, da logística e do transporte e, principalmente, também a questão do armazenamento.

Eu quero aqui colocar alguns aspectos do que foi falado pelo Ministro Afif lá, agora há pouco, ao lançar o programa. Ele fazia um comparativo, mostrando que o complicado é trabalhoso, é lento, prejudica milhões e é polêmico, enquanto o Simples é fácil, é rápido, beneficia milhões. E também há unanimidade entre todos aqueles que buscam simplificar o País. A atratividade do Simples já é fato comprovado no Brasil, e, por isso, há a busca do Mais Simples Para Todos.

Ele faz um comparativo e pergunta: de que lado está o Brasil? De que lado nós nos estamos posicionando? Do lado simples ou do lado complicado? E aí ele coloca que o complicado afasta, enquanto o Simples é fácil, é rápido, beneficia milhares e também, é claro, é uma unanimidade e atrai todos.

A vida do cidadão de outros Países é bem menos complicada que a dos brasileiros. Só para se ter uma ideia, enquanto para abrir uma empresa no Brasil você precisa de 20 documentos, em Portugal você precisa de três documentos apenas, bem como, no Chile, você também precisa de apenas três. Quanto ao número de procedimentos para a abertura de empresa, em Portugal são necessários três procedimentos; no Chile, sete procedimentos; e, no Brasil, 12 procedimentos. Enquanto no Brasil o número de dias para a abertura de uma empresa é de 102 dias, no Chile são apenas 5,5 dias e, em Portugal, são 2,5 dias. No Brasil, são 102,5 dias necessários para abrir uma empresa. E daí vem o volume de documentos!

Por isso, ele disse: "Somos mais que complicados, beiramos o ridículo [no Brasil]". É importante um Ministro ter a coragem de falar isso no lançamento de um programa oficial. Por isso, ele também disse que o complicado afasta, que o cidadão deixa de realizar e busca soluções alternativas longe do ideal, enquanto o Simples atrai, é sinérgico, tem efeito multiplicador, potencializa também os resultados.

Aqui temos dados de que, quanto ao número de optantes pelo Simples Nacional, houve um acréscimo de 236% nos últimos sete anos. É o volume de empresas que cresceu a partir da opção ou da implantação do Simples no Brasil.

O Simples tem um peso fundamental na economia. Enquanto a arrecadação no Brasil, de 2013 para 2014, nas grandes empresas foi negativa em 1,9%, a arrecadação do Simples foi positiva em 14,03%.

A geração de empregos, Srs. Deputados e Deputadas, digo Senadoras e Senadores... Esse é o cacoete de 24 anos como Deputado Federal.

Eu queria lembrar e registrar que a geração de empregos, de 2011 a 2014, nas micro e pequenas empresas foi de 3.547.428 novos postos de trabalho. Nas médias e grandes, ela foi negativa em -263.325 empregos. Por isso, a implantação do Estatuto da Micro e Pequena Empresa foi também um grande avanço. Trabalhamos muito em parceria com outros Parlamentares na Câmara dos Deputados, e ele também foi aprovado no Senado.

Outro aspecto destacado é o da competitividade global. O mais importante é que a simplicidade está ligada à agilidade, fundamento indispensável para um país competitivo. Daí este passo decisivo que foi dado hoje, que é o decreto da Presidente para alavancar o ambiente de negócio e a eficiência da gestão pública e também para facilitar a vida do cidadão.

Como se pretende fazer acontecer? Através da priorização e da vontade política. Esse foi um aspecto destacado, que aqui também queremos colocar. Para se fazer isso, tem de haver vontade política, acima de tudo. Por isso, esse é o papel da Presidente. Espero, tenho a certeza de que ela assumirá isso, com a integração entre os Poderes, empoderando as respectivas estruturas e também fazendo o aprimoramento de atitudes e de valores.

Quero aqui destacar, como o Ministro colocou, que nós precisamos resgatar a fé na palavra do cidadão. Disse Hélio Beltrão:

> *O Brasil acostumou-se a substituir a aplicação do Código Penal – que pune com prisão o crime de falsidade – pela exigência prévia de atestados e certidões negativas. Por outras palavras, em vez de se colocar o falsário na cadeia, exige-se de todos os honestos que comprovem com documentos que não são desonestos.*

Ou seja, é a inversão necessária em uma sociedade em que os valores humanos, principalmente daqueles que procuram estar no caminho certo, têm de ser a premissa básica.

Por isso, Sr. Presidente, quero acreditar que o Bem Mais Simples, lançado hoje, seja apenas o começo de uma reação fundamental para que o Brasil avance contra a burocracia.

Nós nos acostumamos a criar ícones. O Imposto de Renda é tratado como o Leão. E quero dizer que a burocracia é o grande dragão. O leão precisa ser amansado para o bem do contribuinte. O dragão precisa ser

morto para o bem daqueles que produzem e querem produzir mais, ajudar o País a se desenvolver, gerar mais empregos e a melhoria de todos os aspectos econômicos, sociais e culturais.

Precisamos acionar, Sr. Presidente, a chave da competitividade como um todo e, para o fazermos, temos de acreditar mais. Conforme foi externado na solenidade, no oriente deixado pelo então Ministro da Desburocratização, Hélio Beltrão, é preciso resgatar a fé na palavra do cidadão.

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, quero dar como lido e, inclusive, incorporar ao meu pronunciamento todo esse material que foi hoje colocado e posicionado pelo nosso companheiro Afif Domingos.

Daqui a pouco, vamos nos deslocar para Cuiabá, nossa capital. Teremos hoje lá a posse do Presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios. Quero parabenizar pela gestão o nosso companheiro Chiquinho, Prefeito de Juscimeira, na região sul de Mato Grosso, bem como desejar ao nosso futuro Presidente, Prefeito também de uma pequena cidade que assumirá hoje – tivemos entusiasmo na sua campanha –, e a todos os 141 Prefeitos de Mato Grosso...

Eu fiz uma campanha baseada principalmente no municipalismo, porque acredito...

(Interrupção do som.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Vou concluir, Sr. Presidente (*Fora do microfone*.).

Acredito muito na força do municipalismo, até porque as pessoas vivem é lá, no Município. A melhor forma de encontrar a solução, é claro, é a parceria entre o Governo Federal e o Governo do Estado, mas, acima de tudo, através da descentralização dos recursos públicos. Essa será uma das nossas bandeiras aqui, no Senado da República.

Com certeza, todos aqueles que conhecem o papel do Vereador, que está lá na ponta, e do Prefeito, com suas angústias, sabem que, hoje, para se administrar qualquer Município, as dificuldades são muito grandes, pois temos uma verdadeira judicialização.

Nessa campanha, cheguei a ir ao Município de Barra do Bugres, onde, em um dia, havia 14 liminares só na área da saúde, impondo ao Prefeito que cumprisse aquilo que era praticamente impossível para uma Administração. Ou seja, não há como se planejar, basicamente, no Brasil.

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) –Então, quero agradecer o espaço e desejar a todos um fim de semana de muito trabalho, já que o fim de semana é o momento de maior trabalho para nós.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(*Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.*)

Matérias referidas:

– Anexos: gráficos.

Programa

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Comparativo

SIMPLES	COMPLICADO
• Fácil	• Trabalhoso
• Rápido	• Lento
• Beneficia milhões	• Prejudica milhões
• Unanimidade	• Polêmico
ATRAI	AFASTA

A atratividade do *simples* já é fato comprovado no Brasil

Comparativo

E de que lado o Brasil está posicionado?

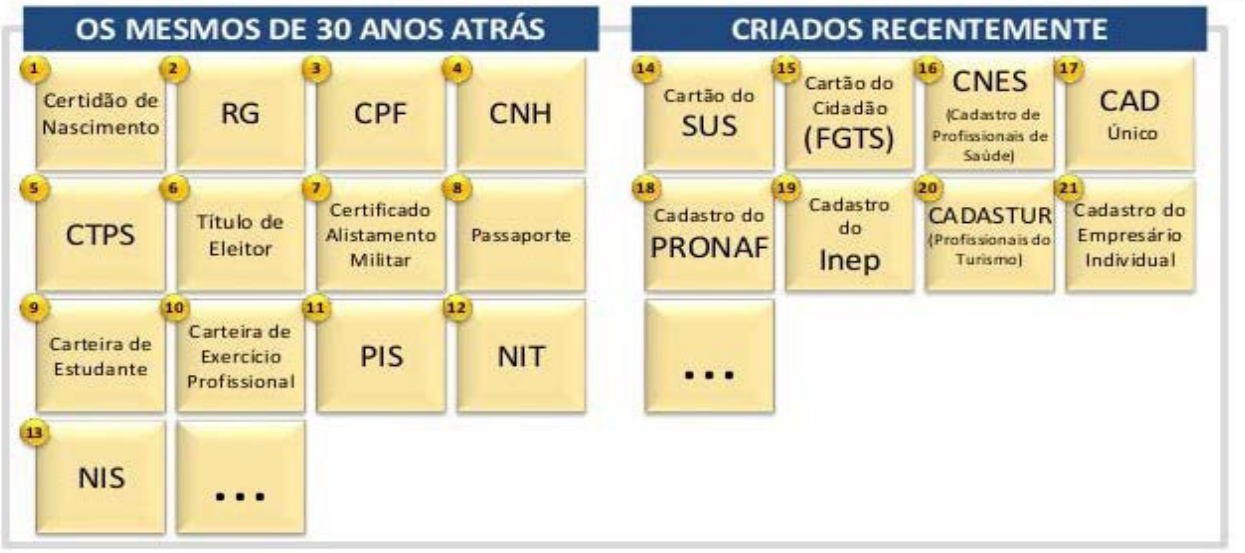
Comparativo

SIMPLES	COMPLICADO
• Fácil • Rápido • Beneficia milhares • Unanimidade	
ATRAI	AFASTA

A vida do cidadão de outros países é bem menos complicada que a dos brasileiros

País	Número de documentos e cadastros para o cidadão	Número de procedimentos para abertura de empresas	Número de dias para abertura de empresas
EUA	6	6	4,0
Portugal	3	3	2,5
Estônia	3	4	4,5
Chile	3	7	5,5
Brasil	20	12	102,5 (*)

Cidadão brasileiro



+ 20 DOCUMENTOS E CADASTROS PARA EXERCER SEUS DIREITOS E DEVERES

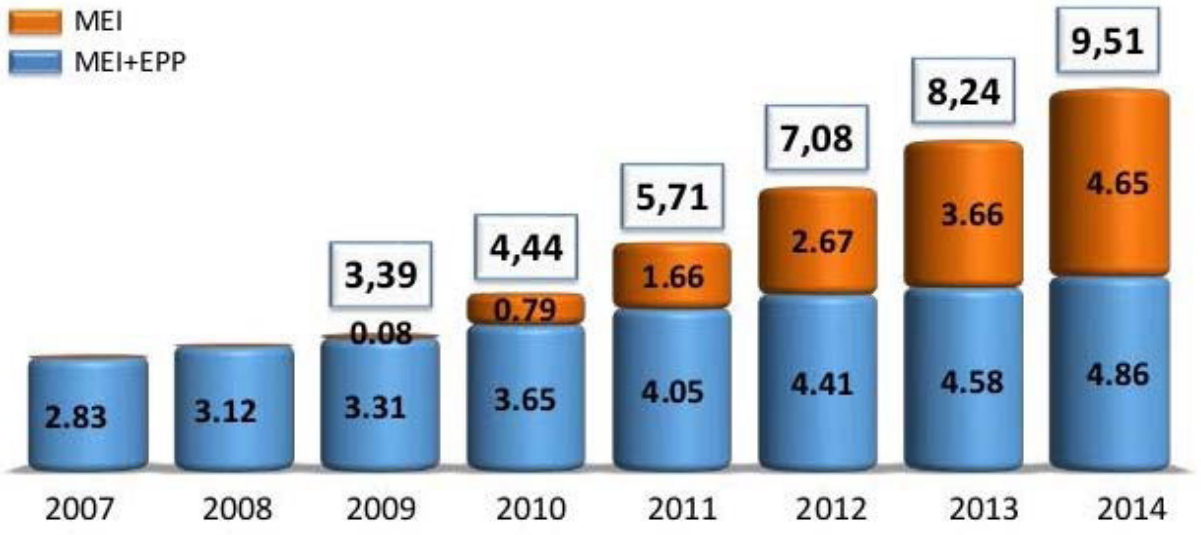
Somos mais que complicados, beiramos o ridículo

Fonte do vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=2js4bBcnVB8

Uma migração inegociável

SIMPLES	COMPLICADO
ATRAI	AFASTA
Sinergia	Cidadão deixa de realizar
Efeito multiplicador	Busca soluções alternativas, longe do ideal
Potencializa resultados	

Optantes pelo Simples Nacional (milhões)



ACRÉSCIMO DE 236% EM 7 ANOS (19% a.a)

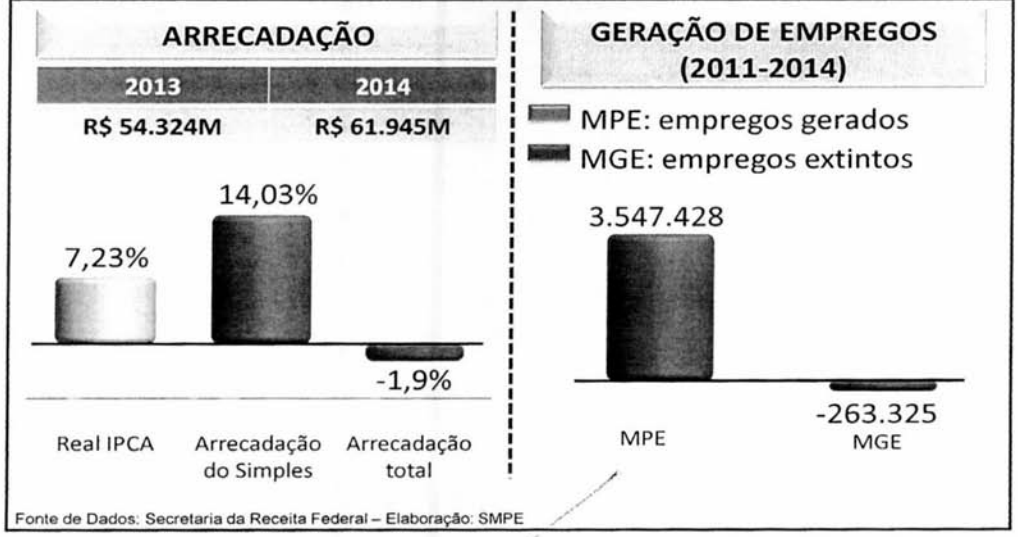
Fonte de Dados: Secretaria da Receita Federal

Pedidos de Opção pelo Simples

Efeito Exponencial da Universalização

Fonte de Dados: Secretaria da Receita Federal – Elaboração: SMPE

Simples
Peso é fundamental na Economia...

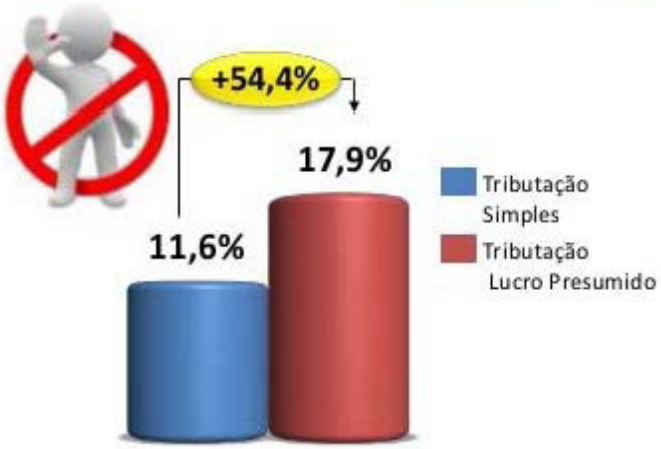


Fonte de Dados: Secretaria da Receita Federal – Elaboração: SMPE

ESTATUTO → MICRO E PEQUENA EMPRESA

... e vai aumentar muito mais com a implementação do ÓBVIO!!!

Crescer Sem Medo



EX.: Comercio

AUMENTO DA TRIBUTAÇÃO INCIDE SOBRE TODO O FATURAMENTO

EX.: Comercio

AUMENTO DA TRIBUTAÇÃO É GRADUAL E INCIDE SÓ SOBRE O NOVO PATAMAR

Competitividade global

O mais importante é que simplicidade está ligada a **agilidade**, fundamento indispensável para um país **competitivo**

Um novo passo decisivo

Decreto Presidencial

DECRETO PRESIDENCIAL

Programa + amplo, robusto e ambicioso

Secretaria MEI/MPE

VERTICAL

Ministérios e Secretarias

TRANSVERSAL

#BEMMAISSIMPLES

Como fazer acontecer

Premissa Básica do Programa

Resgate da fé na palavra do cidadão

"O Brasil acostumou-se a substituir a aplicação do Código Penal - que pune com prisão o crime de falsidade - pela exigência prévia de atestados e certidões negativas. Por outras palavras, em vez de se colocar o falsário na cadeia, exige-se de todos os honestos que comprovem com documentos que não são desonestos."

Hélio Beltrão

Diretrizes Básicas do Programa

Eliminar o desnecessário

- Extinguir a curto prazo formalidades e burocracias inúteis

Diretrizes Básicas do Programa

Unificar a relação do Estado com o cidadão – 1:1

Unificar cadastro e identificação do cidadão em todos órgãos Públicos

Dar acesso aos serviços públicos em um só lugar

Manter informações do cidadão para consultas

Uso Intensivo de meios eletrônicos

Integração de Sistemas em cada Poder e entre os Poderes

Criatividade e Protagonismo do gestor público

Projeto implantado

Projeto em implantação

"UM BOI SE ENGOLE AOS BIFES"

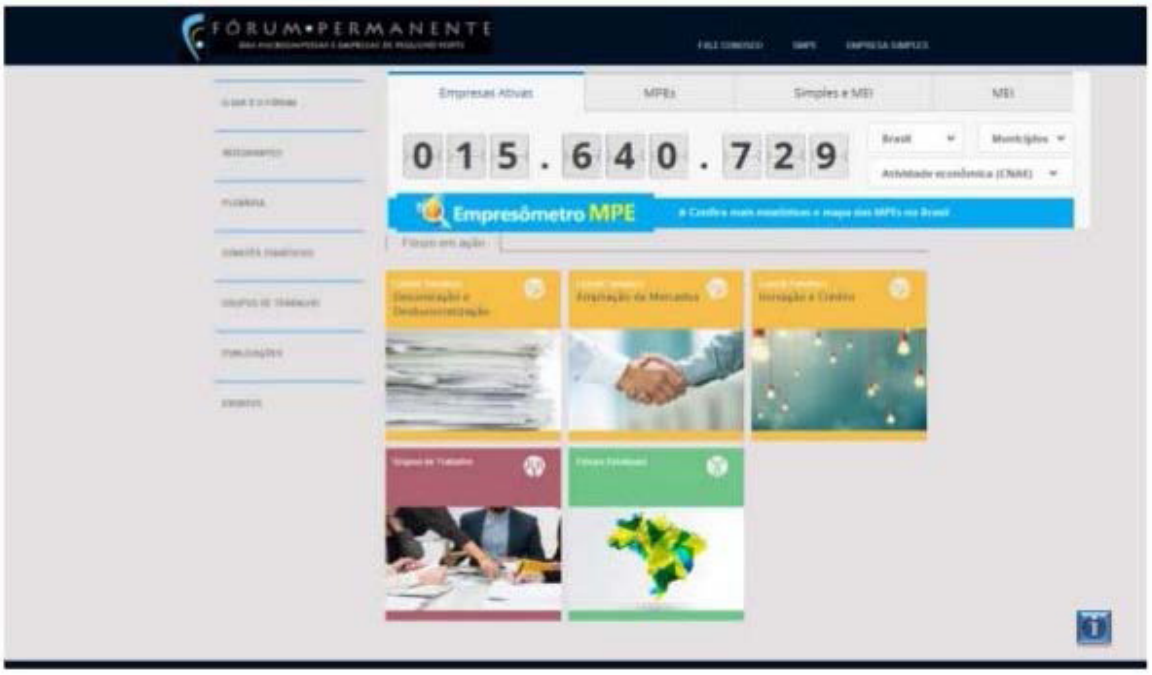
"Abrir empresas é difícil,
fechar é impossível"

Fechamento de empresas na hora, a partir de
HOJE!

Módulo de Abertura de Empresas

Operação será iniciada em ***Junho de 2015*** com o prazo médio de ***5 dias***

Empresômetro



Programa

#BEMMAIS SIMPLES

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu cumprimento V. Exª, Senador Wellington, pelo pronunciamento. Ainda agora, o Senador Pimentel estava falando da importância da solenidade de hoje em que a Presidenta Dilma estabelece uma política que melhora a vida dos empreendedores e daqueles que trabalham, no dia a dia, no comércio e em atividades do empreendedorismo com o Bem Mais Simples.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradecendo a compreensão de V. Exª, peço a palavra pela ordem para fazer uma comunicação inadiável e para trazer uma preocupação ao Plenário do Senado da República. Muito mais do que uma preocupação, eu diria que quero revelar aqui minha indignação, na condição de Senador que representa o Estado do Espírito Santo, pelo descaso com que a Petrobras e a BW Operadora estão tratando um fato da maior gravidade em nosso Estado, Sr. Presidente.

No dia 11 de fevereiro – portanto, há pouco mais de 15 dias –, nós tivemos, no Espírito Santo, em nível de escala, o terceiro pior acidente em uma plataforma de petróleo, a FPSO Cidade de São Mateus, que explorava petróleo em frente ao Município de Aracruz.

Trabalhavam, Sr. Presidente, no instante desse acidente, 74 trabalhadores no navio-plataforma Cidade de São Mateus. Esse acidente levou diversos trabalhadores a serem internados nos hospitais da grande Vitória. É importante o registro do esforço que foi feito por esses hospitais para acolher esses trabalhadores, que trabalham *offshore*, ou seja, que trabalham no mar.

Além dessas dezenas de trabalhadores que foram submetidos a intervenções, a cirurgias, lamentavelmente sete pessoas, sete seres humanos, sete trabalhadores tiveram suas vidas ceifadas. Desses sete trabalhadores que morreram, dois ainda não encontraram o seu destino. As famílias estão angustiadas. Há toda uma comoção no meu Estado em busca de uma resposta efetiva e objetiva, Sr. Presidente.

Nós estamos achando que a Petrobras – e não apenas a Petrobras, mas também a operadora – está faltando, não está atendendo adequadamente às famílias. Não está havendo uma conexão e uma interligação com informações, de modo que essas famílias possam ser acolhidas neste momento, que é de muita angústia e de muito sofrimento para esses trabalhadores e para essas famílias que perderam seus semelhantes.

Então, minha comunicação inadiável tem este sentido: o de manifestar a minha indignação pela falta de informação e de celeridade efetiva por parte da BW Operadora Offshore e por parte da Petrobras, que devem dar uma resposta mais célere a essas famílias, a esses trabalhadores que a aguardam.

Recebi, pela manhã, um telefonema do Governador Paulo Hartung, do meu Estado, porque compartilhamos essa preocupação. O Governador Paulo Hartung está fazendo contato direto com a Diretoria da Petrobras, com o Presidente da Petrobras, para que nós possamos ser céleres, efetivos e eficientes em uma resposta às famílias capixabas desses trabalhadores que não foram ainda encontrados, o que é motivo de grande comoção popular em nosso Estado.

É a comunicação inadiável que faço aqui, no plenário do Senado, na expectativa de que estas modestas e humildes palavras possam alcançar o coração e o sentimento de quem tem a responsabilidade de oferecer respostas para um tipo de acidente como esse, que ceifou sete famílias, sete trabalhadores. Ainda dois trabalhadores estão desaparecidos, e não se consegue resposta, não se consegue comunicação. As famílias estão sem acolhimento, sem o respeito devido por parte da BW Operadora e por parte da Petrobras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Cumprimento V. Exª, Senador Ricardo Ferraço, por essa intervenção.

Tomara! O direito de haver uma conclusão a respeito do corpo é parte do ritual cristão de todos nós. A família tem que ter essa resposta, tem que ter o apoio das empresas, porque esse lamentável acidente tirou a vida de sete trabalhadores.

Eu queria ler Expediente que há sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência recebeu, da Liderança do PSDB, os nomes para integrarem as Comissões Permanentes desta Casa, nos termos dos **Ofícios nºs 13, 15 a 22 e 24, de 2015**.

Ficam designados os seguintes membros das Comissões:

CAE

Senadores

Titulares	Suplentes
Flexa Ribeiro	3. Ataídes de Oliveira
José Serra	4. Antonio Anastasia
Tasso Jereissati	5. Paulo Bauer

CAS

Senadores

Lúcia Vânia	
Tasso Jereissati	

CCJ

Senadores

Aécio Neves	3. Aloysio Nunes Ferreira
Alvaro Dias	4. Ataídes de Oliveira
Antonio Anastasia	5. Tasso Jereissati

CCT

Senadores

Aloysio Nunes Ferreira	
Flexa Ribeiro	

CDR

Senadores

	2. Lúcia Vânia

CMA

Senadores

Ataídes de Oliveira	2. Aloysio Nunes Ferreira
Flexa Ribeiro	3. Alvaro Dias

CRA

Senadores

	2. Flexa Ribeiro

CE

Senadores

Alvaro Dias	3. Aloysio Nunes Ferreira
Antonio Anastasia	4. Ataídes de Oliveira
Lúcia Vânia	5.

CRE

Senadores

Aloysio Nunes Ferreira	2. Flexa Ribeiro

Antonio Anastasia
Paulo Bauer

3. José Serra
4. Tasso Jereissati

CI

Senadores

Flexa Ribeiro
Paulo Bauer

São os seguintes os Ofícios:

Ofício nº 13/15-GLPSDB

Brasília, de fevereiro de 2015

Senhor Presidente,

Em resposta ao ofício nº 52/2015-SF, indico os seguintes Senadores para integrarem a Comissão de Assuntos Econômicos, nas vagas destinadas ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira:

TITULARES	**SUPLENTES**
Senador Flexa Ribeiro	Senador Ataídes de Oliveira
Senador José Serra	Senador Antonio Anastasia
Senador Tasso Jereissati	Senador Paulo Bauer

Atenciosamente,

Senador CÁSSIO CUNHA LIMA
Líder do PSDB

Ofício nº 15/15-GLPSDB

Brasília, de fevereiro de 2015

Senhor Presidente,

Em resposta ao ofício nº 52/2015-SF, indico os seguintes Senadores para integrarem a Comissão de Assuntos Sociais, nas vagas destinadas ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira:

TITULARES	**SUPLENTES**
Senadora Lúcia Vânia	
Senador Tasso Jereissati	

Atenciosamente,

Senador CÁSSIO CUNHA LIMA
Líder do PSDB

Ofício nº 16/15-GLPSDB

Brasília, de fevereiro de 2015

Senhor Presidente,

Em resposta ao ofício nº 52/2015-SF, indico os seguintes Senadores para integrarem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nas vagas destinadas ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira:

TITULARES	**SUPLENTES**
Senador Aécio Neves	Senador Aloysio Nunes Ferreira

Senador Alvaro Dias
Senador Antonio Anastasia
Senador Ataídes de Oliveira
Senador Tasso Jereissati

Atenciosamente,

Senador CÁSSIO CUNHA LIMA
Líder do PSDB

Ofício nº 17/15-GLPSDB

Brasília, de fevereiro de 2015

Senhor Presidente,

Em resposta ao ofício nº 52/2015-SF, indico os seguintes Senadores para integrarem a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, nas vagas destinadas ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira:

TITULARES
Senador Alvaro Dias
Senador Antonio Anastasia
Senadora Lúcia Vânia

SUPLENTES
Senador Aloysio Nunes Ferreira
Senador Ataídes de Oliveira

Atenciosamente,

Senador CÁSSIO CUNHA LIMA
Líder do PSDB

Ofício nº 18/15-GLPSDB

Brasília, de fevereiro de 2015

Senhor Presidente,

Em resposta ao ofício nº 52/2015-SF, indico os seguintes Senadores para integrarem a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nas vagas destinadas ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira:

TITULARES
Senador Flexa Ribeiro

SUPLENTES

Atenciosamente,

Senador CÁSSIO CUNHA LIMA
Líder do PSDB

Ofício nº 19/15-GLPSDB

Brasília, de fevereiro de 2015

Senhor Presidente,

Em resposta ao ofício nº 52/2015-SF, indico os seguintes Senadores para integrarem a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática, nas vagas destinadas ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira:

TITULARES
Senador Aloysio Nunes Ferreira

SUPLENTES
Senador Flexa Ribeiro

Atenciosamente,

Senador CÁSSIO CUNHA LIMA
Líder do PSDB

Ofício nº 20/15-GLPSDB

Brasília, de fevereiro de 2015

Senhor Presidente,

Em resposta ao ofício nº 52/2015-SF, indico os seguintes Senadores para integrarem a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nas vagas destinadas ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira:

TITULARES	**SUPLENTES**
Senador Aloysio Nunes Ferreira	Senador Flexa Ribeiro
Senador Antonio Anastasia	Senador José Serra
Senador Paulo Bauer	Senador Tasso Jereissati

Atenciosamente,

Senador CÁSSIO CUNHA LIMA
Líder do PSDB

Ofício nº 21/15-GLPSDB

Brasília, de fevereiro de 2015

Senhor Presidente,

Em resposta ao ofício nº 52/2015-SF, indico os seguintes Senadores para integrarem a Comissão de Serviços de Infraestrutura, nas vagas destinadas ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira:

TITULARES	**SUPLENTES**
Senador Flexa Ribeiro	
Senador Paulo Bauer	

Atenciosamente,

Senador CASSIO CUNHA LIMA
Líder do PSDB

Ofício nº 22/15-GLPSDB

Brasília, de fevereiro de 2015

Senhor Presidente,

Em resposta ao ofício nº 52/2015-SF, indico os seguintes Senadores para integrarem a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, nas vagas destinadas ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira:

TITULARES	**SUPLENTES**
	Senadora Lúcia Vânia

Atenciosamente,

Senador CÁSSIO CUNHA LIMA
Líder do PSDB

Ofício nº 24/15-GLPSDB

Brasília, de fevereiro de 2015

Senhor Presidente,

Em resposta ao ofício nº 52/2015-SF, indico os seguintes Senadores para integrarem a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, nas vagas destinadas ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira:

TITULARES

Senador Ataídes de Oliveira

Senador Flexa Ribeiro

SUPLENTES

Senador Aloysio Nunes Ferreira

Senador Alvaro Dias

Atenciosamente,

Senador CÁSSIO CUNHA LIMA

Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Passo a Presidência dos trabalhos para o colega Paulo Paim, para que, na permuta, como orador inscrito, eu possa usar a tribuna.

O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Passamos a palavra ao Senador Jorge Viana, do Acre, PT, Vice-Presidente da Casa.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, todos que nos acompanham pela Rádio e TV Senado, eu queria, antes de mais nada, solidarizar-me novamente com a população dos Municípios que compõem o Vale do Acre pelo desastre ambiental que estamos vivendo, pelo sofrimento.

Eu quero estar junto de toda a população de Assis Brasil, que sentiu o impacto da cheia do Rio Acre, num primeiro momento. Agora, Brasileia, onde foi decretado estado de calamidade pública; e a calamidade, agora, está chegando à nossa querida Xapuri e também a Rio Branco. É uma situação grave. O Município de Epitaciolândia, que é do outro lado do rio, em Brasileia, também enfrenta muita dificuldade.

Inclusive, tomei a iniciativa de ligar para o Ministro Gilberto Occhi, da Integração Nacional, que coordena a Defesa Civil. Tivemos, então, a chefia da Defesa Civil, o Ministro da Integração, em uma reunião com toda a Bancada do Acre.

A decisão do Ministro, atendendo à orientação da Presidenta Dilma, é de socorrer imediatamente a população dos Municípios, somando-se ao esforço do Governo do Estado e das prefeituras – só estou fazendo esse informe, porque quero falar dos soldados da borracha. Está aqui o Senador Gladson Cameli, que é do PP, o mesmo Partido do Ministro Gilberto, que tem sido absolutamente solidário com o Acre, desde o mandato passado, quando foi Ministro das Cidades. Vamos juntos no voo para Rio Branco. Vamos visitar as áreas atingidas. Mais do que isso, vamos tentar levar condições, como é o papel de quem ocupa mandato na Bancada Federal, em uma ação conjunta da Bancada, para que os Prefeitos e o próprio Governador não fiquem sozinhos com um problema tão grave, que não tem precedente na história.

Hoje, eu fiz uma postagem das imagens de Xapuri, com água dentro da igreja, que atingiu os lugares essenciais para a vida, para o funcionamento da cidade, como eu nunca vi. O mesmo ocorreu em Brasileia. Agora, o rio ganha força mais abaixo, em Rio Branco. Certamente, essa cheia já está atingindo Boca do Acre, no Amazonas, e vai Rio Purus abaixo.

Então, eu queria fazer este registro da tribuna para agradecer à Presidenta Dilma pelo apoio que está dando, através do Ministério da Integração, e, de modo muito especial, a toda equipe do Ministro Gilberto Occhi, por estar não só ajudando, mas indo, sendo solidário. Num momento desses, de desastre natural, a solidariedade vale muito. Tem que ir lá – todos nós vamos – abraçar a população, sentir de perto o tamanho do problema e socorrer. Num segundo momento, entra a reconstrução. Brasileia vai ter que ser reconstruída. Vamos ter que repensar.

Uma parte de Xapuri terá que ser reconstruída, e Rio Branco tem sofrido muito. Rio Branco já tem uma política da Cidade do Povo. O Governador Tião Viana tem tirado muitas famílias das áreas de risco, em parceria com o Governo Federal.

A nossa Bancada terá muito trabalho pela frente. Ontem, tivemos uma extraordinária reunião. Saíram o Senador Petecão e o Deputado Sibá, que eram os coordenadores, e assumiu o ex-Prefeito, hoje Deputado Federal, Raimundo Angelim, e o Alan Rick. V. Exª, Senador Gladson, estava lá. Fizemos, por unanimidade, a eleição da coordenação da Bancada.

Para o Brasil inteiro ver: temos diferenças. Uma parte da Bancada é Oposição; outra, Situação. Uma parcela enorme da nossa Bancada, dos 11, 10 compõem partidos da Base do Governo. Estamos juntos nisso, mas, quando o assunto é o Estado do Acre, somos do partido do Acre. Estamos sempre todos juntos.

Para mim, esse é um processo pedagógico na política. É difícil haver um Estado que faz essa diferenciação como nós fazemos no Acre. Todo mundo junto na hora em que o interesse do Estado está posto. Acho que vamos preservar isso.

A Câmara dos Deputados renovou sua composição. Dos oito Deputados, só ficaram os Deputados Federais Flaviano Melo e Sibá Machado. Os seis demais são novos.

Estou convencido de que deve prevalecer esse espírito, esse sentimento, porque isso é bom para a população.

Vou falar agora sobre esta extraordinária notícia que a Presidenta Dilma nos dá, e que o Ministro Gabas, por telefone, me passou: a partir de segunda-feira, os soldados da borracha vão receber indenização. Isso é fruto daquela emenda à Constituição.

Esse trabalho começou aqui, com a Senadora Vanessa, em 2002. Essa mudança na Constituição foi à Câmara. A luta foi encampada pela ex-Deputada Perpétua Almeida, cujo trabalho foi muito importante. Falei com ela hoje. Ela estava emocionada, pois seu pai era soldado da borracha, o Seu Chico, falecido no ano passado, e não pôde alcançar essa vitória.

Só no Acre, são 6.897 soldados da borracha ou familiares beneficiários. Vão receber a partir de segunda-feira. Está confirmado.

Com muita satisfação, já ouvirei o aparte de V. Exª, Senador Gladson. Só farei uma leitura, e V. Exª falará dos dois assuntos, certamente, porque é do interesse do nosso povo.

No Amapá, são 24 famílias; no Amazonas, são 1.817; na Bahia, 8.

São famílias que mudaram. Trabalharam, na época, no esforço de guerra na Amazônia.

No Ceará, 107; no Distrito Federal, 12; no Espírito Santo, 14; no Maranhão, 7; no Mato Grosso, 78; no Mato Grosso do Sul, 6; em Minas Gerais, 4; no Pará, 1.086; em Rondônia, 1.637; no Rio Grande do Norte, 100; no Rio de Janeiro, 12; no Piauí, 1; no Paraná, 5; em Roraima, 30; em Santa Catarina, 20; em São Paulo, 15; no Tocantins, 8.

São 11.896 beneficiários. Nós estamos falando de quase R$300 milhões que, a partir de segunda-feira, vão estar na conta dos mais pobres, de pessoas idosas, de famílias carentes, em que o chefe da família foi, num esforço de guerra, cortar seringa na Amazônia, trabalhar na floresta e ajudar a vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial.

Há uma pensão que foi fixada a partir de um entendimento, de um acordo assinado, inclusive, na época, por Arlindo Chinaglia, de R$1.500, quantia que vão seguir recebendo. São dois salários mínimos. Vão poder receber essa quantia, a partir de segunda-feira, a título de indenização. Posso afirmar que esses R$25 mil vão fazer muita diferença, porque os mais pobres sabem valorizar cada real que recebem.

Então, Presidenta Dilma, obrigado; Perpétua Almeida, todos que ajudaram. A Bancada toda ajudou. Eu dei a minha contribuição aqui, e o Senador Anibal foi Relator. Acho que é hora de celebrarmos – nós que cobramos – e agradecermos essa vitória. No momento em que o Acre enfrenta muita dificuldade, não poderíamos escolher melhor hora para a economia do Acre ter quase R$200 milhões.

O Sr. Gladson Cameli (PP – AC. *Fora do microfone.*) – São R$250 milhões.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Só no Acre, porque são 6.895 beneficiários no Acre. Essa indenização, somada aos recursos do mês, vai fazer a diferença.

Então, faço aqui um agradecimento ao Ministro Gabas, da Previdência, à Presidenta Dilma, e ouço, com satisfação, o aparte de V. Exª, Senador Gladson.

O Sr. Gladson Cameli (PP – AC) – Senador Jorge Viana, eu quero apartear V. Exª por causa de dois assuntos muito importantes: primeiro, sobre a nossa ida, amanhã, ao nosso Estado do Acre com o Ministro da Integração Nacional. V. Exª fez um relato muito importante. Temos as nossas diferenças políticas no Estado, mas, quando se fala do Estado do Acre, quando se fala em proteger o nosso Estado, toda a Bancada do nosso Estado está unida para esse desafio. Então, eu digo que é uma satisfação enorme fazer parte dessa Bancada, porque nós estamos preocupados com o nosso Estado. E eu queria alertar, até por uma questão de indicar, para o fato de que nós

temos um grande desafio. Eu queria chamar para um debate os Governos executivos Municipal, Estadual e Federal. Nós precisamos fazer uma ação positiva de infraestrutura nesses Municípios após as cheias, porque, daqui a um ano, daqui a dois anos, corremos o risco, novamente, de estar passando pelo mesmo problema, que é gravíssimo no nosso Estado. Brasileia, V. Exª sabe, não tolera, não suporta mais uma nova enchente. Espero que essa seja a última, porque o Município está totalmente – usando uma expressão popular – acabado, devido a essas cheias que vêm acontecendo. Ao mesmo tempo, em relação aos soldados da borracha, quero parabenizar todos que ajudaram, que contribuíram, a Bancada da Região Norte, os seus Parlamentares Relatores, a própria Senadora Vanessa Grazziotin. V. Exª mencionou um dado muito importante: esse dinheiro chega em um momento oportuno. Vai aquecer a economia do Estado do Acre para mais de quase R$250 milhões. Como V. Exª falou, são quase 7 mil beneficiados. Então, quero parabenizar a Presidenta Dilma e toda a equipe econômica do Governo, que estão liberando esses recursos, de uma vez por todas, para esses bravos soldados da borracha. Esse dinheiro está chegando em um momento oportuno, tanto que o Estado está passando por uma situação de alagação, de questões naturais, e esse dinheiro chega nesse exato momento. Então, quero parabenizar a Presidenta e parabenizar todos que realmente ajudaram para que esses recursos fossem liberados. Agora, realmente, faz valer o trabalho e o esforço de todos os soldados da borracha. Parabenizo também a ex-Deputada Perpétua Almeida. Eu não poderia deixar de parabenizar a ex-Deputada, porque foi uma luta que ela encampou na Câmara dos Deputados. Muito obrigado, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito obrigado pelo aparte, colega Senador Gladson Cameli. Parabéns também por estarmos aqui juntos, longe do calor das disputas políticas, das eleições, dos desafios que todos nós temos pela frente na vida.

Estamos aqui, juntos, fazendo este reconhecimento à Deputada Perpétua. Hoje, eu falei com ela. A ex-Deputada estava emocionada. É uma vitória. Começou aqui, com a Vanessa, e muita gente ajudou. Não quero cometer injustiça. Não foi só a Deputada Perpétua lá. Não foi só a Senadora Vanessa, mas elas se destacaram: uma, porque apresentou a proposta; a outra, porque fez disso uma luta em homenagem ao pai, a todos os soldados da borracha e até sofreu algumas injustiças por conta do calor das disputas, que já são coisas do passado.

Parabéns à Presidenta Dilma. Aqui, o Senador Anibal foi Relator dessa matéria, também deu a sua contribuição.

Eu tomei a iniciativa de apresentar uma PEC propondo encontrar uma maneira de o pagamento sair o quanto antes, mas cumpriu-se aquilo que está estabelecido na Constituição: se uma emenda alterar e criar despesa num ano, só pode essa despesa ser materializada no outro ano. A Emenda à Constituição é a de nº 78, de 2014. A Presidenta Dilma, então, cumprindo sua palavra, determinou o pagamento que, a partir de segunda-feira, vai beneficiar, como disse ainda há pouco, 11.896 ex-soldados da borracha ou seus descendentes.

Concluo, Sr. Presidente Paim.

Há aqui uma história: "Quem são os soldados da borracha?" V. Exª defende tanto aqueles que já deram sua contribuição, que têm direito a uma justa aposentadoria, envida esforços para que seja inserida em pauta uma luta sua e de tantos, que é o debate sobre o fim do fator previdenciário. Estou junto. V. Exª sabe que, na reunião no Palácio ontem, eu disse claramente que isso é uma questão fundamental. Vamos aprovar os ajustes econômicos, vamos acabar com as distorções que há no uso das políticas sociais no nosso Governo, vamos entrar no mérito desse debate, mas por que não colocar o fim do fator previdenciário, que já está com a validade vencida, que já é coisa do passado, mas que prejudica o aposentado? O aposentado tem que ter o respeito de todos nós. É quem já trabalhou, é quem já deu duro. E eu tenho fé que nós vamos incluir esse assunto e, assim, vamos todos juntos votar as reformas, fazer o ajuste que temos que fazer, mas também trazer justiça para a causa dos aposentados.

Mas quem são os soldados da borracha? Brasileiros que, em 1943 e 1945, foram alistados e transportados. Imaginem: levar pessoas do Nordeste para a Amazônia para o esforço de guerra. Faziam parte do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia – Semta. Era um negócio incrível: saíam pelo Nordeste chamando os arigós, como eram conhecidos, para extrair borracha com base num acordo assinado em Washington, na Segunda Guerra Mundial.

O contingente levado para a Amazônia para produzir borracha, Senador Paim, foi de 55 mil homens! Imaginem as dificuldades que enfrentaram às margens dos rios, quantos morreram. Milhares morreram num esforço de guerra! A eles prometeu-se: "Quando vocês voltarem, serão considerados como pracinhas que foram para a Itália, serão reconhecidos pelo Estado brasileiro". Isso não aconteceu.

Vejam que curioso: o soldado da borracha, o arigó, cidadão nordestino corajoso – arigó era como o chamávamos lá na região –, depois de alistado, passava por exame médico e, depois de dado por habilitado, ia para um alojamento em Fortaleza, Prado e Alagadiço, recebia um kit básico de trabalho na mata. Olha o kit básico de trabalho na mata que o soldado da borracha recebia para enfrentar os desafios da floresta na Ama-

zônia: uma calça de mescla azul, uma camisa branca de morim, um chapéu de palha, um par de alpercatas, uma mochila, um prato fundo, talher (colher e garfo), uma caneca de folha de flandres, uma rede e um maço de cigarros Colomy. O ponto de partida, depois de receber esse kit de sobrevivência na selva amazônica, era o porto de Fortaleza. E imagine: começava ali uma viagem de semanas, meses.

É exatamente à história desses heróis que estamos nos referindo. Cada um deles vai receber R$25 mil – aqueles que estão vivos ainda ou os seus familiares –, graças a uma decisão do Congresso e a este gesto, que merece todos os elogios, da Presidenta Dilma.

Concluo agradecendo a todos que nos ajudaram a trabalhar esse tema – mais uma vez parabenizando a querida colega Vanessa Grazziotin, que apresentou a PEC que deu origem a este trabalho, a 556, de 2002 –, agradecendo à Deputada Perpétua Almeida, que, na qualidade de Relatora, trabalhou muito e fez deste tema uma causa de vida da sua atuação no Parlamento, a todos que ajudaram, ao Deputado Arlindo Chinaglia, que ajudou também, ao ex-Senador Anibal Diniz, que foi Relator aqui, e a todos os colegas que nos ajudaram a dar o devido encaminhamento a esta matéria.

Então, Sr. Presidente, fica aqui este registro, no qual informo a todos os descendentes e a todos os soldados da borracha da Amazônia, que compõem esse contingente de quase 12 mil beneficiários, que a Presidenta Dilma, através do Ministério da Previdência, estabeleceu o pagamento, junto com a pensão mensal, dos R$25 mil a título de indenização para todos os soldados da borracha.

Só no Acre vamos ter mais de R$200 milhões entrando na economia, chegando às famílias mais pobres.

Em toda a Amazônia passa de R$300 milhões o valor do recurso que, graças à generosidade e à seriedade do Governo da Presidente Dilma, alcança agora esses heróis que são os nossos soldados da borracha.

Muito obrigado, Presidente.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Antes de passar a palavra para o Senador Paulo Paim – em seguida falará o colega Senador e Líder Pimentel –, eu queria ler expediente que está sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – **Requerimento nº 75, de 2015,** Senadora Lídice da Mata.

Solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença do trabalho na Casa, no período de 19 a 23 de março do corrente ano, para representar o Senado Federal no 35º Salão do Livro de Paris, na França, e comunica, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno, que estará ausente do País no período de 18 a 24 de março.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – **Requerimento nº 81, de 2015,** Senador Roberto Requião.

Solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença do trabalho na Casa, no período de 16 a 20 de março do corrente, para participar de reuniões das Comissões Permanentes do Grupo de Trabalho na Assembleia Euro-Latino-Americana (Eurolat), na Cidade do Panamá, no Panamá, e comunica, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno, que estará ausente do País no período de 15 a 20 de março do corrente ano.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – **Requerimento nº 64, de 2015,** Senador Walter Pinheiro.

Solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença do trabalho na Casa, no período de 9 a 11 de março do corrente ano, para participar do 4º Fórum Anual Latino-Americano de Políticas Públicas em Telecomunicações, Tecnologia e Internet, em Miami, Estados Unidos, e comunica, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno, que estará ausente do País no período de 2 a 11 de março do corrente ano.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será publicada a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu passo a palavra ao bom companheiro, querido amigo, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Jorge Viana, eu venho à tribuna nesta quinta-feira à tarde para falar de três temas.

Um deles – eu não tinha como não falar disso – ainda é sobre a parada, a greve dos caminhoneiros, que em parte está resolvida, mas em parte não está resolvida, principalmente nos três Estados do Sul, embora nas negociações tenha havido avanços.

Uma das exigências é que a Lei do Motorista, na qual trabalhamos e aqui a aprovamos, fosse sancionada. Ela será sancionada pela Presidente sem nenhum veto esta semana.

Outra solicitação foi a ampliação junto ao banco do prazo para o pagamento das prestações dos financiamentos dos caminhões, o que também será feito.

Falei agora mesmo com o Ministro Miguel Rossetto, que me disse que se está olhando com carinho e sendo buscada uma redação adequada para a questão dos eixos e dos pedágios.

A tabela de frete-referência está sendo construída pelos líderes dos trabalhadores, dos empresários e pelo Governo.

A grande questão é o diesel. O Governo já garantiu que não haverá aumento do diesel pelos próximos seis meses.

Ainda me pediram – outro setor dos caminhoneiros – que houvesse a aprovação de uma lei que garantisse o direito da Associação e dos motoristas de ter um fundo mútuo para arcar com as despesas do setor. A Senadora Gleisi Hoffmann é a Relatora desse projeto. Vamos dar a rapidez necessária para que o mesmo seja aprovado – com uma ampla discussão, naturalmente, com todos os envolvidos. A Senadora Gleisi também me autorizou a dizer que está disposta a colaborar na construção de uma redação adequada para todos. O Ministro Miguel Rossetto também disse que, no dia 10, já está marcada outra reunião para discutir esse tema e aprofundar, inclusive, as reivindicações do setor.

O que está pegando, Senador Pimentel, parece-me – e recebi agora um telefonema de um líder de Três Cachoeiras, onde centenas de caminhões estão parados –, é que eles têm uma enorme preocupação – e eu falava isso ao Ministro – de que, passados seis, doze meses, o aumento do diesel venha de forma, digamos, muito elevada e isso não seja transferido para os contratos que eles têm no transporte de carga.
Consequentemente, ficariam de novo numa situação difícil.

O que eu argumentei? Poderíamos, no dia 10, quando já há uma reunião marcada – o movimento seria suspenso agora –, construir uma redação, porque, na verdade, é uma ata, é um acordo entre as partes dizendo que o aumento que tivesse o diesel, a partir desses seis, oito ou dez meses, fosse transferido para o contrato do frete. Consequentemente, nós sabemos quem paga. Alguém sempre repete: no fundo quem paga é a população, porque se você tira de uma área, passa para outra e passa para quem contrata o frete, no fim quem paga é a população. Mas haveria por aí um caminho a ser construído, que não é possível, claro, neste momento, porque a próxima reunião é no dia 10.

Eu falei com diversos líderes, e faço aqui da tribuna do Senado este apelo, tomo a liberdade de fazer este apelo – não que eu os represente, ninguém os representa, já que eles falam com muita propriedade, é um movimento autônomo. Faço um apelo para que a gente construa esse acordo. No dia 10 teríamos uma grande reunião que visaria a assegurar que, mesmo terminado o prazo em que o diesel não aumenta, se houver aumento, que seja transferido para o valor final do contrato do frete.

Ora, se até lá não construirmos, quem parou – e eu já fui sindicalista muito tempo – pode parar de novo, mas claro que eu vou gostar muito que haja um entendimento e que não haja necessidade de uma nova parada.

Falei agora com alguns líderes... "Não, então que venha um Ministro aqui nos dizer". Eu vejo aí, meu amigo Pimentel – V. Exª e eu temos dialogado muito –, que há uma dificuldade para que o Ministro vá... E aqui é numa região... Como é que nós vamos deslocar Ministro para as mais variadas regiões para assumir de lá um compromisso?

O que está no papel... Eu recebi a ata do Ministro Miguel Rossetto e disse que podemos, no dia 10, buscar uma redação que garanta a eles um mínimo de segurança de que o diesel não vai impactar negativamente no valor que eles têm a receber do frete. E por isso eu tomo a liberdade, com a responsabilidade de nós todos que somos Senadores...

E vou permitir em seguida o aparte a V. Exª, faço questão.

A situação do País é grave, vai faltar alimentação, vai faltar leite, pão, carne, luz, água, transporte, vai faltar tudo e, depois de instalado o caos, para uma grande confusão, nós temos poucos passos.

Então, o que nós queremos aqui, em nome do bom senso e da razoabilidade, é que, a respeito de grande parte das reivindicações, meu amigo Ritchie, meu amigo Botelho, meu amigo Bira, Nélson e tantos outros que eu não poderei citar aqui, reflitamos, vamos receber a ata de tudo que foi ajustado e vamos construindo, até o dia 10, os avanços possíveis para que cheguemos a uma redação final que garanta a esses homens que tocam

o País nas costas – como eu digo: nas costas do caminhão –, eles, como os que dirigem os veículos, tenham a garantia da valorização do frete, enfim, do transporte que fazem.

O Sr. José Pimentel (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Paulo Paim, eu quero começar registrando a forma como V. Exª tem conduzido, no seu mandato e no nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores, essas várias questões sociais, trabalhistas e que interessam ao Estado nacional. Lembro muito bem do esforço do meu companheiro Paulo Paim na discussão desse projeto de lei, que terminou sendo aprovado na Câmara Federal sem alteração, mas registro que ele foi construído aqui no Senado Federal, no final do ano passado. Fizemos aquele forte debate na Comissão de Infraestrutra inicialmente, depois, no plenário do Senado Federal, e ali havia três grandes preocupações levantadas pelo meu companheiro Paulo Paim, que foram objeto de um amplo debate e de votação. Algumas matérias que você aqui levantava ficaram na agenda de compromissos de discussão. O primeiro grande debate era sobre a jornada de trabalho. O texto que nós tínhamos construído anteriormente não dava conta disso, e você propôs, como sindicalista que foi e que acompanha de perto esse debate, a importância de se manter a mesma jornada de trabalho que há na CLT. Se, eventualmente, houver algum transporte que requeira um tratamento diferenciado, que isso seja discutido na convenção coletiva de trabalho daquele setor, daquele segmento, daquela região. Portanto, nós não engessamos esse debate. A segunda grande discussão que nós tínhamos era sobre a política de financiamento da aquisição desses veículos. Era objeto de toda uma deliberação sobre a fixação da taxa de juros, juros diferenciados para esse setor e um prazo mais elástico. No ano de 2014, a produção brasileira, de um modo geral, teve uma certa diminuição – evidentemente, no setor agrícola e pecuário, nós tivemos crescimento. Mas sabemos que nossos caminhoneiros têm outras atividades que envolvem a produção urbana. E ali foi apresentada, agora, essa demanda, e nosso Governo está assumindo um período de carência por 12 meses, exatamente para ajustar essas questões. No que diz respeito ao projeto de lei aprovado no Senado por uma ampla maioria, foi à Câmara Federal, que, já no finalzinho da legislatura passada, aprovou, por maioria de voto, o que o Senado tinha feito. Foi encaminhado agora, em 2015, ao Palácio do Planalto, e há o compromisso, como muito bem V. Exª aqui coloca, de sancionar, sem veto, aquilo que foi fruto do grande entendimento do Senado Federal e sua confirmação na Câmara Federal. E temos a questão do preço do diesel. Nós temos de ter clareza de que a política de combustível no Brasil tem subsídio e trabalha com o preço médio do barril de petróleo de US$70,00. Quando nos anos de 2011, 2012, 2013 até a metade de 2014, em que o barril estava em torno de US$100,00, US$105,00, o Estado nacional absorveu essa diferença, não a transferiu para ninguém. Agora, o dólar caiu. Caiu com dois grandes objetivos: o primeiro, inviabilizar uma política de exploração do xisto, do gás de xisto, nos Estados Unidos, porque o xisto está em torno de US$60,00 e, principalmente, punir a Rússia por conta de suas questões regionais. Em face disso, as "sete irmãs" tomaram a decisão e estão praticando o preço do barril de petróleo abaixo de US$50,00. Portanto, a Petrobras, que é essa grande empresa nacional, trabalha para trazer certo equilíbrio nessa balança – anteriormente, nós tínhamos a chamada "conta petróleo". O compromisso é por seis meses. E é evidente que, se nós formos acolher essa tese, os caminhoneiros não poderão sair de casa, porque podem ter um acidente – mas podem também não os ter. O que nosso Governo está dizendo – e muito bem V. Exª registra – é que existe o compromisso de, durante esses seis meses, não haver aumento e, nesse período, se constroem essas políticas para que o Brasil vote a funcionar. É bom lembrar que, no Território nacional, todo o Nordeste já acolheu o resultado da negociação de ontem, feita sob a orientação da nossa Presidenta Dilma e coordenada pelo Ministro Miguel Rossetto. Na Região Centro-Oeste, a negociação está bastante adiantada. Ainda há alguns focos no Estado do Mato Grosso, mas já com o processo muito adiantado. No resto da Região Centro-Oeste, já foi resolvido. Agora, temos a pendência na Região Sul. Eu acredito que o bom senso e a responsabilidade de todos vão levar a esse processo. Mas o risco de desabastecimento já está superado, porque quatro das cinco regiões, felizmente, já compreenderam. E é bom registrar que, em um país continental como o nosso – somos o quinto no mundo em extensão territorial –, é impossível o Ministro sair de piquete em piquete tentando fazer uma reunião para dizer qual é o compromisso. O nosso Governo é transparente, faz o diálogo, firma os termos e os encaminha para as entidades representativas. Àqueles que são avulsos, a imprensa encaminha. Quem quiser ter acesso, está na internet. Hoje, em qualquer ponto do Brasil, você pode ter acesso. Um exemplo concreto são os benefícios da Previdência Social. O meu amigo Paulo Paim brigava com as filas da Previdência Social, que eram, realmente, uma questão desumana. Hoje, nós concedemos o benefício previdenciário, em que os caminhoneiros são os grandes demandantes e são beneficiários, em até meia hora em face da nova tecnologia. Portanto, lamento essa posição por parte dos caminhoneiros, mas não se justifica num país cujo sistema de internet está totalmente integrado. Por isso, quero parabenizar V. Exª e registrar que, ontem, o Senado Federal definiu as comissões permanentes e, como deliberação unânime da nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores, V. Exª foi conduzido, novamente, para a Comissão de Direitos Humanos. Como sempre V. Exª fez, já assumiu o compromisso de fazer a eleição na próxima semana e instalar a Comissão, e o primeiro

ato seria uma audiência pública nesse setor para discutir o que falta – e sempre haverá itens novos –, pautar e ser, acima de tudo, além de amigo dos trabalhadores que V. Exª é, também o mediador nesses conflitos e na diminuição dessa agenda, que, muitas vezes, tem outros encaminhamentos e vai ficando para segundo plano. Mas V. Exª, que será o nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos nos próximos dois anos, terá uma tarefa a mais. Para nós da Bancada, será uma tranquilidade, porque o que V. Exª trata sempre é cumprido. Por isso, parabéns pelo pronunciamento e pela indicação para ser Presidente da Comissão de Direitos Humanos!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Pimentel, que é o Líder do Governo na Casa.

Eu sei que eles estão ouvindo o nosso pronunciamento, e digo a eles que a palavra do Líder do Governo é a mesma que do Ministro Miguel Rossetto, que me passou minutos atrás. Ele não me pediu que fizesse esse apelo; apenas pediu que eu dialogasse com os Líderes. Mas eu resolvi fazer o apelo aqui, da tribuna, no sentido de que – eu diria, principalmente para os da Região Sul, que é o fato neste momento, onde pode, até, ocorrer desabastecimento, devido à realidade local –, eles retomem as atividades.

Teremos outra reunião no dia 10, e eu pego o gancho na sua proposta, e já fica o compromisso, se Deus permitir que eu assuma...

O Sr. José Pimentel (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – No dia posterior, no dia anterior ou no próprio dia, fazer uma audiência pública.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – No próprio dia.

Já fica o compromisso de, na semana que vem, eu marcar uma audiência pública, convocando os líderes dos motoristas, principalmente de caminhões, que é o caso, como já fizemos no passado. Eu diria que fizemos mais de 40 audiências públicas dos motoristas de caminhões na Comissão de Direitos Humanos. Foi lá que nasceu a primeira lei; depois, desdobrou para a segunda, que avançou na visão de todo o conjunto. Inclusive, estamos discutido lá o Estatuto do Motorista, com toda a delicadeza – e, quando se fala em motorista, fala-se de caminhão, de taxista, de autônomo, do empresário, enfim, de kombi, de van. Estamos enfrentando o bom debate e eles estão sendo muito – não é, companheiro Bira? – parceiros, em todos os momentos em que temos nos falado.

Estão aqui o Bira e outros companheiros, vamos dialogar agora, na busca desse entendimento. E faço este apelo: de que a gente construa esse acordo, resolva a questão e, no dia 10, ou antes mesmo, na Comissão de Direitos Humanos, façamos uma audiência pública na busca da solução final, a fim de chegarmos ao TAC – Termo de Ajuste de Conduta –, no sentido de, finalmente, resolver e atender o pleito dos caminhoneiros.

Feito o apelo, eu quero fazer aqui dois registros, Presidente. Primeiro, dizendo que, na mesma linha em que falou o Líder Jorge Viana, eu quero, por escrito, deixar a importância da reunião que tivemos ontem com os Ministros para discutir as duas MPs 664 e 665.

Nós da Bancada, sob a liderança do nosso Líder Humberto Costa e de V. Exª, como ex-Ministro da Previdência, apontamos caminhos pelos quais nós podemos fazer ajustes nas MPs – nas duas – e que o fator previdenciário entre também na pauta. O seu argumento foi o mais sólido. É preciso que a sociedade entenda que o fator previdenciário já cumpriu o que tinha que cumprir, ou até não cumpriu, porque não resolveu a questão da aposentadoria precoce: as pessoas estão se aposentando, voltando a trabalhar e, lá na frente, entram com o instituto da desaposentadoria, e está feita a confusão. Não é bom para ninguém: não é bom para a Previdência e não é bom para o trabalhador. Temos que resolver essa questão do fator, e o momento é este.

Também registro aqui a boa conversa que tivemos com o nosso ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a conjuntura.

Quero ainda, Sr. Presidente, deixar registrado um outro documento em que faço um balanço de todo o movimento que vem acontecendo no País, desde os caminhoneiros às paralisações na Região Sul, principalmente no polo naval de Rio Grande. Também estamos participando de negociações na busca de soluções.

Por fim, com alegria, registro que recebi, hoje pela manhã, uma delegação de Veranópolis, uma das cidades mais bonitas do meu Estado, a chamada "cidade da longevidade", sendo o Município o nono melhor em índice de desenvolvimento socioeconômico do Estado.

Veranópolis é conhecida como berço nacional da maçã e terra da longevidade. Neste ano, nós temos a nona edição da festa da maçã. O presidente dessa atividade, Leocride Bataglion, esteve comigo, contando a grandeza desse movimento, da festa, e para onde vão aqueles que acreditaram e apostaram na produção de maçã, que está dando muito certo. Diz ele: "Estamos investindo na Femaçã e queremos que ela dê retorno e traga resultados para Veranópolis, para o Rio Grande e para o Brasil. Este é o berço nacional da maçã. Através da Femaçã, queremos mostrar todo o potencial da região".

Também vai ser homenageado o Sr. José Bin, o produtor que plantou a primeira macieira lá em Veranópolis, perto ali de Caxias, onde nasci.

Esteve também comigo o Prefeito Carlos Alberto Spanhol, que afirma que a festa conta com todo apoio da Prefeitura e vai resgatar a história dos imigrantes na figura do Sr. José Bin.

A comissão organizadora dessa atividade lembra que o evento acontecerá nos dias 10 a 12 e 17 a 21 de abril deste ano, em Veranópolis.

A comitiva que me visitou contava com o presidente da Femaçã, Leocrides Bataglion e sua esposa Maristela Bataglion, o prefeito de Veranópolis, Carlos Alberto Spanhol, o vereador Irineu Machado dos Santos e as soberanas, a Imperatriz da festa Vanessa Calioni e princesas Bruna Trintinaglia e Juliana Gasperin Pirocca, além da grande articuladora da região Mara Guzzo, e também Mariovane Mossi.

A comitiva, Sr. Presidente, visitou Ministros, Senadores, Deputados, ia também visitar a Presidenta da República.

O logotipo da Femaçã 2015 é: Venha nessa, participe, "todos estão convidados para cair na tentação da Femaçã, que acontece em abril de 2015!"

Sr. Presidente, espero que considere na íntegra meus três pronunciamentos e, naturalmente, o comentário que fiz sobre a importância de construirmos um grande acordo nessa questão dos caminhoneiros. Já que avançamos em um acordo, podemos avançar mais, suspendendo agora e voltando à mesa de negociação, conforme propõem os Ministros, no próximo dia 10.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Cumprimento V. Exª e deixei para fazê-lo até pela intervenção do Líder Pimentel. Participei nesta semana, como se do Sul fosse, como ligado à atividade da agropecuária no País, porque tenho a dimensão do problema que o País está vivendo. Interrupção de estradas em um país que fez a opção pela rodovia, se errada ou não, porque eu fui favorável a termos mais ferrovias, mas este País não funciona se as estradas forem interditadas.

Então, quero, primeiro, cumprimentá-lo. Fui ao Ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, que me recebeu junto com pessoas da BR Foods, que tem um sistema integrado com o próprio presidente Pedro Faria. Fui junto! Veio para cá, para meu gabinete, para ajudar na solução, usando a experiência de ex-governador, alertando, na segunda-feira, que não tinha nem um dia a perder pela gravidade do assunto. Fomos ao Ministro Eduardo Cardozo, fomos à Ministra Kátia Abreu, fomos ao Palácio. O Senador Luiz Henrique se envolveu também. Ontem, a Presidenta até agradeceu a ele, era aniversário dele, ligou para ele, cumprimentou-o pelo aniversário...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senador Blairo, me lembro que...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O Blairo entrou nisso de uma maneira determinante. O setor produtivo e, também, o pessoal que trabalha na área sindical, onde V. Exª se inclui.

E se chegou ao bom senso, é óbvio. O que estava acontecendo? Diminuiu a oferta de serviços, aumentou o preço do diesel, e as empresas estavam pagando um valor de frete menor do que o da tabela. Essa era a origem do problema, eu identifiquei segunda-feira. Tínhamos que defender os caminhoneiros! E fui defender nas reuniões. Não sou da área, mas ajudei como ex-governador e como Senador e Vice-Presidente do Senado. Recebi os agradecimentos de pessoas ligadas ao setor produtivo, e eu falei: "Olha, tem que acenar com um caminho: a lei precisa ser aprovada sem vetos, e o Governo pode fazer isso; tem que se assumir a pagar, no mínimo, a tabela; tem que se criar um grupo de trabalho para ver outras questões pendentes." Exatamente o que ficou e que foi anunciado, ontem, pela imprensa. Parabéns a V. Exª.

E eu faço um apelo: eu acho que houve um esforço suprapartidário de todo mundo para ajudar. Agora, é importante desobstruir as estradas imediatamente. E os caminhoneiros vão sentar à mesa de negociação, no próximo dia 10, e vão contar com o apoio de todos, inclusive, meu, aqui na Vice-Presidência do Senado.

Então, parabéns, Senador Paim, pela ajuda, e a todos os Senadores que ajudaram. E tomara que... Os prejuízos são incalculáveis, o prejuízo é incalculável! Porque, o que não foi produzido num dia, não vai ser produzido o dobro no outro. Mas, graças a Deus, estamos pondo fim a esse movimento. E acho que tem que se tirar esta lição disso: quando houver um problema como esse e dificuldades, vamos olhar aqueles que... O caminhoneiro, a vida dele, o escritório dele é a boleia do caminhão; esse pessoal precisa de atenção; quando acontece uma crise como essa, no primeiro sinal de dificuldade, tem que alguém socorrer para que não se chegue ao extremo de parar o País como se parou – 11 Estados –, e que afetou fortemente, especialmente a população, que não tinha nada com isso, mas que sofre as consequências.

Então, parabéns, e desculpa, aí, eu ter feito esse comentário, porque é um assunto da maior importância.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. Exª é brilhante, como sempre, e eu acompanhei o seu trabalho.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o mandato de um senador, de um deputado, é uma caixa de ressonância

da sociedade civil. Nós temos, via os nossos estados, as nossas bases, os nossos apoiadores, um panorama político, social e econômico do pensamento da população e uma radiografia do nosso pais. É nosso dever utilizarmos essa realidade, essas realidades.

Tenho recebido inúmeras mensagens, de norte a sul do nosso país, informando sobre demissões que estão ocorrendo. Isso é terrível. E vai ao encontro do que disse, recentemente, Armando Castelar, coordenador de Economia Aplicada da Fundação Getúlio Vargas. Sentenciou em entrevista: o que vemos agora é que 2015 será ainda mais duro do que estávamos esperando.

Consultores e analista econômicos apontam que o índice de desemprego no Brasil deve começar a aumentar este ano. A média de pessoas empregadas no país já diminuiu em 2014 pela primeira vez em 12 anos, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE divulgada no inicio de fevereiro. A queda de 0,1% em relação a 2013 indica que as empresas de fato começaram a fechar vagas.

O aperto já é visível em alguns setores:

Metalúrgicos da GM, em São José dos Campos, São Paulo, estão mobilizados contra a intenção da montadora de demitir 800 funcionários da unidade. Essa unidade possui 5.200 trabalhadores.

"Não há qualquer hipótese de aceitarmos demissões. A única saída para garantir o emprego desses trabalhadores é continuarmos com a greve", afirmou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Antônio Ferreira de Barros.

Segundo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o setor de veículos automotores fechou 23 mil vagas no ano passado – e as perspectivas para este ano não são melhores.

Os setores de máquinas e equipamentos também demitiu (22 mil postos fechados); o setor de alimentos (17 mil), o de vestuário (10 mil).

A Federação das Indústrias Rio de Janeiro também registrou um saldo negativo de contratações em 2014.

No total, 2.671 postos de trabalho foram fechados, sendo as indústrias metalúrgica, têxtil, do vestuário e farmacêutica as principais responsáveis.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí, no Rio Grande do Sul, através de seu presidente, Valcir Ascari 'Quebra-Mola' prevê que o atual cenário possa levar a demissões nas montadoras do estado.

Segundo ele os "day-offs" (deis ófi) que estão ocorrendo no sudeste do país – em que a empresa paga o dia não trabalhado e desconta no banco de horas do metalúrgico – podem ter consequências mais amplas.

"É o primeiro indício de uma retração econômica e de demissões em massa. Estamos atentos a qualquer consequência de toda essa crise e, se preciso, vamos fazer uma batalha campal com as montadoras", disse ele.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí representa aproximadamente 18 mil funcionários dos setores metalmecânico, eletroeletrônico, autopeças e montadoras de automóvel.

Ainda esta semana, Srªs e Srs., falei aqui mesmo desta tribuna das demissões que estão ocorrendo no setor naval. Em seguida recebi mais informações.

No município de Itaboraí, onde está sendo construído o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) empresas envolvidas na Operação Lava Jato foram responsáveis por centenas de demissões nos últimos meses e têm atrasado o pagamento de funcionários.

Em Macaé, conhecida como a "capital do petróleo", a situação também é crítica. Nilton Sampaio, do Sindicato dos Trabalhadores Offshore (ofi chór) do Brasil, diz que foram homologadas na região cerca de 2 mil demissões nos últimos seis meses.

Há gravíssimos problemas também na indústria de transformação e de construção. Os registros das entidades desses setores são negativos.

Sr. Presidente, não quero fazer aqui um discurso de 'terra arrasada'. Por outro lado não posso fugir a realidade.

A taxa de desemprego no Brasil deve continuar crescendo nos próximos dois anos e atingir 7,1% em 2015 e 7,3% em 2016, é o que prevê a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

No ano passado, o índice de desemprego no Brasil atingiu 6,8%, nos cálculos da organização.

Segundo o relatório "Perspectivas para o emprego e o social no mundo – Tendências para 2015", o desemprego no Brasil também deverá ser de 7,3% em 2017, o mesmo índice do ano anterior.

Um detalhe que chama atenção: as taxas de desemprego previstas em relação ao Brasil em 2015 e nos dois próximos anos se situam acima da média mundial.

Esse rápido panorama que fiz só fortalece a minha convicção, a minha certeza, de que não é cortando o seguro-desemprego, retirando direitos trabalhistas, sociais e previdenciários que o nosso país vai acertar o passo e entrar nos trilhos.

Todos nós estamos no mesmo barco. E é por isso mesmo que a situação requer muito diálogo: franco e aberto entre todos o Governo, o Congresso Nacional, os trabalhadores, a classe empresarial.

Rogo para que todos nós tenhamos consciência suficiente para deixarmos de lado os ranços ideológicos, as greis partidárias. O horizonte é um só: o bem da nossa gente e o desenvolvimento do Brasil.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no dia de ontem, a bancada de senadores do PT, esteve reunida pela manhã no Palácio do Planalto com os ministros Carlos Gabas, da Previdência; Manoel Dias, do Trabalho; Nelson Barbosa, do Planejamento; e Pepe Vargas, das Relações Institucionais. Pauta desse encontro: as Medidas Provisórias 664 e 665 e o fator previdenciário.

À noite, nós estivemos reunidos, na residência do senador Jorge Viana, com o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva tratando da conjuntura nacional.

Sr. Presidente. É preciso fazer mudanças nas duas MPs e inserir no debate o fim do fator previdenciário. Essa é uma posição que mais unifica a nossa bancada.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, todos os anos acontecem festas muito bonitas e significativas em diversas cidades do Rio Grande do Sul.

Cada cidade festeja algo que tradicionalmente a caracteriza. Essas festas não tem apenas a simbologia de uma festa em si.

Elas têm uma representação muito importante de cunho social, econômico, cultural para as pessoas daquela região, para o Rio Grande do Sul e, muitas vezes, para o Brasil e o exterior.

A festa que quero divulgar hoje acontece na cidade de Veranópolis, considerada uma das melhores cidades para se viver, sendo o município com o 9º melhor Índice de Desenvolvimento Sócio-Econômico no Estado.

Veranópolis é conhecida como Berço Nacional da Maçã e Terra da Longevidade e, neste ano, ela comemora a 9ª edição da famosa festa FEMAÇÃ.

O Presidente da 9ª Femaçã, Leocrides Bataglion, contou que está buscando aproximar grandes produtores de maçã do Rio Grande do Sul à Veranópolis.

Suas palavras: "Estamos investindo na Femaçã, e queremos que ela dê retorno e traga resultados para Veranópolis. Este é o Berço Nacional da Maçã, e através da Femaçã, queremos mostrar todo potencial de Veranópolis ao Rio Grande, ao Brasil".

Os veranenses também tem grande carinho e prestam suas homenagens ao senhor José Bin, o produtor que plantou a primeira macieira em Veranópolis.

O Prefeito Carlos Alberto Spanhol afirmou que a Festa pode contar com todo apoio da Prefeitura e que resgatar a história de José Bin é resgatar a história da cidade.

Srªs e Srs. Senadores, a Comissão Organizadora da Festa Nacional da Maçã esteve hoje, pela manhã, em meu Gabinete, divulgando o evento que acontecerá em abril, no período de 10 a 12 e de 17 à 21, e terá uma agenda muito bem elaborada com programações muito especiais.

A Comitiva conta com a presença do presidente da Femaçã, Leocrides Bataglion e sua esposa Maristela Bataglion, do prefeito de Veranópolis, Carlos Alberto Spanhol, do vereador Irineu Machado dos Santos e das Soberanas, a Imperatriz da festa Vanessa Calioni e princesas Bruna Trintinaglia e Juliana Gasperin Pirocca, além da Comissão Social Mara Guzzo e Mariovani Mossi.

A comitiva da Terra da Longevidade será recebida por outros Senadores, Deputados, Ministros e, ainda, deverá estar no Palácio do Planalto.

Sr. Presidente, o logotipo da Femaçã 2015 é o slogan "caia na tentação".

Sendo assim, reitero as palavras dos veranenses: "todos estão convidados para cair na tentação da Femaçã, que acontece em abril de 2015"!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu queria perguntar ao colega Elmano Férrer se ele faz uso da tribuna agora ou se o Líder Pimentel poderia fazer e, em seguida, V. Exª.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI. *Fora do microfone*.) – O Líder Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Aliás, eu cumprimento V. Exª porque chegou no Senado trazendo novidades e na minha quadra também: agora, ele caminha, corre de manhã, e está tudo que é Senador querendo ficar atleta igual ao Senador Elmano Férrer, que, cedinho, às seis e meia – ouviu, Reguffe? –, ele vai virar o atleta de Brasília, o morador mais praticante, aí, de exercícios físicos.

Com a palavra, o Líder José Pimentel, agradecendo a contribuição do nosso colega Elmano Férrer por permitir, como orador inscrito, que a gente ouça o Líder Pimentel e, em seguida, vamos ouvir o Senador Elmano Férrer como orador inscrito.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, nosso companheiro Jorge Viana, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, a nossa Presidenta Dilma, na parte da manhã, desta quinta-feira, editou um decreto e fez um ato solene para divulgar e dar conhecimento sobre o Bem mais Simples.

Como todos nós sabemos, o Simples Nacional foi aprovado em 2006 através de Lei Complementar nº 123, e de lá para cá, tem sido feita uma série de medidas, ora para facilitar a inclusão de pessoas no Simples, outro momento para reduzir a carga tributária. E agora essa agenda é voltada, principalmente, para a simplificação na criação da empresa, na modificação, na baixa da empresa e, também, criar toda uma estrutura envolvendo os 5.564 Municípios, os 26 Estados, o Distrito Federal e o Governo Federal nesse grande esforço para trazer a criação de uma empresa, no máximo, de até cinco dias, e a sua baixa em até uma hora.

Esse processo é possível porque, ainda em 2014, o Congresso Nacional aprovou a Lei Complementar nº 147. Foi implantada, em dezembro de 2014, uma experiência aqui em Brasília, um projeto piloto. Nós tivemos êxito e, a partir de hoje, está sendo estendido para todo o Território nacional.

Portanto, aquele prazo que nós tínhamos em torno de 150 dias, que era a prática, até pouco tempo, está sendo reduzido para até cinco dias. E esta Lei Complementar nº 147 permitiu a legalização desse processo, unificando todos os procedimentos municipais, estaduais e nacional em um único guichê. Pode ser no guichê municipal, no guichê estadual ou da Receita Federal, do Governo Federal, em que se procede todo esse processo.

E, como forma de testar essa experiência, iniciamos aqui em Brasília e, a partir de hoje, está indo para todo o Território nacional.

Portanto, essa iniciativa tem como objetivo tornar mais fácil a vida dos empreendedores do Brasil. E o Brasil é um dos países mais empreendedores do mundo. Tornar mais rápida a criação, a modificação e a baixa da empresa, e isso tem um reflexo direto no custo de cada empresa. Beneficia milhares de empresários com esse procedimento e tem a unanimidade do setor empreendedor do nosso Brasil. E o Congresso Nacional é parte fundamental na construção desses entendimentos e na alteração da legislação para que nós pudéssemos hoje estar chegando a esse estágio.

Para se ter uma ideia, no que diz respeito à facilitação da vida do cidadão, o número de documentos e cadastros para um cidadão, aqui no Brasil e em alguns Países, é uma coisa muito diferenciada. Por exemplo, nos Estados Unidos, quando você analisa todos os documentos da pessoa física e das pessoas jurídicas, chega, no máximo, a seis documentos. Em Portugal, de onde é a nossa origem política e também de colonização, são três documentos. Aliás, no Mercado Comum Europeu, de um modo geral, são três documentos para as pessoas físicas e pessoas jurídicas. No Chile, três documentos. No Brasil são 20 documentos para que o cidadão possa justificar a sua cidadania ou criar uma empresa.

Se você vai para o número de procedimentos para abertura de empresas: nos Estados Unidos são seis procedimentos; no Chile, sete procedimentos; no Brasil, 12 procedimentos. Estamos trazendo para um procedimento. E o número de dias para abertura de empresas em 2014: nos Estados Unidos, quatro dias; em Portugal, 2,5 dias; no Chile, 5,5 dias; no Brasil, 102 dias. Portanto, é uma disparidade muito grande. Esses 102 dias estão sendo trazidos, a partir de hoje, para cinco dias. E a tecnologia aqui utilizada é a mesma que eu tive a oportunidade de implantar, quando fui Ministro da Previdência Social em 2009, que a concessão do benefício, a partir dali, passou a ser de até meia hora. E, antes de fazer essas alterações, nós tínhamos as chamadas filas da madrugada nas portas da Previdência brasileira, em que, muitas vezes, as pessoas chegavam por volta das nove da noite, dormiam na fila e justificavam a sua distância para a porta da agência da Previdência, a partir de tantos postes de luz. Às vezes eu estou a 15 postes, 10 postes de luz, chegava ali recebia uma senha e era convidado para voltar entre 180 a 200 dias após dormir uma noite na fila. Esse mesmo contribuinte hoje liga para 135, marca dia e hora, e o benefício é concedido em até meia hora.

É simplesmente um respeito às pessoas, e é isso o que passamos a fazer com o mundo empreendedor no Brasil, a partir da Lei Complementar 147, aprovada em 2014, e a sua regulamentação hoje, através de um Decreto da Senhora Presidenta da República e que passa a valer para todo o Território nacional.

Esse processo do Simples Nacional tem sido o principal instrumento de formalização e de facilitação dos empreendedores do Brasil. Para se ter uma ideia, lá, em 2006, quando aprovamos a Lei Complementar 123,

criando o Simples Nacional, o Brasil tinha 2,830 milhões de micro e pequenas empresas que poderiam aderir e que fizeram adesão ao Simples Nacional. Em 2014, fomos para 9,510 milhões de micro e pequenas empresas e empreendedores individuais formalizados no Brasil. Tivemos um crescimento entre 2007 e 2014, nesses 7 anos, de 236% na formalização e na criação de novas empresas do Brasil. Nesse setor, tivemos um crescimento médio anual de 19%, crescimento chinês num setor da economia que é grande responsável pela geração de empregos neste mundo.

Em 2009, criamos o empreendedor individual a partir de uma iniciativa do nosso Presidente Lula, que tinha como objetivo dar cobertura previdenciária a boa parte da sociedade brasileira. Tínhamos ali, em 2008, final de 2008, início de 2009, algo em torno de 39 milhões de pessoas contribuintes da Previdência pública brasileira, nesse 2014, chegamos a 69 milhões de pessoas, ou seja, quase 70 milhões de pessoas são, hoje, contribuintes da Previdência Social. Foi um crescimento, nesse período, de 30 milhões de novos contribuintes da Previdência Social brasileira.

É por isso que a Previdência pública urbana passou a ser financeiramente superavitária e permitiu fazer a desoneração da folha para as empresas de lucro real e lucro presumido. E isso é fruto exatamente do Simples. O empreendedor individual que até 2008 não existia no Brasil se transformou no maior sistema de formalização no mundo, e vários países estão vindo ao Brasil analisar esta forma de formalizar, e fechamos 2014 com 4,650 milhões de empreendedores individuais nos 26 Estados, no Distrito Federal, e não há hoje um único Município que não tenha empreendedores individuais e pessoas inscritas no Simples Nacional.

No mundo do emprego e no mundo da formalização, nós tivemos, nos últimos quatro anos, um crescimento médio de 125% de novas empresas. Lá em 2011, formalizamos 234 mil micro e pequenas empresas, e, agora, em janeiro de 2015 – só no mês de janeiro –, após essas mudanças, com a Lei Complementar nº 147, que permitiu ao profissional liberal também se formalizar, houve um crescimento de 125%. Ou seja, em janeiro de 2015, 502 mil novos empreendedores se formalizaram no Simples Nacional.

Isso é fruto exatamente do esforço de todo o Estado nacional, com o concurso do Congresso Nacional, para que pudéssemos chegar a 9,51 milhões de formalizados nesse janeiro de 2015.

Se formos para o mundo da arrecadação, em que Municípios, Estados e União tiveram, em 2014, uma arrecadação decrescente, ou seja, negativa, comparando-se com 2013, no Simples foi exatamente o contrário. O Pacto Federativo, os 5.564 Municípios, os 26 Estados, o Distrito Federal e a União tiveram um crescimento real, na arrecadação dos oito impostos de que aqui se trata, de 7,23% em valores líquidos, reais e, em valores nominais, de 14,03%.

Portanto, o crescimento na arrecadação no mundo do Simples Nacional é superior ao crescimento da arrecadação da China. Nós – volto a registrar – tivemos um crescimento na arrecadação de 14,03% em valores nominais e de 7,23% em valores reais.

Já as empresas fora do Simples, as do lucro real e as do lucro presumido, tiveram uma diminuição em 2014, comparando-se com 2013, de 1,9% na sua arrecadação.

Ou seja, nós fizemos um conjunto de desonerações tributárias, para beneficiar as empresas do lucro real, do lucro presumido, algo em torno de R$103 bilhões, só em 2014, como forma de permitir que essas empresas não fizessem demissão e também pudessem continuar tendo um desempenho razoável.

Fechado o ano fiscal, este setor fora do Simples – volto a registrar –, do lucro real e do lucro presumido, teve um resultado negativo de 1,9%, enquanto as empresas do Simples tiveram um crescimento de 14,03% em valor nominal e de 7,23% em valor real.

O Simples – conforme nós chamamos – é uma política tributária em que todos ganham: ganham os Municípios; ganham os Estados; ganha o Governo Federal; e ganha o mundo empreendedor. Essa fórmula nós precisamos continuar aprimorando, simplificando para que a nossa economia possa sair dessa crise momentânea. E o caminho está testado: são as regras do Simples Nacional.

Se nós pegarmos o período de 2011 a 2014, no mundo da geração de novos empregos – e estes são dados inquestionáveis, porque são feitos pelo empregador através do Caged e pelo CNPJ de cada empresa e de cada filial, trazendo mês a mês a quantidade de empregos novos, dos demitidos, dos mantidos, das licenças saúde, das licenças dentárias; é um grande banco de dados –...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – ... Sr. Presidente, nós poderemos ver que tivemos 3,547 milhões de empregos a mais do que tínhamos em 2010 junto às micro e pequenas empresas, enquanto as empresas fora do Simples, que em 2014 receberam R$103 bilhões de redução na sua carga tributária, tiveram um saldo negativo de empregos: elas têm hoje 263 mil empregos a menos do que tinham em dezembro de 2010.

Ou seja, durante quatro anos, enquanto a micro e a pequena empresa geraram mais de 3,5 milhões de empregos a mais, com tudo o que isso representa no mundo da arrecadação – e a Previdência Social só se tornou financeiramente equilibrada após o Simples Nacional –, nós tivemos...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – ... de incentivo, um saldo negativo de 263 mil empregos.

Precisamos fazer um debate muito acurado no Congresso Nacional para compreender melhor essa realidade, para que possamos ajudar toda a nossa economia.

Se nós formos para o que elas representam no aumento da tributação incidente sobre o faturamento, ou seja, as empresas do Simples, elas hoje representam uma arrecadação média de 11,6% – essa é a carga tributária envolvendo o ISS municipal, o ICMS estadual e seis impostos do Governo Federal. Mas, quando elas saem do Simples para o Lucro Presumido, há um salto de 54% no Lucro Presumido. Como todos nós sabemos, isso representa, em média, 17,9% sobre o faturamento. Falamos em 34, mas você não está fazendo as compensações internas. A carga tributária efetiva é de 17,9%.

Portanto, é um salto de 54%. E é por isso que as empresas do Simples, quando chegam ao teto, que hoje é 3.600, não querem sair do Simples; resolvem criar uma segunda empresa, uma terceira empresa. Só que essa forma de fazer encarece muito os custos, porque são sistemas de controle fiscal e tributário para cada uma delas. É por isso que nós precisamos ter uma porta de saída do Simples para o Lucro Presumido.

Nos próximos dez dias, o nosso Governo Federal, a nossa Presidenta Dilma estará encaminhando ao Congresso Nacional...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – ... um projeto de lei complementar para construir a saída do Simples. Esse debate será feito por todos nós, quando poderemos aprofundar, ainda mais, esse conjunto de informações, para que possamos voltar a crescer, gerar empregos e novos negócios.

O Simples é a melhor experiência em que o Congresso Nacional, o nosso Governo Federal, os governos estaduais e municipais construíram nos últimos anos. Como eu fui Presidente da Frente Parlamentar Mista do Congresso Nacional, no período em que se iniciava esse debate, entre 2003 e 2004, resultando, em 2006, e, em seguida, fui Ministro da Previdência Social, quando implantamos e regulamentamos grande parte desses processos, quero colaborar e ficar à disposição de cada um dos meus pares, para que nós possamos aprimorar o Simples Nacional e construir um mecanismo para que as empresas do Lucro Real...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – ... e do Lucro Presumido possam continuar (*Fora do microfone*.) crescendo, gerando negócios e fortalecendo a nossa economia.

Muito obrigado pela paciência e pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu cumprimento V. Exª, nosso Líder no Congresso, Senador José Pimentel.

Convido, então, para fazer uso da palavra, o nosso colega Senador Elmano Férrer; em seguida, o Senador Romero Jucá; e, depois, o Senador Luiz Henrique.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com muito orgulho, subo a esta tribuna para realizar o meu primeiro pronunciamento como Senador da República. Tenho consciência da relevância do cargo, sobretudo dessa honrosa missão de representar o Estado do Piauí e todo seu povo aqui, no Senado Federal. Sei o quanto foi difícil e árdua a minha caminhada até chegar a esta Casa Legislativa.

Nasci em Lavras da Mangabeira, no Ceará; cidade pela qual tenho muito amor, pois lá estão minhas raízes, e lá vivi inesquecíveis 23 anos da minha vida. Aliás, aqui também há outro Senador filho da minha cidade natal – Lavras da Mangabeira –, que é o Senador, pelo PMDB, Eunício Oliveira. Não é só Rondonópolis que tem três Senadores; Lavras também tem dois Senadores. Mas represento o meu querido Estado do Piauí há 48 anos.

Fui para o Piauí com apenas 23 anos de idade, para trabalhar como técnico da Sudene. Um jovem cheio de sonhos, planos e muita vontade de trabalhar e contribuir para o desenvolvimento do Estado do Piauí e da Região Nordeste. No Piauí, fiz muitas e excelentes amizades; constituí minha família. Mas nunca imaginei que, no ano de 2004, aos 62 anos de idade, iniciaria minha carreira na política, ocupando cargos eletivos.

Mas, para mim, esse projeto de participar da política partidária havia ficado na minha cidade natal quando para o Piauí migrei ainda jovem. Mas aconteceu, e acredito que Deus guardava essa missão para a minha vida.

Após exercer os cargos de técnico da Sudene, diretor da Embrapa no Piauí, assessor do Conselho Deliberativo no Sebrae, também do Piauí, Secretário do Planejamento e Secretário do Desenvolvimento Econômico do Piauí, tive a honra de ser eleito e reeleito Vice-Prefeito de Teresina.

Em 2010, com a renúncia do então Prefeito Sílvio Mendes, assumi o cargo de prefeito da capital. Tive a oportunidade e pude dar a minha contribuição para a cidade, retribuindo todo o amor e carinho com que o Piauí me acolheu, trabalhando e me dedicando com muita intensidade por Teresina e o próprio Estado do Piauí. Tenho convicção de que hoje a minha fala perante esta tribuna é resultado do reconhecimento do povo do Piauí ao nosso trabalho e compromisso com a coisa pública.

Enfrentei na campanha uma verdadeira batalha na qual a vitória parecia ser impossível. Andei muito por todo o Estado, conversei com a população, olhei no olho de cada piauiense e, com muita sinceridade, pedi não apenas o voto, mas, principalmente, a confiança.

E o resultado está aqui: 981 mil votos; 62% dos votos válidos, obtidos em uma eleição linda, histórica, da qual tenho muita saudade.

Por essa razão, o exercício do meu mandato aqui no Senado da República será pautado na minha história de vida, na confiança do povo do Piauí e na minha vontade de trabalhar.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como disse, tive a honra de ser Prefeito de Teresina. Foi um período de grandes transformações em nossa capital, mas, para implementá-las, não foi fácil. Fizemos uma gestão compartilhada e participativa, na qual as conquistas foram fruto de muito diálogo com a população e diversos seguimentos da sociedade civil.

A parceria institucional e administrativa com o Governo Federal também foi fundamental. Hoje, as grandes obras em execução na capital do meu Estado são resultado de parceria firmada entre o Município e a União, sobretudo através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Na campanha para o Senado, firmei o compromisso com o povo do Piauí de ser o Senador das cidades, pois entendo que é nas cidades que residem as pessoas e que está concentrada a maioria das demandas e dos problemas vividos pela população. Devemos, portanto, no meu entendimento, procurar nos debruçar sobre as questões relacionadas às cidades, para solucioná-las e dar qualidade de vida à população que nelas vivem, sem excluir nossa determinação de trabalhar pelo desenvolvimento das zonas rurais, importante fonte de produção e de geração de emprego e de renda.

Conheço as dificuldades enfrentadas pelos Municípios. Com a minha experiência em gestão municipal, pretendo contribuir com a administração dos 224 Municípios e cidades do nosso Estado.

Sr. Presidente, compreendo também que ser Senador significa aceitar a missão de contribuir para a construção de um Brasil melhor, mais justo e menos desigual. Vivemos hoje um tempo conturbado, em que a população brasileira comparece massivamente às ruas clamando por mudanças. No meu entender, essa participação popular é imprescindível.

É preciso que o Senado Federal, esta Casa, as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores procurem entender a origem e as consequências das manifestações de junho de 2013, que surpreenderam todos neste País, os políticos, os intelectuais, o Governo, os jornalistas. Enfim, foi uma manifestação que surpreendeu todos.

Os movimentos de junho de 2013 não desapareceram. Eles estão hibernados, podendo eclodir com mais força a qualquer momento.

O Sr. Luiz Henrique (Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Eu o concedo a V. Exª, meu nobre Senador Luiz Henrique.

O Sr. Luiz Henrique (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Nobre Senador Elmano Férrer, V. Exª, há pouco, manifestava sua intenção, que se transformará em ação, tenho certeza, de ser defensor dos Municípios, dos Municípios piauienses e, certamente, brasileiros.

(Soa a campainha.)

O Sr. Luiz Henrique (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agora, V. Exª se referia às manifestações que encheram as praças e as ruas do nosso País de pessoas reivindicando mudanças. Aqueles ventos da mudança têm razão de ser exatamente no assunto que V. Exª estava comentando, na forma como o Brasil é gerido. O Brasil é um País continente que desconhece os brasis, tão diversos. O Brasil é um País que concentra nos cofres da União dois terços dos recursos que são arrecadados com os tributos que todos nós pagamos. O Brasil é um País que tem um gerenciamento equivocado: ao invés de descentralizar fortemente a gestão, concentra-a fortemente nas mãos da União. Lembro-me de um vaticínio que foi escrito no livro *A Democracia Americana* pelo ilustre

jurista francês, quando diz que, pela forma concentrada com que os países latino-americanos estabeleceram seus governos, eles estariam fadados ao subdesenvolvimento, enquanto os Estados Unidos estariam fadados a serem uma potência mundial, porque descentralizaram a gestão, fortalecendo os Municípios e as comunidades locais. Então, cumprimento V. Exª. Venho lutando por um novo Pacto Federativo para este País e ganho um grande aliado, um forte aliado que vem do querido Estado do Piauí.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – É excelente o aparte do nobre Senador, que foi Governador e Deputado Federal.

Eu vou me reportar aqui um pouquinho, *en passant,* à necessidade de fazermos uma inadiável discussão sobre o Pacto Federativo. Fui prefeito de uma cidade, de uma capital de quase um milhão de habitantes. Sei quão difícil é ser gestor de uma cidade pequena, média ou grande.

Então, V. Exª tem razão. Devo fazer aqui um rápido comentário sobre a necessidade de reformarmos o Pacto Federativo.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, devemos ser os autores, Senador Luiz Henrique, e protagonistas desse processo de mudanças. É de fundamental importância que o Congresso se antecipe à própria sociedade, não esperando que esta se manifeste insatisfeita para, a partir daí, agirmos.

Podemos começar pela reforma política. É fato que há projetos que tratam desse tema e que tramitam nesta Casa há mais de 20 anos. Temas como o financiamento público de campanhas, o fim do voto obrigatório, a duração e coincidência de mandatos, o instituto da reeleição...

(Soa a campainha.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – ...as coligações proporcionais, entre outros, voltam à pauta do Senado Federal, desta Casa.

O Presidente Renan Calheiros foi muito feliz ao iniciar o debate sobre essas matérias na sessão temática realizada na última terça feira e ao marcar calendário especial de trabalho com o objetivo de apreciar essas matérias.

Nesse processo de discussão sobre a reforma política, precisamos ouvir a sociedade, em seus diversos segmentos e entidades.

Não é possível que continuemos realizando eleições neste País a cada dois anos, pois esse é um desperdício em todos os sentidos, seja em recursos financeiros, seja em recursos humanos.

Considero também que precisamos aprimorar o sistema de controle dos pleitos, de forma a ampliar o controle social sobre as eleições.

É fato que todos esses aspectos que estão postos em discussão relacionados à reforma política são importantes, mas entendo que uma reforma política consistente e efetiva só será alcançada quando ocorrer melhoria nos níveis de informação, de conhecimento e de educação do povo brasileiro, ou seja, quando a democracia for consolidada através da garantia de direitos que estão previstos na nossa Constituição e quando o povo tiver a consciência de que esses direitos não são favores políticos, mas, sim, uma questão de cidadania.

Sr. Presidente, entendo e tenho repetido que o Senado Federal é a casa do diálogo, da moderação, do entendimento e da negociação no mais alto nível.

Aqui, temos a presença de ex-Governadores. Vejo aqui três, muitos ex-Governadores. Ex-Ministros e ex-Presidentes da República têm assento nesta Casa, como ocorreu no passado. Aqui também estão ex-Deputados Federais. E, aqui, faço uma saudação ao meu querido decano e Deputado Federal Paes Landim, do meu querido Piauí. Trata-se de uma Casa plural, onde os mais velhos e os mais experientes encontram os Parlamentares mais novos, mais jovens, que, com sua jovialidade, com sua juventude e com sua energia, muito contribuem com ideias inovadoras para a solução dos problemas e para a discussão sobre as grandes questões nacionais.

As discussões, as ideias, as sugestões, as críticas, enfim, tudo o que se produz nesta Casa merece ser levado em consideração. Nesse sentido, quero destacar também a necessidade, meu nobre Senador Luiz Henrique, de rediscutirmos o nosso Pacto Federativo.

Não há mais como aceitar que sobre os Estados e principalmente sobre os Municípios recaiam tantas atribuições, tantas obrigações, sem que a eles sejam destinadas as receitas e condições necessárias a atender todas essas demandas.

(Soa a campainha.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Considero que temos um Pacto Federativo tupiniquim – permitam-me que assim o qualifique. Digo isso porque não há Pacto Federativo verdadeiro sem o equilíbrio entre os entes federados. É urgente e fundamental promovermos uma discussão sobre a redistribuição das receitas públicas e das atribuições entre os entes federados, inclusive para uma ampliação da coope-

ração entre os entes, sobretudo no que diz respeito aos serviços essenciais, como saúde, educação, segurança, mobilidade urbana, e às ações estratégicas para o desenvolvimento do País relacionadas à segurança hídrica e à produção, geração, transmissão e distribuição de energia.

Paralelamente...

(Interrupção do som.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – ...à rediscussão sobre o Pacto Federativo, temos também a questão relacionada ao (*Fora do microfone*.) desenvolvimento regional, ao maior investimento em regiões mais áridas e menos desenvolvidas social e economicamente.

Sr. Presidente, estou terminando.

O Sr. Ciro Nogueira (PP – PI) – Senador Elmano, permite-me um aparte?

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Com muita alegria, concedo um aparte ao companheiro Senador Ciro Nogueira.

O Sr. Ciro Nogueira (PP – PI) – Senador Elmano, falo não só em meu nome, mas também em nome da Bancada do nosso querido Estado do Piauí e da população que, tenho certeza, está hoje assistindo pela TV Senado ao seu primeiro pronunciamento no Senado Federal. Transmito-lhe nossa alegria de vê-lo hoje com uma empolgação que me faz lembrar o Ciro que tomou posse há quatro anos, com todos os seus projetos. Ao lado do nosso decano e melhor Deputado pelo Estado do Piauí da nossa história, que é o nosso Deputado Paes Landim, acompanhei a sua campanha e o que ela representou para o nosso Estado. Então, fico muito feliz de estar aqui hoje para parabenizá-lo pelo seu discurso, em nome do povo do Estado do Piauí. Quero lhe dizer que a esperança daquele povo será traduzida em muito trabalho, tenho certeza, durante o seu mandato como Senador da República. Parabéns pelo seu pronunciamento! O povo do Estado do Piauí está muito feliz de vê-lo na tribuna do Senado Federal.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Agradeço o aparte, nobre Senador.

Reconheço, Sr. Presidente, que ocorreram muitos avanços nos últimos 10 ou 12 anos, mas precisamos de mais, de muito mais.

(Soa a campainha.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Não há como aceitar, por exemplo, que, no meu Estado, meu querido Senador Ciro Nogueira, no nosso Estado, no nosso Piauí, em pleno século 21, tenhamos cidades sem abastecimento regular de água, com a utilização de carros-pipas para atender à demanda de água da população. Da mesma forma, inaceitável que nosso querido Estado do Piauí possua esgotamento sanitário em apenas 20 cidades, num universo de 224 cidades. Isso representa pouco mais de 8%.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o momento é de união. Devemos somar forças para buscar compreender o que está acontecendo no País.

(Interrupção do som.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – É preciso deixar de lado (*Fora do microfone.*) as divergências político-ideológicas e buscar, acima de tudo, convergir os trabalhos desta Casa para uma unidade de propósitos e construir a paz política em torno dos mais elevados interesses da Nação.

O Brasil clama por reformas, seja na estrutura do Estado, seja no aprimoramento das instituições, e o Senado da República é fundamental nesse processo de mudança, de transformação e de consolidação da democrática.

Para concluir, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu não poderia deixar de fazer alguns agradecimentos que julgo pertinentes para esse momento.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus.

(Soa a campainha.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Sei que não me cabe o direito de pedir nada, mas, se eu pudesse pedir, pediria somente saúde para exercer meu mandato e, assim, poder trabalhar, e trabalhar muito.

Da mesma forma, não posso deixar de agradecer ao povo do meu Piauí, a todos os piauienses.

Ao fazer isso, agradeço a confiança em mim depositada. Eu devo este mandato ao povo e vou fazer de tudo para responder à altura o mandato que me foi concedido, com trabalho, dignidade e muito respeito. Este mandato não pertence a mim, mas, sim, ao povo do Piauí.

Por fim, meu maior agradecimento à minha família, que sempre me apoiou e soube compreender os momentos de ausência que a vida pública me exige. (*Fora do microfone*.)

(Interrupção do som.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Modestas e simples palavras.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Cumprimento V. Exª, Senador Elmano Férrer, pelo pronunciamento, que inaugura o trabalho de V. Exª na tribuna da Casa, porque V. Exª já é um colega, já tem procurado dar sua contribuição para o Piauí.

Senador Romero Jucá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues. O Senador Romero Jucá é o próximo orador. Vou fazer a Ordem do Dia logo em seguida.

Pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, sem me alongar, para podermos ouvir o Senador Romero Jucá, eu quero comunicar a V. Exª e ao Plenário que, do dia de ontem para hoje, alcançamos 33 assinaturas, mais do que o necessário, para requerer a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Trata-se de uma CPI para apurar as supostas irregularidades de aberturas de contas na agência do banco HSBC, na Suíça, segundo informações que temos, Sr. Presidente. Nesse requerimento, nós fazemos a indicação de que ela seja composta por onze Senadores titulares e seis suplentes, e o objeto específico da CPI é apurar o desvio de contas públicas, de sonegação fiscal, de evasão fiscal, que pode atingir, pode ter atingido a Receita brasileira no total de US$100 bilhões.

Então, esse caso, Sr. Presidente, esse escândalo já é de dimensão mundial. Repito o que disse ontem da tribuna do Senado: segundo o *Financial Times*, trata-se do maior caso de evasão fiscal do mundo. Em um caso dessa natureza, que já conta com investigação instaurada pelo Ministério Público Federal, é necessário e inadiável que o Congresso Nacional, que o Parlamento brasileiro também se manifeste e instaure um procedimento de investigação.

Sr. Presidente, o requerimento já está protocolizado junto à Mesa. Ainda está aberto para a assinatura de outros Parlamentares, conforme prevê o Regimento Interno. Solicito a V. Exª que, imediatamente, seja feita a leitura desse requerimento, para que ocorra, então, em seguida, a indicação, por parte dos Líderes, dos membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Cumprimento o Senador Randolfe e convido para fazer uso da palavra o Senador Romero Jucá, Vice-Presidente da Casa.

Mais uma vez, eu queria agradecer a V. Exª pela competente condução do Orçamento, da relatoria, que é a mais complexa, pois atinge as duas Casas. Refiro-me ao Orçamento brasileiro.

Eu me somo às palavras do Ministro Aloysio Mercadante, quando diz que V. Exª é o melhor Relator que temos nas duas Casas, pela experiência. E acabou de ter um gesto muito importante, que se encontra na história de V. Exª, quando presidiu a Funai, que criou o Departamento de Índios Isolados. V. Exª melhorou substancialmente o Orçamento para tratar da fiscalização do Índios Isolados da Funai.

Acabei de falar com o Presidente da Funai, informando-lhe o gesto de V. Exª, que é da maior importância para esse povo que não tem voz, que são os índios isolados. Eles são patrimônio da humanidade. Fizeram contato, agora, no Acre. Então, muito obrigado.

Ao mesmo tempo, eu lhe agradeço pela atenção que deu à educação, especialmente em relação à Universidade Federal do Acre, ampliando os recursos para a universidade, através do Reitor Minoru, que tem feito um extraordinário trabalho.

Tomei esses poucos segundos para agradecer a sensibilidade de V. Exª, a competência, como Relator, em uma das matérias mais complexas, que é o Orçamento da União.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Exª, Presidente Jorge Viana.

Quero aqui, hoje, nesta tarde, em rápidas palavras, fazer um registro sobre o que já tenho falado na imprensa todos os dias a diversos jornalistas, mas gostaria de marcar aqui a minha posição política sobre o assunto que vou tratar.

Estamos vendo, com muita preocupação, o quadro de agravamento da economia brasileira. Nós tivemos problemas graves vindos do ano passado; tivemos, no final do ano, o não cumprimento da meta fiscal por

parte do Governo Federal; nós tivemos que ajustar, na LDO de 2014, a meta do resultado fiscal. Fui o Relator dessa matéria.

Agora, no novo Governo da Presidenta Dilma, no novo Governo do País, preocupa-nos a forma como está se encaminhando os parâmetros econômicos e, mais do que isso, o ambiente econômico que nós temos sentido junto a diversos setores: dos empresários, das centrais sindicais, da sociedade de consumo. Eu gostaria aqui de marcar posição e fazer alguns comentários.

Primeiro, quero dizer que eu entendo a posição do Governo quando fala de ajuste fiscal, quando fala de diminuição de gastos, quando fala de corte de algum tipo de privilégio exacerbado em políticas sociais, porque as políticas sociais são conjunturais. Eu entendo tudo isso, mas quero dizer aqui, como economista, que não vejo o pilar do ajuste fiscal ou o pilar do equilíbrio fiscal, do corte de alguma despesa como solução para o resultado daquilo que o País precisa alcançar. É importante o ajuste fiscal, é importante a responsabilidade fiscal, é importante gastar bem, investir corretamente o dinheiro público. Essa é a obrigação de qualquer Governo, mas eu não vejo, Senador Pimentel – e tenho dito isto ao comando econômico do Governo, dentro do meu Partido, o PMDB, e disse hoje ao Presidente Lula, numa conversa que tivemos –, reforçado no Governo, ou pelo menos explicitado, talvez até por um erro de comunicação, o pilar mais forte que eu entendo que deve ser colocado, que é exatamente o da animação econômica e social. Nós não podemos começar um Governo só sinalizando e falando de cortes. Nós não podemos ter um ano de depressão. Nós temos que ter um ano de correção de rumos na economia, de reconhecimento dos erros, mas nós temos que ter um ano proativo.

Eu olho para o Senador Cristovam e sinto falta de um discurso efetivo para mudar a história da educação no Brasil, porque nós só vamos ter a produtividade que a indústria quer, nós só vamos ter a tecnologia que o País quer se nós tivermos a educação de qualidade que nós precisamos ter.

Eu não vejo, aqui, o discurso ou o pilar da movimentação econômica para nós crescermos, a economia. Como é que nós vamos dar a volta por cima e fazer a inflexão econômica dessa queda que nós estamos vendo, aí, generalizada, não só da arrecadação, mas da credibilidade, da segurança jurídica, da perspectiva de futuro, da previsibilidade da economia?

O Governo precisa, rapidamente, apresentar uma proposta ao País, e o Congresso vai ter que cobrar isso. Mais do que isso – tenho dito ao Presidente Renan Calheiros e tenho dito ao Presidente Eduardo Cunha –, o Congresso precisa ser o catalisador e precisa ser o indutor dessa animação econômica, ajustando leis e aprovando matérias que possam fazer a diferença na construção deste País e na retomada dessa inflexão social e econômica. Não é falando em cortes, mas é falando em mudanças, em correção de rumo.

Nós temos que lançar um vigoroso programa de concessões, rapidamente. Para isso, nós temos que ajustar a legislação de PPPs, ajustar a legislação de remuneração das concessões, porque, num governo, num momento econômico de realismo tarifário como o Governo quer fazer, nós temos também que criar o realismo remuneratório das concessões: acabar com taxação de limite de ganho nas concessões.

(Soa a campainha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Ora, se a produtividade ou se a tecnologia de um setor é maior que a de outro, que tenha o ganho razoável, necessário, por conta da sua própria evolução. Nós não temos que "ideologizar" os ganhos.

Temos que resolver a questão da concessão ambiental, dos licenciamentos. Nós estamos, Senador Jorge Viana, há dois anos, com a interligação energética de Tucuruí, de Manaus a Boa Vista – há dois anos –, licitada, contratada, e a Funai não dá autorização para se fazer o relatório de impacto ambiental dentro da área Waimiri – Atroari, que é uma área da União. E essa é uma concessão pública.

(Soa a campainha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Qual é o estímulo que têm empresas para entrarem em concessões públicas se não conseguem ter o licenciamento expresso que deveriam ter, e, portanto, a equação econômico-financeira cai por terra, e, aí, vira uma celeuma para se fazer reajuste de tarifa, reajuste de concessão e tudo mais? Então, é uma situação extremamente séria.

Aqui, falou o Senador Pimentel sobre a questão do Supersimples. Nós temos que aprovar rapidamente um projeto que faz a transição do Supersimples e do Simples, do faturamento das empresas, de determinada empresa que atingiu o limite, para que não se tenha que criar outras empresas fantasmas para poder não pagar o imposto a mais, dobrado. Nós temos uma concessão ou temos uma modulação de que a empresa vai crescendo e a taxação vai crescendo proporcionalmente, não sai de um patamar para outro quando ela se desenquadra do Simples ou do Supersimples.

Então, são diversas ações como essas que podem, Senador Cristovam, melhorar o ambiente e a perspectiva do País. Não podemos vender desesperança ao povo brasileiro, nós temos que vender realidade, mas temos que sonhar e nós temos que sonhar buscando o melhor para o povo brasileiro.

Tenho dito isso, tenho feito uma peregrinação nos diversos setores internos do Governo e setores estratégicos, inclusive empresariais. Tenho sentido uma enorme descrença dos empresários no investimento do País, mas tenho dito que este País, com a regulamentação correta, e falta pouca coisa, é um País de extremas oportunidades, extremas oportunidades.

(Soa a campainha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Porque nós temos grande território, grande população, renda, uma estrutura enorme para ser feita e uma condição de remuneração em concessões dessa estrutura de forma muito forte. Diferente da Europa, por exemplo, onde ninguém vai investir para construir uma segunda Torre Eiffel, ninguém vai investir para construir um segundo canal, cortando o Canal da Mancha, um túnel no Canal da Mancha. A Europa está construída; os Estados Unidos, quase todo; os países dos Brics alguns têm mais inconsistência; a Rússia vive um momento de extrema dificuldade por conta do preço do petróleo, mas o Brasil não. O Brasil tem potencial, porque temos logística e, tendo logística, temos condições de aumentar a produção da agricultura e da própria indústria brasileira se nós investirmos na educação, na tecnologia e na produtividade.

Ouço com satisfação o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Jucá, seu discurso é um dos mais provocativos, inspiradores e oportunos que escutei aqui ultimamente. O senhor trouxe aqui a ideia claríssima de que essa crise pode ser o momento para reorientarmos o rumo errado em que o País vem há décadas, de um projeto baseado apenas no crescimento, sem clareza de um futuro maior para o País. Segundo, no lugar de apenas um pacote de ajustes, nós precisamos – e eu uso a sua palavra – é de um plano de reorientação de rumo. Para mim, esse é o eixo do seu discurso. No lugar de pacotes de ajustes, um plano de reorientação de rumo, de que constarão inclusive ajustes fiscais.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Exatamente.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas ir além do ajuste fiscal, uma política de reforma fiscal. Ir além. E ter metas claras de aonde queremos chegar. O que se está trazendo aqui não diz aonde a gente quer chegar. Diz apenas como é que a gente tira os pés do atoleiro. Não basta tirar os pés do atoleiro, é necessário saber o caminho que vamos seguir e para onde vamos seguir. Eu quero que me coloque ao seu lado, nessa peregrinação que o senhor diz que tem feito de discussões e em que tem encontrado pessimismo. É o pessimismo do imediatismo. O imediatismo com a euforia do Governo, que não percebeu os riscos do futuro; a euforia levou a um otimismo equivocado. Agora, a crise pode levar a um imediatismo pessimista, que terá um efeito extremamente negativo também. Finalmente, outra coisa fundamental. O senhor disse: esta Casa deveria ser o lugar onde poderíamos formular isso porque não estou vendo vir do Governo. E eu deixo aqui uma pergunta, Senador Randolfe.

(Soa a campainha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Onde estão os Ulysses e os Trancredos de hoje? A sensação que tenho – e por isso o seu discurso trouxe para mim uma dimensão maior do que o dia a dia aqui –, hoje, a impressão é de que não estamos à altura da crise que vivemos. Nós, nós aqui, não estamos à altura. Talvez, com seu discurso, a gente esteja dando um grito para tentar despertar os que aqui estão da responsabilidade que nós temos e quem sabe – não vou dizer Ulysses e Tancredo surgirem aqui –, mas pelo menos um grupo de líderes, que nós somos obrigados a ser, querendo redefinir o rumo no Brasil. Não apenas ajustar-se ao atoleiro da crise em que irresponsabilidades fiscais nos deixaram, mas querer construir um caminho, pavimentar um caminho, definir um rumo diferente. Parabéns pelo seu discurso. Eu espero que seu discurso não seja apenas um discurso...

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador, por favor. (*Intervenção fora do microfone.*) Eu concluo, que não seja apenas mais um discurso desses que a gente faz aqui nas quintas-feiras ou em qualquer tarde, que daí surja uma reflexão que permita trazer a responsabilidade para esta Casa, a imaginação e uma vontade política, para construirmos um rumo novo para o Brasil.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Agradeço a V. Exª, Senador Cristovam. E quero dizer que tenho certeza de que esta Casa vai se agigantar. Temos um momento decisivo no País e o Senado vai ter que exercer o seu papel, e vou perseverar e tenho certeza de que com a grande maioria da Casa.

Queria dizer que é legítimo se solicitar à população ou ao Congresso algum tipo de sacrifício ou até um grande sacrifício. Na história da humanidade, temos visto isso. Agora, não é cabível pedir qualquer sacrifício sem se explicar qual é o caminho do sacrifício, o objetivo a atingir com o sacrifício e a volta que se dará do retorno do sacrifício.

Um dos homens da política que admiro é o Winston Churchill, porque o vi comandar uma resistência na Inglaterra e levar o povo inglês a fazer um sacrifício grande de suor, sangue e lágrimas, mas sabendo pelo que estava lutando e sabendo aonde queria chegar, e poucos conseguiram derrotar muitos. Nós temos que fazer sacrifícios, mas nós temos que, mais do que fazer sacrifícios, é mostrar ao povo brasileiro qual o caminho que se terá para que se consiga almejar um tempo novo. A caminhada será árdua, mas, juntamente com os sacrifícios, também ações positivas e determinantes podem ser feitas.

Acho que o Congresso Nacional, o Senado da República é a Casa da Federação, essa Federação tão massacrada, essa Federação tão dilapidada, tão desestruturada...

(Soa a campainha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – ... o Senado da República precisa enfrentar esse desafio e propor aqui as mudanças e ser, quem sabe, um parceiro do Executivo ou ser o mentor de ações que tragam o Executivo junto, porque somos poderes harmônicos, mas independentes, e com a nossa responsabilidade nós não podemos faltar.

Portanto, fica aqui esse alerta, fica aqui esse apelo, para que nos unamos e possamos construir um novo ambiente econômico e social, possamos discutir as medidas de ajuste, mas não como cortes, não como pontos estanques, não como sacrifícios inglórios, mas como caminhos para uma mudança histórica de desenvolvimento e de progresso para o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Cumprimento V. Exª.

ORDEM DO DIA

Temos uma solicitação do Senador Aloysio Nunes para que se faça a apreciação do item 1.

Temos cinco itens na pauta e, a partir da solicitação de líderes, vamos à apreciação.

Item 1:

Trata-se do:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2012

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2012 (nº 6.338/2005, na Casa de origem), que *dispõe sobre o peso a ser transportado pelo estudante em mochila ou similares.*

Pareceres sob nºs 1.324 e 1.325, de 2013; respectivamente:

– da CE, Relatora: Senadora Angela Portela, favorável, nos termos da Emenda nº 1– CE (Substitutivo), que oferece; e

– da CAS, Relatora: Senadora Angela Portela, favorável e à Emenda nº 1-CE (Substitutivo).

E tem um requerimento de adiamento da discussão, e o Senador Aloysio Ferreira tinha solicitado para se manifestar sobre o item 1 da pauta.

V. Exª tem a palavra.

Temos, então, o item 1 e um requerimento pedindo o adiamento dessa discussão por trinta dias. O Senador Aloysio diverge desse requerimento e tem a palavra. E é bom que o Plenário fique atento para o posicionamento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse projeto de lei que foi aprovado na Comissão de Educação vem a plenário mediante requerimento meu.

O projeto determina, em linhas gerais, o seguinte: visa estabelecer uma correlação entre o peso corporal do aluno, do aluno do ensino básico até o ensino médio, ou seja, da creche, da pré-escola, do fundamental e do 2º grau. Essa correlação deve ser a seguinte: a mochila, ou similar, não poderá ultrapassar – porque ele não omite a existência eventual da tradicional pasta, que eu carregava quando era criança e muitos ainda carregam – o percentual de 15%. A mochila ou similar não poderá ultrapassar 15% do peso corporal do aluno.

E determina também o projeto que as escolas – isso por uma emenda apresentada pela Comissão de Educação – deverão manter armários para guardar as mochilas durante as aulas.

Determina também que o Poder Executivo faça campanhas de esclarecimento sobre os efeitos nefastos do excesso de peso de uma mochila sobre o desenvolvimento do aluno, do corpo do aluno, eventuais traumas na coluna vertebral, nos ombros, bursite, coisas do gênero.

A aferição desse peso é autodeclaratória. O aluno declara qual é o peso da mochila dele, quando o aluno estiver no ensino médio. Ou o pai ou responsável, quando creche, pré-escola ou ensino fundamental.

O projeto parte de uma constatação real, de uma preocupação real, o projeto que veio da Câmara, que é exatamente o fato de que carregar excesso de peso, num organismo em desenvolvimento, pode acarretar perturbações, pode acarretar inconvenientes graves para o desenvolvimento da criança ou do jovem.

No entanto, ele incorre, no meu entender, num certo reflexo que, muitas vezes, nos domina. Vamos falar aqui entre nós, que é um certo fetichismo legislativo, que é a ideia de que basta você colocar numa determinada proposição um certo objetivo, por mais benéfico que seja, esse objetivo pode ser atendido. E também parte de um excesso de ambição legislativa, como se nós pudéssemos, por decisões do Congresso Nacional, afetar e acabar por moldar relações que escapam à disciplina legal, como esta da mãe que prepara o filho para ir à escola e que dá a ele a mochila com os livros que ele deve carregar. Ou da mãe que tem dois filhos, um maiorzinho, mais crescido, mais forte, e outro menor. E ela provavelmente, talvez, infringindo a lei, dá um pouquinho mais de peso e ultrapassa os 15% da massa corporal para o mais forte, para aliviar o peso do mais fraco e acaba infringindo a lei.

Não há sanção, evidentemente. Então, o projeto, nesse ponto de vista, é inócuo. Mas cria inconvenientes. É irrealista. Vejam: nós temos hoje no Brasil cerca de sete milhões de alunos em escolas rurais. São mais de 80 mil escolas rurais, que atendem famílias de baixa renda, de baixo nível escolar, de baixo nível de escolaridade. Então, o menino vai para a escola. A mãe pergunta: "Quanto você pesa, meu filho?" "Não sei. Não tem balança aqui em casa." "Tem que ir à farmácia." Vai lá e pesa 67kg. Ele volta: "Mãe, eu peso 67kg". Mas quanto é 15% de 67? Perplexidade! O Senador Randolfe claro que sabe quanto é 15% de 67. Deve ser dez e alguma coisa. Mas nem todos sabem. Eu confesso que precisaria pegar o meu iPhone para fazer esse cálculo de percentagem.

E os armários? Claro, é muito bom ter armários. Mas nós temos escolas que não têm privada, escolas que têm parede de taipa.

O Congresso Nacional editou há pouco tempo uma lei, o Plano Nacional de Educação, que estabelece um patamar mínimo de serviços de infraestrutura nas escolas: água encanada, luz elétrica, acessibilidade. Apenas 4% das escolas brasileiras atendem esses requisitos fixados no Plano Nacional de Educação. Então, como é que o prefeito vai cuidar de botar armário, às vezes, em escolas de dois, três mil alunos? Convenhamos que, por mais meritória que seja a intenção, eu penso que não é por aí que se resolve o problema.

Eu acho que a sugestão de campanhas educativas mostrando a necessidade de haver compatibilidade entre o peso dos equipamentos escolares e o corpo é altamente meritória. Apenas é uma iniciativa do Executivo, e nós não podemos, por iniciativa parlamentar, impor essa obrigação aos executivos no Brasil.

Por essa razão, penso que nós devemos rejeitar o projeto, com a perspectiva de que esse assunto venha a ser tratado no futuro, talvez nesta legislatura, e nós possamos dar a ele um tratamento mais adequado. Parece que não é oportuna a aprovação do projeto e me parece que o seu escopo escapa ao alcance do poder legiferante do Congresso Nacional.

Esse é o meu ponto de vista que gostaria de compartilhar com os colegas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – É importante, Senador Aloysio.

Tenho um requerimento, sobre a mesa, que propõe o adiamento da discussão da matéria por 30 dias úteis. Nós temos que fazer a apreciação desse requerimento.

Eu gostaria da atenção do Senador Aloysio Nunes.

Há um requerimento, que agora passamos a apreciar, que propõe o adiamento da apreciação da matéria por 30 dias.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 91, DE 2015

Requeiro, nos termos do artigo 279 do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, o adiamento, por 30 dias úteis, da votação do PLC nº 66, de 2012, que *dispõe sobre o peso a ser transportado pelo estudante em mochila ou similares.*

Sala das Sessões, em 4 de fevereiro de 2015. – Senadora **Vanessa Grazziotin,** PCdoB/Amazonas.

(À publicação)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado.

Vamos, então, à apreciação da matéria.

Discussão do projeto e da emenda, em turno único.

Para discutir a matéria.

Como não há oradores inscritos, encerrada a discussão.

O Senador Aloysio já fez uma manifestação na Casa.

Votação da Emenda nº 01 do substitutivo da Comissão de Educação, que tem preferência regimental.

Para encaminhar a votação, não há oradores inscritos.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado o substitutivo, passa-se à apreciação do projeto.

Votação do projeto.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado.

Rejeitado o projeto e o substitutivo, a matéria vai ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – **Item 2** da pauta:

Essa é uma matéria da maior importância, para que se faça justiça às mulheres brasileiras.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2013

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2013 (nº 5.896/2009, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *dispõe sobre a licença à gestante e à adotante, as medidas de proteção à maternidade para militares grávidas e a licença-paternidade, no âmbito das Forças Armadas.*
Pareceres favoráveis, sob nºs 902 a 904, de 2014, da CDH, CAS e CRE, Relatores: Senadores João Capiberibe; Humberto Costa e Senadora Ana Amélia, respectivamente.

Hoje, a licença das mulheres que compõem as Forças Armadas é de apenas quatro meses e a licença para as mulheres que atuam fora das Forças Armadas é de seis meses. Essa matéria tenta corrigir essa distorção.

Parecer favorável, sob o nº 902 a 904, de 2014, da CDH, CAS e CRE, Relatores: Senadores João Capiberibe, Humberto Costa e Senadora Ana Amélia, respectivamente.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do projeto, em turno único.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE. *Fora do microfone*.) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador José Pimentel e Senador Randolfe.

Com a palavra, o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa é uma correção que nós estamos fazendo nos direitos das mulheres, em especial das Forças Armadas, muito importante.

O Congresso Nacional aprovou a licença-maternidade de seis meses para as servidoras públicas municipais, estaduais e civis da União, e, quanto à iniciativa privada, os trabalhadores celetistas da rede particular, dos empregos das empresas particulares, nós determinamos que, nas convenções coletivas, pudessem estender esse direito. No caso das empresas privadas, abate do Imposto de Renda, mas não tratamos das Forças Armadas. Exatamente por isso esse projeto de lei, de iniciativa da Presidenta Dilma, tem como objetivo assegurar às nossas militares os mesmos direitos que têm as servidoras civis da União e do Pacto Federativo.

Quero registrar, também ,que nós temos outra grande distorção que dizia respeito aos médicos militares. Eles eram proibidos de exercer a sua atividade de médicos após a sua aposentadoria ou o sistema correspondente à sua aposentadoria. No Mais Médicos, nós aprovamos uma emenda constitucional e corrigimos.

Portanto, eu peço aos nossos pares a aprovação desse projeto de lei, porque nós estamos assegurando à policial das Forças Armadas o mesmo direito que tem a servidora civil da União, dos Estados, do Distrito Federal e das prefeituras.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu peço à Senadora Lúcia Vânia que aguarde um pouquinho. Nós vamos dar a palavra ao Senador Randolfe e, em seguida, à Senadora Lúcia Vânia.

Com a palavra V. Exª, para discutir a matéria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, neste momento em que votamos matéria importante, de justiça para as servidoras militares, que, na verdade, iguala um direito que já foi consagrado há anos para as servidoras civis, é importante historicizar o tema da ampliação da licença-maternidade, que foi, na primeira década deste século, a partir de 2004/2005, uma causa levantada pela Sociedade Brasileira de Pediatria.

Destaco que – inclusive, partiu de iniciativa da então Senadora Patrícia Saboya – ampliou-se primeiro aqui a licença-maternidade para seis meses e, depois, as assembleias legislativas nos Estados passaram a aprovar matérias da mesma natureza para as servidoras estaduais.

Destaco, com muita honra, que na época em que eu estava na Assembleia Legistativa do Amapá, apresentamos esse projeto de lei de ampliação da licença-maternidade para seis meses, aprovamos, depois foi sancionado pelo governador, e o Amapá foi o primeiro Estado do País a fazer a ampliação para as suas servidoras civis.

Então, o que ocorreu foi que nós temos aí um hiato de quase oito, nove anos entre esse direito, já ampliado para as servidoras civis da União, já ampliado para as servidoras civis dos Estados, já ampliada também a faculdade do direito para a iniciativa privada, e o direito não é consagrado para as servidoras militares.

O projeto vem em ótima hora. Saúdo o autor, os relatores, a Mesa, por colocá-lo de imediato em apreciação. É um projeto que completa o ciclo de que, no Brasil, todas as servidoras, todas as mães têm não só quatro meses, mas também têm o direito necessário de seis meses de licença-maternidade, que, diga-se de passagem, é dito pela ciência serem necessários. Os quatro meses são inadequados. As colegas Senadoras que são mães poderão falar com maior autoridade sobre o assunto.

A Ciência já diz que o período anterior de quatro meses é inadequado e insuficiente para a criação das sinapses necessárias entre a criança e a mãe. E uma criança bem amamentada, com a razoabilidade desse tempo de seis meses, é uma criança que terá maior imunidade, inclusive, contra as suas doenças, no futuro.

Felicito por apreciarmos, nesta tarde, este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu agradeço. De fato, tanto o Presidente Renan como eu ficamos sensibilizados com essa matéria. Entendemos que esta é uma matéria que faz com que a deliberação do Senado se reencontre com os interesses da sociedade, especialmente o das mulheres.

Eu ouço, para discutir a matéria, a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria também, a exemplo do que fizerem aqui os Senadores que me antecederam, de saudar a aprovação deste projeto, que é muito oportuno. Quero cumprimentar V. Exª e o Senador Renan Calheiros por colocar em pauta, exatamente na semana próxima ao Dia Internacional da Mulher, um projeto dessa envergadura.

É preciso reforçar que a proteção à maternidade em todas as suas nuances deve ser considerada e tratada como parte do arcabouço da garantia de direitos humanos e da proteção à família, ao ato da maternidade e, consequentemente, da prole. Portanto, é um projeto importante. Ele vem complementar outros projetos que aqui já foram referidos, enfatizando a importância da maternidade, enfatizando principalmente a importância dessa licença, estendida agora às integrantes do corpo militar.

Assim, deixo aqui os meus cumprimentos a V. Exª, os meus cumprimentos a todas as mulheres desta Casa, principalmente as Senadoras, que têm lutado para que esses projetos relativos à mulher e, sobretudo, aqueles projetos direcionados a garantir os direitos humanos sejam prioridades nesta Casa, principalmente no mês próximo vindouro, em que vamos comemorar o Dia Internacional da Mulher.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu cumprimento a Senadora Lúcia Vânia.

Ouço agora, para discutir a matéria, a nossa Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Da mesma forma, também quero manifestar aqui o meu apoio a esse projeto. É um projeto de autoria do Executivo, portanto, da Presidenta Dilma, e que visa a equiparar o direito das nossas militares ao direito já concedido às servidoras públicas e às demais mulheres do País, na iniciativa privada.

Foi uma grande conquista poder aumentar a licença-maternidade de quatro para seis meses, e não poderia haver ainda um dos setores da sociedade, uma das categorias sem ter esse direito.

Eu queria saudar V. Exª, o Presidente Renan, toda esta Casa e o nosso Líder do Governo no Congresso, que aqui fez a defesa e o encaminhamento, o Senador Pimentel, por essa matéria estar na pauta já próximo ao mês de março, como disse a Senadora Lúcia Vânia. E nós vamos ter outras matérias relativas a direito e interesses das mulheres.

Então, eu gostaria de saudar a todos e, sobretudo, a Presidenta Dilma, que teve a sensibilidade de mandar a esta Casa um projeto de lei para igualar os direitos.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu também cumprimento a Senadora Gleisi Hoffmann e faço questão de ressaltar que essa é uma iniciativa do Executivo, da Presidenta Dilma, mãe, avó, que faz justiça às mulheres que fazem a opção pela carreira militar. Então, acho que esse é um projeto da maior importância.

Vamos seguir.

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2013

(N° 5.896/2009, na Casa de origem)

(De iniciativa da Presidência da República)

Dispõe sobre a licença à gestante e à adotante, as medidas de proteção à maternidade para militares grávidas e a licença-paternidade, no âmbito das Forças Armadas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Será concedida licença à gestante, no âmbito das Forças Armadas, conforme o previsto no inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal, para as militares, inclusive as temporárias, que ficarem grávidas durante a prestação do Serviço Militar.

§ 1º A licença será de 120 (cento e vinte) dias e terá início *ex officio* na data do parto ou durante o 9º (nono) mês de gestação, mediante requerimento da interessada, salvo em casos de antecipação por prescrição médica.

§ 2º A licença à gestante poderá ser prorrogada por 60 (sessenta) dias, nos termos de programa instituído pelo Poder Executivo federal.

§ 3º No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto.

§ 4º No caso de natimorto, decorridos 30 (trinta) dias do parto, a militar será submetida à inspeção de saúde e, se julgada apta, reassumirá o exercício de suas funções.

§ 5º No caso de aborto, atestado pela Junta de Inspeção de Saúde das Forças Armadas, a militar terá direito a 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde própria.

Art. 2º Fica assegurado o direito à mudança de função quando as condições de saúde da militar gestante, atestadas pela Junta de Inspeção de Saúde das Forças Armadas, o exigirem, bem como o retorno à função anteriormente exercida, logo após o término da licença à gestante.

Art. 3º À militar que adotar ou obtiver a guarda judicial de criança de até 1 (um) ano de idade serão concedidos 90 (noventa) dias de licença remunerada.

§ 1º No caso de adoção ou guarda judicial de criança com mais de 1 (um) ano de idade, o prazo de que trata o *caput* deste artigo será de 30 (trinta) dias.

§ 2º Poderá ser concedida prorrogação de 45 (quarenta e cinco) dias à militar de que trata o *caput* e de 15 (quinze) dias à militar de que trata o § 1º deste artigo, nos termos de programa instituído pelo Poder Executivo federal que garanta a prorrogação.

Art. 4º Durante o período de amamentação do próprio filho, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a militar terá direito, durante a jornada de trabalho, a uma hora de descanso, que poderá ser parcelada em 2 (dois) períodos de meia hora.

§ 1º No caso de a gestante optar pela prorrogação da licença, de acordo com o § 2º do art. 1º desta Lei, não fará jus, durante o gozo da prorrogação, ao período de amamentação citado no *caput* deste artigo.

§ 2° A Junta de Inspeção de Saúde das Forças Armadas poderá propor a prorrogação do período de 6 (seis) meses, em razão da saúde do filho da militar.

Art. 5º Se o tempo de serviço da militar temporária for concluído durante a licença à gestante ou à adotante, a militar deverá ser licenciada ao termino da referida licença e após ser julgada apta em inspeção de saúde para fins de licenciamento.

Parágrafo único. O tempo de serviço adicional cumprido pela militar temporária em função do disposto no *caput* deste artigo contará para todos os fins de direito, exceto para fins de caracterização de estabilidade conforme previsto na alínea *a* do inciso IV do art. 50 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980.

Art. 6º Pelo nascimento ou adoção de filhos, o militar terá direito à licença-paternidade de 5 (cinco) dias consecutivos.

Art. 7º Ato do Poder Executivo disciplinará a concessão da licença à militar gestante e à militar adotante, da licença por motivo de gravidez de risco e da licença-paternidade e indicará as atividades vedadas às militares gestantes.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – **Item 3** da pauta:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2013

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2013 (nº 6.472/2009, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *altera a Lei nº 11.145, de 26 de julho de 2005, que institui a Fundação Universidade Federal do ABC – UFABC, e dá outras providências.*

Também é um projeto de iniciativa do Executivo – é importante o Líder ficar atento –, que institui a Universidade Federal do ABC e dá outras providências.

Pareceres favoráveis, sob nºs 722 e 723, de 2014, da CCJ e da CE. Relatores: Senador Eduardo Suplicy e Senador Aloysio Nunes Ferreira, respectivamente.

Quer dizer, os dois Senadores de São Paulo foram os Relatores desta matéria.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do projeto, em turno único, que institui a Fundação Universidade Federal do ABC, de iniciativa do Executivo, do Governo Federal.

Para discutir a matéria, o Líder do Governo no Congresso, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE. Para discutir. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, o nosso Governo encaminhou ao Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação, em 2010, plano esse que foi objeto de um conjunto de audiências públicas e de debates. Aqui, no Senado, ele sofreu uma série de mudanças para melhor.

Voltou à Câmara, e a Câmara manteve o texto aprovado no Senado. Ali nós decidimos que queremos que, ao final desse Plano Nacional de Educação, no mínimo 40% da população brasileira entre 18 e 29 anos de idade esteja cursando ou tenha sua graduação completa. E, para isso, é necessária uma forte presença do Estado nacional no mundo universitário em parceria com a educação da livre iniciativa. E esses dois grandes ramos, a educação da livre iniciativa juntamente com o setor público – e aqui a União precisa ter uma presença muito forte –, irão assegurar e garantir o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação. E, ao mesmo tempo, nosso Governo passou a criar uma série de universidades públicas federais de qualidade e gratuitas. No meu Estado, o Estado do Ceará, por exemplo, nós tínhamos apenas uma universidade federal. Hoje, estamos com três e temos 35 Municípios do Estado do Ceará com a presença de *campi* da nossa universidade para assegurar a descentralização. Se formos para qualquer Estado da Federação, todos eles tiveram mais um acréscimo.

Senador Luiz Henrique, na nossa Santa Catarina, há uma experiência muito forte de faculdades municipais em parceria com a comunidade, e esse processo também teve uma série de adequações a partir dos nossos Senadores, nossos Deputados, nossos Governadores daquele Estado. E V. Exª é um forte defensor dessa política de melhoria, de ampliação das nossas universidades.

E essa do ABC vem exatamente com esse compromisso, para que possamos ter mais estudantes em escola pública de qualidade.

Por isso, peço aos nossos pares que votem favoravelmente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Passamos à apreciação da matéria, já que não há mais inscritos para discuti-la.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Cumprimento toda a população do ABC paulista pela aprovação dessa matéria aqui no Senado Federal.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2013
(Nº 6.472/2009, na Casa de origem)
(De iniciativa da Presidência da República)

Altera a Lei nº 11.145, de 26 de julho de 2005, que institui a Fundação Universidade Federal do ABC – UFABC, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Os arts. 1º e 2º da Lei nº 11.145, de 26 de julho de 2005, que institui a Fundação Universidade Federal do ABC – UFABC, passam a vigorar com a seguinte redação.

"Art. 1º Fica instituída a Fundação Universidade Federal do ABC – UFABC, fundação pública dotada de personalidade jurídica de direito público, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Santo André, Estado de São Paulo.
Parágrafo único. (Revogado)."(NR)
"Art. 2º A UFABC terá por objetivo ministrar educação superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação multicampi na região do ABC paulista, bem como em outras localidades de interesse institucional."(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Fica revogado o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.145, de 26 de julho de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – **Item 4**:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 114, DE 2013

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2013 (nº 4.846/2012, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para incluir dispositivos sobre campanhas educativas.*

Então, o projeto trata tão somente de acrescentar na Lei de Resíduos Sólidos a permissão para que se aplique os recursos em campanhas educativas.
O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) –

Pareceres sob o nº 1.076 e 1.077/2014, respectivamente:
– da Comissão CCJ, tendo como Relator o nobre Senador Luiz Henrique, que foi um parecer favorável ao projeto, com as Emendas 1 e 2 da Comissão de CCJ, de redação, que apresenta;
– da CMA, tendo como Relator Cícero Lucena, favorável ao Projeto e as Emendas 1 e 2 – CCJ, de redação.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.
Ponho em discussão a matéria e passo a palavra a um dos relatores, o competente e grande relator Senador Luiz Henrique.
O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.
Esclareço ao Plenário que este é um dos projetos dos muitos projetos importantes que foram apresentados pelo ex-Deputado Federal Onofre Santo Agostini, que foi meu Secretário do Desenvolvimento Econômico, onde realizou um trabalho extraordinário.
O projeto promove importante inovação legislativa ao buscar incorporar à Política Nacional de Resíduos Sólidos a realização de campanhas educativas sobre limpeza urbana e gestão desses resíduos. Isso só já explica a relevância desse projeto, que visa a divulgação de cuidados com o meio ambiente para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos brasileiros.
Por isso, Sr. Presidente, peço aos nobres pares que aprovem este projeto na forma como eles foram relatados e aprovados nas Comissões.
O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Votação do projeto sem prejuízo das emendas.
Para encaminhar a votação. *(Pausa.)*

Não há oradores inscritos.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Votação das Emendas 1 e 2 da CCJ e CMA, de redação.

As Srªs e Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será publicada na forma regimental.

É o seguinte o parecer:

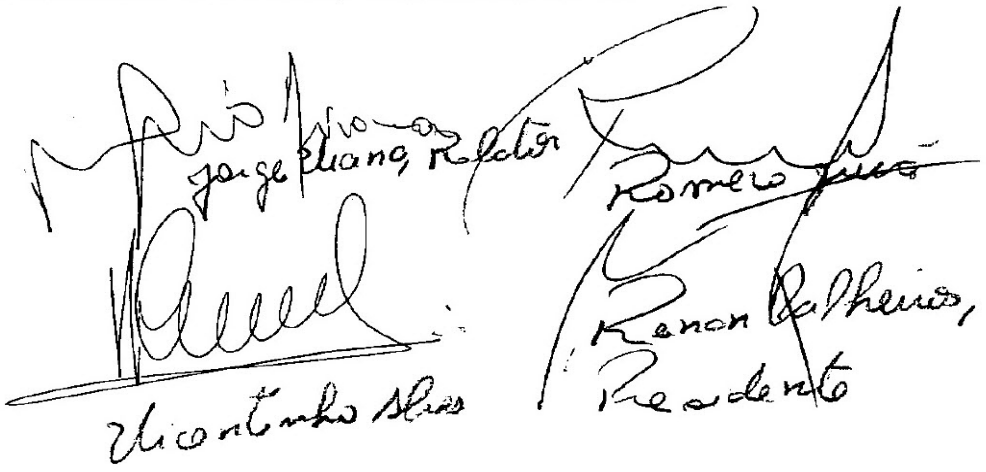
PARECER
Nº 3, DE 2015
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2013 (nº 4.846, de 2012, na Casa de origem).

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2013 (**nº** 4.846, de 2012, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para incluir dispositivos sobre campanhas educativas*, consolidando as Emendas nº 1 e nº 2 – CCJ/CMA, de redação, aprovadas pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 26 de fevereiro de 2015

Sala de Reuniões da Comissão, 26de fevereiro de 2015



Senador **RENAN CALHEIROS**, Presidente.
Senador **JORGE VIANA**, Relator.
Senador **ROMERO JUCÁ**.
Senador **VICENTINO ALVES.**

ANEXO AO PARECER Nº 3, DE 2015

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2013 (nº 4.846, de 2012, na Casa de origem).

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para incluir dispositivos sobre campanhas educativas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para incluir dispositivos sobre campanhas educativas.

Art. 2º O art. 16 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 16. A elaboração de plano estadual de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para os Estados terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, inclusive campanhas educativas, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.
>
> .....
>
> § 3º Respeitada a responsabilidade dos geradores nos termos desta Lei, as microrregiões instituídas conforme previsto no § 1º abrangem atividades de coleta seletiva, recuperação, reciclagem, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos e a gestão de resíduos de construção civil, de serviços de transporte, de serviços de saúde, agrossilvopastoris ou outros resíduos, bem como campanhas educativas relacionadas à gestão de resíduos sólidos, de acordo com as peculiaridades microrregionais." (NR)

Art. 3º O art. 17 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 17. .....
>
> .....

VI – programas, projetos, ações e campanhas educativas relacionados à gestão de resíduos sólidos para o atendimento das metas previstas;

.....

§ 3° Respeitada a responsabilidade dos geradores nos termos desta Lei, o plano microrregional de resíduos sólidos deve atender ao previsto para o plano estadual e estabelecer soluções integradas para a coleta seletiva, a recuperação, a reciclagem, o tratamento e a destinação final dos resíduos sólidos urbanos e, consideradas as peculiaridades microrregionais, de outros tipos de resíduos, bem como divulgar campanhas educativas relacionadas à gestão de resíduos sólidos." (NR)

Art. 4° O art. 18 da Lei n° 12.305, de 2 de agosto de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18. A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, inclusive campanhas educativas, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

§ 1° .....

.....

II – implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como divulgarem campanhas educativas relacionadas à gestão de resíduos sólidos.

....." (NR)

Art. 5° O inciso X do art. 19 da Lei n° 12.305, de 2 de agosto de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19. .....

.....

X – programas, ações de educação ambiental e campanhas educativas que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos;

....." (NR)

Art. 6° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(À publicação)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Em discussão a redação final. (*Pausa*.)
Encerrada a discussão.
Em votação.
As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)
Aprovada.
A matéria vai à sanção.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.
O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana.Bloco Apoio Governo/PT – AC.) – Último item da pauta.

Item 6:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 123, DE 2013
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2013)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2013, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que *altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, para estabelecer a titulação em nível de pós-graduação como exigência mínima para o ingresso na Carreira de Magistério Superior.*
Parecer sob nº 327, de 2013, da CE, Relatora: Senadora Ana Amélia, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que apresenta.

A matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 6, de 2013.

Há, sobre a mesa, requerimento que será lido, de autoria do Senador Aloysio Nunes, que é o autor do projeto.

Nos termos do art. 279, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o PLS nº 123, de 2013, seja reexaminado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

É o seguinte o requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 92, DE 2015

Senhor Presidente,
Nos termos do art. 279, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que, o PLS nº 123, de 2013, seja reexaminado pela **Comissão de Educação, Cultura e Esporte** do Senado Federal.
Sala das Sessões, em de fevereiro de 2015. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira,** PSDB/SP.

(À publicação)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana.Bloco Apoio Governo/PT – AC.) – Então, o autor da matéria pede a retirada de pauta, para que ele possa ser apreciado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte e, inclusive, solicitou em Plenário, recentemente, a retirada dessa matéria.
Em votação o requerimento.
As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)
Aprovado.
A matéria volta à Comissão de Educação.
O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana.Bloco Apoio Governo/PT – AC.) –Em apreciação o **Requerimento nº 70, de 2015**, da Senadora Ana Amélia e outros Srs. Senadores, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 577, de 2007, e 250, de 2009.
Em votação o requerimento. (*Pausa*.)
As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)
Aprovado.
O Projeto de Lei do Senado nº 577, de 2007, uma vez que já se encontra instruído pela CRA, retorna ao exame na CAE, seguindo posteriormente para CAS e em decisão terminativa.
O Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2009, uma vez que já se encontra instruído na Comissão de Educação, será incluído na Ordem do Dia oportunamente.
Senador Luiz Henrique, V. Exª pediu a palavra?
Como não há objeção, a matéria vai à Comissão.
Encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2014 (nº 7.409/2010, na Casa de origem), que *dispõe sobre a obrigatoriedade de as agências que comercializam veículos automotores informarem o valor dos tributos incidentes sobre a venda e a situação de regularidade do veículo quanto a eventual existência de multas, débitos de impostos, de taxas e de seguro obrigatório, alienação fiduciária ou qualquer registro que impeça a livre circulação do veículo.*

Parecer sob nº 1.078, de 2014, da CMA, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CMA, de redação, que apresenta.

7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, DE 2013 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2013 – Complementar, do Senador Roberto Requião, que *insere parágrafo no art. 19 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e altera redação do art. 10 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para dar às micro e pequenas empresas, nos casos de aquisição de produtos sujeitos à substituição tributária, o direito de pagar ICMS pela alíquota máxima a elas aplicáveis, tendo como base de cálculo o valor real da operação.*

Parecer sob nº 923, de 2014, da CAE, Relatora: Senadora Gleisi Hoffmann, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CAE, que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana.) – Voltamos à lista de oradores inscritos.

Senador Luiz Henrique fará uso da palavra e, em seguida, o Senador Raimundo Lira, em permuta.

Senador Luiz Henrique, V. Exª tem a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Jorge Viana, Srªs e Srs. Senadores, trago a esta tribuna assunto da maior relevância para o nosso País. Trata-se do projeto de emenda constitucional, proposto pelo ilustre Senador Pedro Simon, que tomou o número 457, em 2005, que autoriza ou estabelece o prazo da aposentadoria compulsória para os 75 anos.

Essa matéria é fundamental para o nosso País. Segundo estudo realizado pela Federação das Indústrias de São Paulo, o Brasil economizará, em aposentadorias municipais, estaduais e federais, o equivalente a quase R$6 bilhões.

A matéria foi aprovada nesta Casa. Teve longa tramitação na Câmara dos Deputados e está pronta para ser deliberada em Plenário.

Eu entendo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que é da maior relevância a aprovação dessa matéria.

Procurei investigar o histórico da aposentadoria compulsória. Ela surgiu, no Direito brasileiro, na Constituição de 1934. Ali se fixava a aposentadoria compulsória para juízes – somente para juízes – e a estabelecia em 75 anos. Repito: na Constituição de 1934, a aposentadoria compulsória foi estabelecida, para magistrados, com a idade máxima de 75 anos.

Qual era, Sr. Presidente, a expectativa de vida em 1934? A expectativa de vida, em 1934, era de 36 anos, e o Congresso estabeleceu a norma constitucional de aposentadoria aos 75 anos.

A Constituição que a seguiu, em 1946, a Constituição democrática – esclareço melhor – que a seguiu, em 1946, estabeleceu o limite atual de 70 anos e estendeu o benefício da compulsória para todos os servidores públicos. Na época, em 1946, o brasileiro morria em média aos 43 anos, e o legislador estatuiu a aposentadoria compulsória em 70 anos.

O Texto Constitucional atual – e eu me penitencio, porque fui um dos seus subscritores – não levou em consideração a evolução demográfica, não levou em consideração a elevação constante da qualidade de vida e da expectativa de vida em nosso País.

Hoje, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a expectativa de vida no nosso País está próxima dos 73 anos. No Estado de Santa Catarina, ela já atingiu 77 anos. E nós temos aposentadoria compulsória aos 70 anos.

Proibidos de continuar a servir o Estado brasileiro, servidores da maior competência, que aos 70 anos têm plena higidez física e mental, estão no auge da sua experiência. Quantos ministros de grande qualidade jurídica, de grande competência nós já perdemos no Supremo Tribunal Federal, no Superior Tribunal de Justiça, nos tribunais federais e nos órgãos estaduais de Justiça? Quantos?

No meu Estado, durante o período de quase oito anos em que servi como Governador, vi aposentarem-se magistrados com plena capacidade de continuar o seu trabalho.

Quantos quadros excelentes já perdeu o Itamaraty? Quantos quadros espetaculares já perdeu o Banco Central? Simplesmente porque a norma constitucional diz que, ao fazerem 70 anos de idade, têm que ir embora.

Nós precisamos mudar essa norma.

Nós precisamos facultar àquele servidor que o quiser que continue trabalhando, pelo menos até os 75 anos de idade.

O Senador Pedro Simon foi muito oportuno ao propor essa Emenda Constitucional. Em sua homenagem, quero ler um trecho da justificativa de seu projeto onde ele assinala que a Constituição Federal ainda não assimilou totalmente as mudanças demográficas, pois proíbe que alguém com mais de 70 anos possa ser servidor público ou mesmo nomeado para cargos de magistrado e outros de semelhante relevância.

Venho a esta tribuna para fazer um apelo aos nobres Srs. Deputados Federais para que aprovem, e aprovem já, este projeto, que é essencial inclusive àquilo que pretende o Governo, de fazer um ajuste nas contas públicas, porque permitirá uma grande economia, que a Fiesc, como já disse, supõe atinja quase R$6 bilhões.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, trago esse assunto a esta tribuna por entendê-lo da maior relevância para o nosso País, da maior relevância para o serviço público, da maior relevância para o ajuste público, da maior relevância para o ajuste público e da maior relevância para a eficiência da prestação de serviços públicos à população.

Durante o discurso do Sr. Luiz Henrique, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Raimundo Lira.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Caro colega Senador Luiz Henrique, eu pediria a gentileza e a honra de V. Exª assumir a Presidência da Mesa para que eu possa fazer o meu pronunciamento.

O Sr. Raimundo Lira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Concedo a palavra ao meu caro colega Senador que foi extraordinário colega Deputado Federal, Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, aproveito esta oportunidade para prestar contas de minhas primeiras ações em favor do desenvolvimento da Paraíba e dos propósitos que irão nortear minha atuação parlamentar nesta Casa.

Nesses primeiros dias de mandato, temos participado de reuniões com Ministros e representantes do Governo Federal para discutir e cobrar a execução de obras e programas no meu Estado. Já estive pessoalmente tratando de assuntos importantes para os paraibanos e, em algumas ações, estamos desenvolvendo iniciativas em conjunto com toda a Bancada da Paraíba, colocando os interesses paraibanos como absoluta prioridade.

Serão mais quatro anos de lutas para avançar os principais interesses do povo paraibano junto ao Governo Federal.

Sinto-me orgulhoso de tomar parte nessa iniciativa. Essa oportunidade de, mais uma vez, servir diretamente à população do meu Estado é o que me inspira em minha volta ao Parlamento.

A maior parte das ações governamentais que vamos debater diz respeito às chamadas obras estruturantes, estratégicas ao desenvolvimento do Estado.

Com o Ministério dos Transportes, pretendemos a duplicação da BR-230, no trecho Campina Grande-Cajazeiras até a fronteira com o Estado do Ceará.

Esta, colegas Senadores, é uma das grandes metas do meu mandato, até porque, fazendo aqui um adendo ao meu discurso, eu fui precursor na Paraíba com relação à duplicação de estradas quando, na década de 80, trabalhei fortemente para a duplicação da BR-230, no trecho Cabedelo-João Pessoa. Naquela época, duplicação de estradas era um privilégio dos grandes Estados brasileiros, a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. E conseguimos realizar esse intento e esse sonho.

A BR-230, no trecho paraibano, recebeu o meu apoio no primeiro mandato de Senador, tornando-se uma das melhores estradas federais do Nordeste. Por isso, transformou-se no corredor preferido dos caminhoneiros e transportadores. É atualmente uma estrada congestionada por caminhões, ônibus e veículos leves, tornando-se o seu uso desconfortável e perigoso.

Eu abraço essa obra com entusiasmo, porque, em minha experiência como economista, empresário e homem público, posso garantir que a importância das estradas sempre se mostrou evidente como fator preponderante de desenvolvimento e integração regional, Sr. Presidente.

É por isso que, em meu mandato anterior como Senador, fiquei conhecido em meu Estado como o Senador trabalhador, por estar sempre buscando recursos para construir e melhorar as estradas da Paraíba, entre outras obras estruturantes.

No caso específico da BR-230, a duplicação se faz necessária para reforçar e melhorar a integração econômica entre a Paraíba e os demais Estados do Nordeste. É importante que invistamos nessa infraestrutura de integração, para que a população da Paraíba participe desse eixo dinâmico de desenvolvimento.

No Estado da Paraíba, ainda há muito a se fazer na duplicação da BR-230. Claro, muito já foi feito. O meu antecessor, o Senador Vital do Rêgo, agora no Tribunal de Contas, foi um lutador incansável dessa causa. Obteve do Governo Federal o compromisso de inserir a duplicação do trecho entre Campina e Patos no PAC III, a ser iniciado neste ano de 2015.

E eu mantenho a firme intenção de continuar nessa luta, começando por duas medidas que considero de suma importância: a conclusão das obras do trecho do contorno Raimundo Asfora, em Campina Grande, e a continuação da duplicação dessa estrada até o Município de Cajazeiras, próximo à fronteira do Ceará.

Outra agenda que pretendo avançar na área de transportes é a abertura de um novo caminho de diálogo com o Governo Federal para a construção de um ramal que integre o Estado da Paraíba à ferrovia Nova Transnordestina. Essa ferrovia, senhoras, ou melhor, Srs. Senadores, é uma obra que ligará diversos polos econômicos da Região Nordeste a portos como o de Suape, em Pernambuco, Pecém, no Ceará, e Itaqui, no Maranhão.

Eu não vejo razão para que o Estado da Paraíba e o Porto de Cabedelo não tenham sido incluídos no projeto original. Vou lutar, aqui em Brasília, para que se inclua a construção de um ramal paraibano no projeto, enfim, para que a Paraíba faça parte, ela também, da Transnordestina, ampliando sua capacidade de contribuir e de desfrutar da integração econômica da Região Nordeste e desta com o mercado nacional.

Com a Secretaria Nacional de Portos, discutiremos a modernização do Porto de Cabedelo. Essa é uma obra estratégica, complementar às que já mencionei, afinal o Município de Cabedelo é também o ponto de partida da BR-230, a denominada Transamazônica. Esse porto, assim, também compõe o eixo dinâmico Norte/Nordeste.

É importante informar aos senhores que a Transamazônica tem o seu quilômetro zero no Município de Cabedelo, onde tem o principal porto, ou melhor, o único porto no Estado da Paraíba. Portanto, a sua integração com o resto da região e do País é de suma importância.

A obra de drenagem e aprofundamento do acesso aquaviário é uma medida essencial para que o Porto de Cabedelo comporte navios maiores e, assim, sirva como uma alternativa do escoamento da produção nordestina e da importação dos bens de capital e de matérias-primas necessários ao crescimento da economia da região. Vamos, portanto, lutar pelos investimentos necessários para que essas obras de melhoria do porto se tornem realidade.

Sobre transportes, gostaria ainda de me referir aqui a uma frente importantíssima que deveremos abrir nessa batalha política que vamos travar em Brasília. Trata-se da busca por mais investimentos na infraestrutura da aviação civil do nosso Estado. Já logramos algumas vitórias, como a inclusão, no PAC 2, das seguintes medidas no Aeroporto Regional de Campina Grande: recuperação da pista de pouso e de decolagem; compra de equipamentos mais modernos e sofisticados, que dão mais garantia ao pouso e decolagem das aeronaves e que facilitam o embarque de pessoas portadoras de deficiência. Enfim, são medidas pequenas, mas que já mostram um interesse do Governo Federal no Aeroporto Regional de Campina Grande.

É absolutamente necessário, no entanto, aumentar o tamanho da pista desse aeroporto, para que possa receber aeronaves de maior porte, condizentes com o dinamismo econômico da região.

Por essa mesma razão, devemos continuar a lutar pela construção do Aeroporto Regional de Patos, que já possui uma excelente pista de pouso e é uma boa ideia que, lamentavelmente, continua no papel.

Outra das metas da aviação civil pela qual devemos lutar, e de igual importância, pela qual também vou me empenhar, é a reforma do Aeroporto Internacional Castro Pinto, em João Pessoa.

Em 2007, no primeiro PAC, o Governo Federal ajudou a construir um novo terminal de passageiros para o aeroporto de João Pessoa, ampliando a capacidade deste. Mas ainda falta investir em diversas outras estruturas para que esse aeroporto esteja à altura do potencial turístico e econômico da capital paraibana.

Infelizmente, foi uma reforma e ampliação singela, totalmente incompatível com a importância turística, cultural e econômica da Paraíba. Foram investimentos totalmente diferenciados dos investimentos dos nossos vizinhos Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco. Portanto, nós ficamos numa condição de inferioridade em relação ao desenvolvimento turístico da Região Nordeste. Com a inauguração do Centro de Convenções pelo Governador Ricardo Coutinho, o nosso aeroporto fica ainda mais incompatível com a nossa Capital.

Eu estive em Fortaleza, conhecendo o novo centro de Convenções do Ceará, de Fortaleza; belíssimo, grande, totalmente ocupado com suas atividades, já prevista a sua ocupação ao longo dos anos.

João Pessoa, por obra do Governador Ricardo Coutinho, está concluindo um Centro de Convenções que nada fica a dever aos grandes centros de convenções de Pernambuco e do Ceará, mas o aeroporto vai ficar extremamente defasado e ainda numa condição muito inferior para atender à demanda desse moderno Centro de Convenções, que vai ser inaugurado daqui a pouco tempo em João Pessoa, obra do Governador Ricardo Coutinho.

Por exemplo, não há pontes de acesso às aeronaves, os chamados *fingers*, o que dificulta muito o trânsito de passageiros com dificuldade de locomoção. Devemos também ampliar o espaço para hangares, centros de armazenamento e manutenção, áreas de teste de equipamentos, vias de serviço, entre outras necessidades.

Precisamos, portanto, trabalhar constantemente para avançar essa agenda, para que a modernização do aeroporto de João Pessoa não fique pela metade.

Também vamos lutar para que, finalmente, o Aeroporto de Cajazeiras possa operar normalmente. Nesse sentido, já estive com o Ministro Eliseu Padilha, da Aviação Civil, para discutir com ele a conclusão do terminal de passageiros e a homologação da pista de pouso e decolagem e transformá-lo em um aeroporto regional, atendendo à grande demanda do Sertão dos Estados da Paraíba, do Ceará e do Rio Grande do Norte.

Com o Ministério do Turismo, discutiremos medidas para conter a erosão da falésia do Cabo Branco, em João Pessoa. Há muitos anos, a sociedade civil na Paraíba vem reclamando que se faça algo nesse sentido. A erosão já se encontra tão avançada que a falésia do Cabo Branco tem sofrido com os desmoronamentos. Isso implica riscos e destruição da falésia, um dos principais pontos turísticos da cidade de João Pessoa e do Estado, e riscos à segurança pessoal de banhistas. É necessário, portanto, que contenhamos esses processos erosivos para preservar esse patrimônio natural da Paraíba e do Brasil.

E é importante aqui lembrar que a barreira do Cabo Branco é o ponto mais oriental da América Latina. Então, é extremamente importante do ponto de vista do patrimônio mundial, não só da Paraíba e do Brasil.

Para finalizar essa agenda que vamos tratar com o Governo Federal, neste início de Legislatura, gostaria de mencionar a questão do abastecimento de água. Como sabemos, o Estado da Paraíba é regido por um clima semiárido de chuvas escassas e irregulares, e isso determina economia, alimentação, questões de saúde pública, entre vários aspectos da vida das pessoas.

A questão hídrica, já tratada por mim em pronunciamento anterior, será tratada de forma específica, com profunda análise técnica, em outro pronunciamento.

No meu pronunciamento anterior, eu chamava a atenção aqui da Bancada nordestina para que ficássemos atentos, vigilantes, porque a questão hídrica, que era exclusividade do Nordeste, era uma falta que o Nordeste tinha – a falta d'água, falta milenar, secular –, hoje passou a ser também um problema de grande envergadura na Região Sudeste, a região mais rica do País, onde estão os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro; Estados que detêm mais de 70% do PIB nacional, Estados que têm uma concentração populacional muito grande e que, portanto, detêm maior poder econômico, maior poder político, maior força de pressão junto ao Governo Federal para conseguirem os recursos que deem solução a essa questão hídrica.

Portanto, nós, nordestinos, temos que ficar atentos, agora muito mais, para que a transposição do Rio São Francisco, que não está sendo procedida, que não está sendo construída num ritmo desejável, não seja interrompida com desvio de recursos, parciais ou totais, para esses Estados ricos do País.

Vamos, portanto, Sr. Presidente, conclamar nossos companheiros nordestinos para ficarmos alertas em relação à transposição do Rio São Francisco. Não só a transposição, mas sobretudo a recuperação da Bacia do São Francisco, a revitalização do São Francisco, porque, se o São Francisco não for revitalizado, se não for uma prioridade nacional a revitalização, ele vai acabar se extinguindo. Eu não participo, não sou da Bahia, não sou de Alagoas, não sou de Sergipe, mas eu tenho a convicção porque conheço o Rio São Francisco: se ele não for revitalizado, daqui a algumas dezenas de anos, não vai de nada adiantar a transposição do Rio São Francisco, porque não teremos o Rio São Francisco. É uma prioridade tão importante quanto a transposição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Raimundo Lira, o Sr. Luiz Henrique deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Dário Berger.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Senador Raimundo Lira, cumprimento V. Exª pelo pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB – SC) – A Presidência recebeu da Liderança do Bloco da Maioria os nomes que integram as Comissões Permanentes desta Casa, nos termos dos **Ofícios nºs 12 a 17, de 2015**.

Ficam designados os seguintes membros das Comissões:

CCT

Senadores

Titulares	Suplentes
Valdir Raupp	4. Sandra Braga
João Alberto Souza	5. Edison Lobão
Sérgio Petecão	6. Luiz Henrique
	7. Rose de Freitas

CDR

Senadores

Simone Tebet	4.Sandra Braga
José Maranhão	5.João Alberto Souza
Ricardo Ferraço	6.Garibaldi Alves Filho
	7.Romero Jucá
	8.Dário Berger

CMA

Senadores

Valdir Raupp	4. João Alberto Souza
Sandra Braga	5. Romero Jucá
Otto Alencar	6. Luiz Henrique da Silveira

CRA

Senadores

Waldemir Moka	5.José Maranhão
Rose de Freitas	6.Valdir Raupp
Dário Berger	7.Romero Jucá
Sérgio Petecão	8.Luiz Henrique da Silveira

CE

Senadores

Simone Tebet	6. Raimundo Lira
Sandra Braga	7.Roberto Requião
João Alberto Souza	8.Ricardo Ferraço
Rose de Freitas	9.Hélio José
Otto Alencar	

CDH

Senadores

Dário Berger	4. Simone Tebet
Hélio José	5. Sérgio Petecão
José Maranhão	

São esses os nomes que integram as comissões permanentes desta Casa, nos termos dos Ofícios 12 a 17 de 2005.

São os seguintes os Ofícios:

OF. GLPMDB nº 12/2015

Brasília, 26 de fevereiro de 2015

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente, nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do Bloco da Maioria, integrado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB e Partido

Social Democrático – PSD, para a composição da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT .

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

TITULARES	**SUPLENTES**
1.Valdir Raupp	Sandra Braga
2. João Alberto Souza	Edson Lobão
3. Sérgio Petecão	Luiz Henrique
	Rose de Freitas

Senador **Eunício Oliveira**
Líder do PMDB e do Bloco da Maioria

OF. GLPMDB nº 13/2015

Brasília, 26 de fevereiro de 2015

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente, nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do Bloco da Maioria, integrado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB e Partido Social Democrático – PSD, para a composição da Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE .

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

TITULARES	**SUPLENTES**
1.Simone Tebet	Raimundo Lira
2. Sandra Braga	Roberto Requião
3. João Alberto Souza	Ricardo Ferraço
4. Rose de Freitas	Helio José
5. Otto Alencar	

Senador **Eunício Oliveira**
Líder do PMDB e do Bloco da Maioria

OF. GLPMDB nº 14/2015

Brasília, 26 de fevereiro de 2015

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente, nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do Bloco da Maioria, integrado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB e Partido Social Democrático – PSD, para a composição da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

TITULARES	**SUPLENTES**
1. Dário Berger	Simone Tebet
2. Hélio José	Sérgio Petecão
3. José Maranhão	

Senador **Eunício Oliveira**
Líder do PMDB e do Bloco da Maioria

OF. GLPMDB nº 15/2015

Brasília, 26 de fevereiro de 2015

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente, nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do Bloco da Maioria, integrado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB e Partido Social Democrático – PSD, para a composição da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR .

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

TITULARES	**SUPLENTES**
1. Simone Tebet	Sandra Braga
2. José Maranhão	João Alberto Souza
3. Ricardo Ferraço	Garibaldi Alves Filho
	Romero Jucá
	Dário Berger

Senador **Eunício Oliveira**
Líder do PMDB e do Bloco da Maioria

OF. GLPMDB nº 16/2015

Brasília, 26 de fevereiro de 2015

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente, nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do Bloco da Maioria, integrado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB e Partido Social Democrático – PSD, para a composição da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA .

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

TITULARES	**SUPLENTES**
1. Valdir Raupp	João Alberto Souza
2. Sandra Braga	Romero Jucá
3. Otto Alencar	Luiz Henrique

Senador **Eunício Oliveira**
Líder do PMDB e do Bloco da Maioria

OF. GLPMDB nº 17/2015

Brasília, 26 de fevereiro de 2015

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente, nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do Bloco da Maioria, integrado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB e Partido Social Democrático – PSD, para a composição da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

TITULARES	**SUPLENTES**
1.Waldemir Moka	José Maranhão
2. Rose de Freitas	Valdir Raupp
3. Dário Berger	Romero Jucá
4. Sergio Petecão	Luiz Henrique

Senador **Eunício Oliveira**
Líder do PMDB e do Bloco da Maioria

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente, pela ordem, para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pois não, pela ordem.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero, com muita alegria e satisfação, comunicar que acaba de tomar posse, na Câmara dos Deputados, o companheiro, grande maranhense, Deoclides Macedo. Deoclides foi Deputado Estadual no Maranhão, foi candidato a Vice-Governador do Estado, foi presidente da Federação dos Municípios do Maranhão, porque foi prefeito da cidade de Porto Franco por três vezes e, na última vez, foi reeleito com uma das maiores votações proporcionais do País, mais de 90% do povo do seu Município.

Deoclides Macedo já recebeu, por diversas vezes, o prêmio de prefeito empreendedor pelo Sebrae. Ele tem uma parcela de liderança extremamente importante no Maranhão, tanto que, também fruto dessa liderança, é membro da Assembleia Legislativa do Estado sua irmã Deputada Valéria Macedo. E agora, Deoclides vem se somar a nós, congressistas, trazendo uma parcela importante do povo do Maranhão que é da região sul do Estado.

Então, em meu nome, em nome do Estado do Maranhão, quero cumprimentar o Deputado Federal Deoclides Macedo e cumprimentar a todos os líderes daquela região que hoje estiveram em meu gabinete, e dizer da alegria de, juntos, ombreados, de mãos dadas, trabalharmos pelo povo daquele Estado, especialmente por aquela região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Então, quero me associar também ao Senador Roberto Rocha por essa justa e legítima homenagem.

Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 44 minutos.)

Agenda Cumprida pelo Presidente Renan Calheiros

26/02/2015

Quinta-feira

11h	**Sessão do Congresso Nacional destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 85, de 2015, que "Altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação"** Plenário do Senado
15h	**Recebe o ministro Nelson Barbosa, do Planejamento, Orçamento e Gestão** **Sala de Audiências**
16h	**Ordem do Dia** Plenário

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DELIBERATIVA DO GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR, REALIZADA NO DIA 05 DE FEVEREIRO DE 2015, PARA ELEIÇÃO DA COMISSÃO DIRETORA, BIÊNIO 2015/2016.

Aos cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, às dez horas e trinta minutos, reúne-se no Gabinete do Senador Ciro Nogueira, a Comissão Deliberativa do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, sob a Presidência do Senador Ciro Nogueira. Presentes as Senhoras Senadoras Ana Amélia e Vanessa Grazziotin e os Senhores Senadores Ciro Nogueira e Gladson Cameli, as Senhoras Deputadas Soraya Santos e Iracema Portella, e os Senhores Deputados Jorge Tadeu Mudalen, Átila Lins, Maurício Quintella Lessa, Jutahy Junior, Marcelo Squassoni, Jefferson Campos, Jarbas Vasconcelos, José Rocha, Pedro Vilela, Simão Sessim, Arthur Lira, Paes Landim, Fernando Monteiro, Aguinaldo Ribeiro, Felipe Maia e Eduardo da Fonte para eleger a Comissão Diretora para o biênio 2015/2016, com mandato até fevereiro de 2017. Havendo número legal o Senhor Presidente declara aberto o processo da respectiva votação. Às onze horas e trinta minutos o Senhor Presidente encerra os trabalhos, designando a Deputada Soraya Santos como escrutinadora. Aberta a urna são encontradas vinte e duas cédulas, número que coincide com o dos votantes. Feita a apuração dos votos constata-se que não há voto discrepante e é eleita a seguinte chapa: Presidente: Deputado Maurício Quintella Lessa, Primeiro Vice-Presidente: Senador Ciro Nogueira; Segundo Vice-Presidente: Deputado Átila Lins; Tesoureiro: Senador Sérgio Petecão; Secretária: Deputada Soraya Santos. Para Membros do Conselho Interparlamentar: Senador Gladson Cameli e Deputado Cláudio Cajado. O Presidente proclama os nomes dos eleitos e os declara empossados. Prosseguindo, o Deputado Maurício Quintella Lessa agradece, em seu nome e em nome dos demais eleitos, a confiança manifesta dos seus colegas e enfatiza que continuará a envidar esforços em prol dos trabalhos desta entidade que é o Grupo Brasileiro da União Interparlamentar. Nada mais havendo a tratar, às doze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião e eu, , Silvia Cabral de Araújo, Secretária, lavrei a presente Ata que, assinada, vai à publicação.

SENADOR CIRO NOGUEIRA
PRESIDENTE

ATA DA SESSÃO PLENÁRIA DO GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR, REALIZADA NO DIA 05 DE FEVEREIRO DE 2015, PARA ELEIÇÃO DA COMISSÃO DELIBERATIVA - PERÍODO 2015-2018.

Aos cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, às nove horas e trinta minutos, reúne-se no Gabinete do Senador Ciro Nogueira, a Sessão Plenária sob a Presidência do Senhor Senador Ciro Nogueira. Presentes as Senhoras Senadoras Ana Amélia e Vanessa Grazziotin, os Senhores Senadores Ciro Nogueira e Gladson Cameli, as Senhoras Deputadas Iracema Portella e Soraya Santos, e os Senhores Deputados Jorge Tadeu Mudalen, Átila Lins, Maurício Quintella Lessa, Jutahy Junior, Marcelo Squassoni, Jefferson Campos, Jarbas Vasconcelos, José Rocha, Pedro Vilela, Simão Sessim, Arthur Lira, Paes Landim, Fernando Monteiro, Aguinaldo Ribeiro, Felipe Maia, e Eduardo da Fonte. Havendo número legal o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, lembrando que a presente Sessão Plenária fora convocada, conforme edital publicado no Diário do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, para eleição dos membros da Comissão Deliberativa para o período 2015-2018. Dá-se início, por escrutínio secreto, a eleição da Comissão Deliberativa. Às dez horas e trinta minutos é encerrada a votação. O Senhor Presidente convida a Senhora Deputada Soraya Santos para escrutinadora. Aberta a urna, são encontradas 22 cédulas que coincidem com o número de votantes. Feita a apuração, verifica-se que os 22 votos são favoráveis à chapa apresentada. O Senhor Presidente declara eleitos membros da Comissão Deliberativa os seguintes Parlamentares: Titulares: Senadores José Agripino, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Gladson Cameli, Ana Amélia e Cristovam Buarque; Deputadas Iracema Portella, Soraya Santos e Elcione Barbalho; Deputados Átila Lins, Paes Landim, Simão Sessim, Jorge Tadeu Mudalen, José Rocha, Efraim Filho, Jarbas Vasconcelos, Eduardo da Fonte, Aguinaldo Ribeiro, Maurício Quintella Lessa, Anderson Ferreira, Ricardo Izar, Sarney Filho, Cláudio Cajado e Guilherme Mussi. Suplentes: Senadores Vanessa Grazziotin, Luiz Henrique, Antônio C. Valadares, Eunício Oliveira, Renan Calheiros, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço. Deputados Aníbal Gomes, Fabio Faria, Jutahy Junior, Rodrigo Maia, Arthur Maia, Bonifácio de Andrada, Dilceu Sperafico, José Mentor, Nelson Pellegrino, Paulo Magalhães, Roberto Balestra, Giacobo, Pedro Vilela, Heráclito Fortes, Felipe Maia, Arthur Lira e Marcos Soares. Nos termos do artigo 11 do Estatuto, o Senhor Presidente convoca os membros da Comissão Deliberativa para procederem à eleição da Comissão Diretora. Encerrados os trabalhos é a Ata lida e aprovada Eu, _____, Silvia Cabral de Araújo, secretária, lavrei a presente Ata que irá a publicação.

SENADOR CIRO NOGUEIRA
PRESIDENTE

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia
Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão
Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará
Bloco-PMDB - Fernando Ribeiro* (S)
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco
Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
Bloco-PT - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais
Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso
Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul
PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí
PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte
Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina
Bloco-PMDB - Luiz Henrique*
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas
PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas
Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre
Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal
Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia
PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá
Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima
Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

Mandatos
*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco da Maioria - 22

PMDB-18 / PSD-4

Dário Berger. . . . . PMDB / SC
Edison Lobão. . . . . PMDB / MA
Eunício Oliveira. . . . . PMDB / CE
Fernando Ribeiro. . . . . PMDB / PA
Garibaldi Alves Filho. . . . . PMDB / RN
Hélio José. . . . . PSD / DF
João Alberto Souza. . . . . PMDB / MA
José Maranhão. . . . . PMDB / PB
Luiz Henrique. . . . . PMDB / SC
Omar Aziz. . . . . PSD / AM
Otto Alencar. . . . . PSD / BA
Raimundo Lira. . . . . PMDB / PB
Renan Calheiros. . . . . PMDB / AL
Ricardo Ferraço. . . . . PMDB / ES
Roberto Requião. . . . . PMDB / PR
Romero Jucá. . . . . PMDB / RR
Rose de Freitas. . . . . PMDB / ES
Sandra Braga. . . . . PMDB / AM
Sérgio Petecão. . . . . PSD / AC
Simone Tebet. . . . . PMDB / MS
Valdir Raupp. . . . . PMDB / RO
Waldemir Moka. . . . . PMDB / MS

Bloco de Apoio ao Governo - 20

PT-14 / PDT-6

Acir Gurgacz. . . . . PDT / RO
Angela Portela. . . . . PT / RR
Cristovam Buarque. . . . . PDT / DF
Delcídio do Amaral. . . . . PT / MS
Donizeti Nogueira. . . . . PT / TO
Fátima Bezerra. . . . . PT / RN
Gleisi Hoffmann. . . . . PT / PR
Humberto Costa. . . . . PT / PE
Jorge Viana. . . . . PT / AC
José Pimentel. . . . . PT / CE
Lasier Martins. . . . . PDT / RS
Lindbergh Farias. . . . . PT / RJ
Marta Suplicy. . . . . PT / SP
Paulo Paim. . . . . PT / RS
Paulo Rocha. . . . . PT / PA
Regina Sousa. . . . . PT / PI
Reguffe. . . . . PDT / DF
Telmário Mota. . . . . PDT / RR
Walter Pinheiro. . . . . PT / BA
Zeze Perrella. . . . . PDT / MG

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-5

Aécio Neves. . . . . PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira. . . . . PSDB / SP
Alvaro Dias. . . . . PSDB / PR
Antonio Anastasia. . . . . PSDB / MG
Ataídes Oliveira. . . . . PSDB / TO
Cássio Cunha Lima. . . . . PSDB / PB
Davi Alcolumbre. . . . . DEM / AP
Flexa Ribeiro. . . . . PSDB / PA
José Agripino. . . . . DEM / RN
José Serra. . . . . PSDB / SP
Lúcia Vânia. . . . . PSDB / GO
Maria do Carmo Alves. . . . . DEM / SE
Paulo Bauer. . . . . PSDB / SC
Ronaldo Caiado. . . . . DEM / GO
Tasso Jereissati. . . . . PSDB / CE
Wilder Morais. . . . . DEM / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi. . . . . PR / MT
Douglas Cintra. . . . . PTB / PE
Eduardo Amorim. . . . . PSC / SE
Elmano Férrer. . . . . PTB / PI
Fernando Collor. . . . . PTB / AL
Magno Malta. . . . . PR / ES
Marcelo Crivella. . . . . PRB / RJ
Vicentinho Alves. . . . . PR / TO
Wellington Fagundes. . . . . PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9

PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antonio Carlos Valadares. . . . . PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho. . . . . PSB / PE
João Capiberibe. . . . . PSB / AP
José Medeiros. . . . . PPS / MT
Lídice da Mata. . . . . PSB / BA
Randolfe Rodrigues. . . . . PSOL / AP
Roberto Rocha. . . . . PSB / MA
Romário. . . . . PSB / RJ
Vanessa Grazziotin. . . . . PCdoB / AM

PP - 5

Ana Amélia. . . . . RS
Benedito de Lira. . . . . AL
Ciro Nogueira. . . . . PI
Gladson Cameli. . . . . AC
Ivo Cassol. . . . . RO

Bloco da Maioria	22
Bloco de Apoio ao Governo	20
Bloco Parlamentar da Oposição	16
Bloco Parlamentar União e Força	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	9
PP	5
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)
Ana Amélia* (PP-RS)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
Benedito de Lira* (PP-AL)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
Ciro Nogueira* (PP-PI)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)
Fernando Ribeiro* (Bloco-PMDB-PA)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)
Gladson Cameli** (PP-AC)
Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
Hélio José* (Bloco-PSD-DF)
Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
Ivo Cassol* (PP-RO)
João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)
João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)
José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)
José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
José Serra** (Bloco-PSDB-SP)
Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)
Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
Lúcia Vânia* (Bloco-PSDB-GO)
Luiz Henrique* (Bloco-PMDB-SC)
Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)
Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)
Marta Suplicy* (Bloco-PT-SP)
Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)
Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Wilder Morais* (Bloco-DEM-GO)
Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º - VAGO

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT) - 20	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16
..... **Líder do PMDB - 18** **Líder do PSD - 4** **Omar Aziz** (11) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)	**Líder** **Humberto Costa - PT** (21,27) ..... **Líder do PT - 14** **Humberto Costa** (21,27) **Líder do PDT - 6** **Acir Gurgacz** (10) Vice-Líder do PDT Telmário Mota (9)	**Líder** **Alvaro Dias - PSDB** (22) ..... **Líder do PSDB - 11** **Cássio Cunha Lima** (15) Vice-Líder do PSDB Paulo Bauer (23) **Líder do DEM - 5** **Ronaldo Caiado** (3)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9	**Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9**	**PP - 5**
Líder **Lídice da Mata - PSB** (19,29) Vice-Líderes José Medeiros (13,17,25) Vanessa Grazziotin (20,26) Randolfe Rodrigues (24,28) ..... **Líder do PSB - 6** **João Capiberibe** (1,16) **Líder do PPS - 1** **José Medeiros** (13,17,25) **Líder do PSOL - 1** **Randolfe Rodrigues** (24,28) **Líder do PCdoB - 1** **Vanessa Grazziotin** (20,26)	**Líder** **Fernando Collor - PTB** (7,8) Vice-Líderes Blairo Maggi (6) Eduardo Amorim (5) Marcelo Crivella (2,4) ..... **Líder do PTB - 3** **Fernando Collor** (7,8) **Líder do PR - 4** **Blairo Maggi** (6) **Líder do PSC - 1** **Eduardo Amorim** (5) **Líder do PRB - 1** **Marcelo Crivella** (2,4)	**Líder** **Benedito de Lira - PP** (14,18)

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
4. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
9. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
10. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
11. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
14. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).,
15. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
16. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
19. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
20. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
21. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
22. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).

24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
28. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
29. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) CT - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 04/02/2014

2) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010
Prazo final prorrogado: 19/12/2014
Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS
Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

******. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*******. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

********. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*********. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

**********. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

**********. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.
**********. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
**********. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
**********. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
**********. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33021176
E-mail: coceti@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Reuniões: Terças-Feiras10:00 horas -
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 311-3516/4605
Fax: 3303-4344
E-mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605/3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 3303 4608
Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 61-3303-3972
Fax: 61-3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 311-3498/4604/2
Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 311-3498/4604
Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 10, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE´s nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 3, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.leg.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a criação da Subcomissão Permanente para a Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras, destinada a tratar de assuntos de seu interesse.

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 5, de 2006)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 3303- 3496
Fax: 61 3303-3546

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 9, de 2009)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 3303-3496
Fax: 61 3303-3546

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 32, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506/3321
Fax: 3311-1017
E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Finalidade: Discutir os serviços prestados ao cidadão e à sociedade mediante o uso de informática.

(Requerimento Da Comissão De Ciência, Tec., Inov., Com. E Informática 4, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 61 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda
Telefone(s): 6133031095
E-mail: csf@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011
4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013
5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
PT	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
PSDB	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PTB	
VAGO	1. VAGO
PP	
VAGO	1.
PDT	
VAGO	1.
PSB	
VAGO	1. VAGO
DEM	
VAGO	1. VAGO
PR	
VAGO	1. VAGO
PSD	
VAGO	1. VAGO
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
	COORDENADOR

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:
1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61) 3303-5255
Fax: (61) 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 31/01/2015

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
PRB
VAGO (3)
PSC
PSOL
VAGO (1)
PROS
SD
VAGO (2)

Atualização:31/01/2015

Notas:

1. O Senador Randolfe Rodrigues foi designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. nº 0054-GSRR, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
2. O Senador Vicentinho Alves foi designado para ocupar a vaga do SD, conforme Of. nº 236/2014- GSVALV, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
3. Em 17.11.2014, vago em virtude de o Senador Marcelo Crivella ter comunicado sua desistência de ocupar a vaga do Partido Republicano Brasileiro ? PRB, conforme Oficio nº 042d/2014 ? GSMC, datado de 11.11.2014, lido na sessão do Senado Federal de 17.11.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
SD
VAGO
PROS

Atualização:31/01/2015

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 20/12/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
SD
VAGO

Atualização: 31/01/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN) Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)

Relator do PLDO: Vital do Rêgo (-) (33)

Relator do PLOA: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (32)

Designação: 19/03/2014
Instalação: 25/03/2014

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Eunício Oliveira - PMDB/CE	1. VAGO
Romero Jucá - PMDB/RR	2. VAGO (34)
Waldemir Moka - PMDB/MS	3. Valdir Raupp - PMDB/RO (2)
Ana Amélia - PP/RS	4. VAGO
Gleisi Hoffmann - PT/PR	1. Humberto Costa - PT/PE (30)
Jorge Viana - PT/AC	2. Angela Portela - PT/RR
Zeze Perrella - PDT/MG	3. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
VAGO	1. VAGO
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	2. VAGO
VAGO (24)	1. VAGO
VAGO (15)	2. VAGO (15)
Vicentinho Alves - PR/TO	1. Ataídes Oliveira - PSDB/TO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PT	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (17,35)
VAGO (35)	3. VAGO (8,35)
VAGO (35)	4. VAGO (35)
VAGO (35)	5. VAGO (35)
PMDB	
VAGO (31,5,29,35)	1. VAGO (5,35)
VAGO (5,35)	2. VAGO (10,35)
VAGO (10,35)	3. VAGO (35)
VAGO (35)	4. VAGO (27,35)
VAGO (35)	5. VAGO (28,35)
PSDB	
VAGO (35)	1. VAGO (11,35)
VAGO (35)	2. VAGO (16,35)
VAGO (35)	3. VAGO (18,35)
PSD	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (26,35)
VAGO (4,35)	3. VAGO (4,35)
PP	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (9,35)	2. VAGO (35)
VAGO (35)	3. VAGO (35)
PR	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
PSB	
VAGO (20,35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
DEM	
VAGO (35)	1. VAGO (12,35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
SD	
VAGO (7,22,35)	1. VAGO (7,23,22,35)
PTB	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
Bloco PV, PPS	
VAGO (13,25,35)	1. VAGO (35)
PROS	
VAGO (6,35)	1. VAGO (6,35)

TITULARES	SUPLENTES
PDT	
VAGO (19,35)	1. VAGO (19,35)
PCdoB	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
PSC	
VAGO (35)	1. VAGO (14,35)
PSOL	
VAGO (3,35)	1. VAGO (3,35)
PRB	
VAGO (35)	

Notas:

*. Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

1. Mesa eleita em 25-3-2014.

2. Designado o Senador Valdir Raupp, como membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Henrique, em 24-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 58 de 2014, da Liderança do PMDB.

3. Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.

4. Designados, o Deputado Urzeni Rocha, como membro titular, em substituição ao Deputado Moreira Mendes, que passa à condição de suplente, em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 197 de 2014, da Liderança do PSD.

5. Designados os Deputados Sandro Mabel e Gastão Vieira, como titulares, e o Deputado João Magalhães, como suplente, em vagas existentes, em 27-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nos 241 e 242, de 2014, da Liderança do PMDB.

6. Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro titular, em vaga existente, e o Deputado Dr. Jorge Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Miro Teixeira, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PROS.

7. Designados os Deputados Henrique Oliveira, como membro titular, e Benjamin Maranhão, como suplente, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 90 de 2014, da Liderança do SDD.

8. Designado o Deputado Cláudio Puty, como membro suplente, em substituição ao Deputado Marco Maia, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 307 de 2014, da Liderança do PT.

9. Designado o Deputado João Leão, como membro titular, em substituição ao Deputado Dimas Fabiano, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 182 de 2014, da Liderança do PP.

10. Designados o Deputado Hermes Parcianello, como membro suplente, e o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 278 e 279, de 2014, respectivamente, da Liderança do PMDB.

11. Designado o Deputado Izalci, como membro suplente, em vaga existente, conforme o Ofício nº 414 de 2014, da Liderança do PSDB.

12. Designado o Deputado Carlos Melles, como membro suplente, em vaga existente, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, da Liderança do DEM.

13. Designado o Deputado Paulo Wagner, como membro titular, em substituição ao Deputado Eurico Júnior, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, das Lideranças do PPS e do PV.

14. Designado o Deputado Filipe Pereira, como membro suplente, em vaga existente, em 14-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 152 de 2014, da Liderança do PSC.

15. Designado o Senador Mozarildo Cavalcante, como membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 59 de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

16. Designado o Deputado Cesar Colnago, como suplente, em vaga existente, em 30-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 492, de 2014, da Liderança do PSDB.

17. Designado o Deputado Geraldo Simões, em substituição ao Deputado Márcio Macêdo, em 13-5-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

18. Designado o Deputado Alfredo Kaefer, como suplente, em vaga existente, em 4-6-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 650, de 2014, da Liderança do PSDB.

19. Designado, como membro titular, o Deputado Marcos Rogério, em substituição ao Deputado Félix Mendonça Júnior, e, como membro suplente, o Deputado Félix Mendonça Júnior, em substituição ao Deputado Marcos Rogério, em 9-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 207, de 2014, da Liderança do PDT.

20. Vago em razão da afastamento do Deputado Alexandre Toledo em 10-7-2014, nos termos do art. 56, II e §1º, da Constituição Federal e arts. 235, II e III, e 236, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

21. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Pimenta, em substituição ao Deputado Pedro Uczai, em 8-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 936, de 2014, da Liderança do PT.

22. Designado, como membro titular, o Deputado Benjamin Maranhão, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, e, como membro suplente, o Deputado Henrique Oliveira, em substituição ao Deputado Benjamin Maranhão, em 6-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2014, da Liderança do SD.

23. Designado, como membro suplente, o Deputado Laercio Oliveira, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353, de 2014, da Liderança do SD.

24. Designado, como membro titular, o Senador Alfredo Nascimento, em substituição ao Senador Antonio Carlos Rodrigues, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 73, de 2014, da Liderança do BLUFOR.

25. Designado, como membro titular, o Deputado Penna, em substituição ao Deputado Paulo Wagner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2014, das Lideranças do PV e do PPS.
26. Designado, como membro titular, o Deputado Geraldo Thadeu, em substituição ao Deputado Roberto Dorner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PSD.
27. Designado, como membro suplente, o Deputado Júnior Coimbra, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
28. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Setimo, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
29. Designado, como membro titular, o Deputado Eduardo Cunha, em substituição ao Deputado Alexandre Santos, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1054, de 2014, da Liderança do PMDB.
30. Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa, em substituição ao Senador João Capiberibe, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83, de 2014, da Liderança do PT.
31. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Santos, em substituição ao Deputado Eduardo Cunha, em 26-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1062, de 2014, da Liderança do PMDB.
32. Relator do PLOA 2015 (PLN 13/2014)
33. Relator do PLDO 2015 (PLN 3/2014)
34. Em virtude de renúncia ao mandato para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, conforme ofício nº 23, de 2014, lido em Plenário em 22/12/2014
35. Vago em virtude do final da 54ª Legislatura.

Secretário: Maria do Socorro de L. Dantas
Telefone(s): 3216-6892 **Fax:** 3216-6905
E-mail: cmo@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala"C", Sala 08, Térreo

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I - Infraestrutura	Deputado Waldenor Pereira (PT-BA)
II - Saúde	Senador Jorge Viana (PT-AC)
III - Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG)
IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Deputado Cyro Miranda (-)
V - Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Geraldo Resende (PMDB-MS)
VII - Justiça e Defesa	Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VIII - Poderes do Estado e Representação	Deputado João Leão (-)
IX - Agricultura e Desenvolvimetno Agrário	Deputado Moreira Mendes (-)
X - Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Carlos Bacelar (PR-BA)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Gastão Vieira (-)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSB	Senador João Capiberibe (PSB / AP)
PSDB	Senador Flexa Ribeiro (PSDB / PA)
PR	Deputado Alfredo Nascimento (PR / AM)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Gastão Vieira
PR	Deputado João Maia
PSD	Deputado Eliene Lima
PTB	Deputado Arnon Bezerra (PTB)
PSB	Deputado Paulo Foletto (PSB)
PP	Deputado Sandes Júnior (PP)
PT	Deputado Ronaldo Zulke
PSDB	Deputado Cesar Colnago

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PCdoB	Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB / AM)

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador João Alberto Souza (PMDB / MA)
SD	Senador Vicentinho Alves (PR / TO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSDB	Deputado Nilson Leitão (PSDB)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
PSD	Deputado Urzeni Rocha
PSC	Deputado Silvio Costa (PSC)
PSOL	Deputado Ivan Valente (PSOL)
PROS	Deputado Givaldo Carimbão (PROS)
PMDB	Deputado João Magalhães
DEM	Deputado Felipe Maia (DEM)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Deputado Paulo Pimenta (PT-RS)[1]

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador Vital do Rêgo
PTB	Senador Mozarildo Cavalcanti
PSDB	Senador Cyro Miranda

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Paulo Pimenta (PT)
PMDB	Deputado Sandro Mabel
PSB	Deputado Alexandre Roso
PSD	Deputado Roberto Dorner
PDT	Deputado Marcos Rogério (PDT)
PP	Deputado Betinho Rosado
PPS	Deputado Arnaldo Jardim (PPS)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

COORDENADOR: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senadora Gleisi Hoffmann (PT / PR)
PP	Senadora Ana Amélia (PP / RS)
PMDB	Senador Valdir Raupp (PMDB / RO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Assis Carvalho (PT)
PT	Deputado Luiz Alberto
PMDB	Deputado Alexandre Santos
PR	Deputado Luciano Castro
PSD	Deputado Moreira Mendes
PP	Deputado Lázaro Botelho (PP)
PCdoB	Deputado Daniel Almeida (PCdoB)
SD	Deputado Benjamin Maranhão (SD)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

Instalação: 27/02/2013

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3122
E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

Resolução nº 02, de 2013-CN (Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Maioria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria VAGO
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional VAGO

SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO

Secretário: Marcos Machado Melo
Telefone(s): 3303-3520

Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Resolução nº 2, de 2014

Número de membros: 4 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Resolução nº 1, de 2014-CN

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 12 Senadores e 31 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES

CONSELHOS e ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO
Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	**Presidente** Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	**1º Vice-Presidente** Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobo (PR/PR)	**2º Vice-Presidente** Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	**1º Secretário** Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)	**2º Secretário** Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	**3º Secretário** Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	**4º Secretário** Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder da Maioria VAGO	**Líder do Bloco Parlamentar da Maioria** VAGO
Líder da Minoria VAGO	**Líder do Bloco Parlamentar Minoria** VAGO
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania VAGO	**Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania** VAGO
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional VAGO	**Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** VAGO

Atualização: 04/02/2015

Conselho de Comunicação Social

Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002
Eleição Geral: 22/12/2004
Eleição Geral: 17/07/2012

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 07/08/2014

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 3 Senadores e 3 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PMDB VAGO
PSDB VAGO
PT VAGO

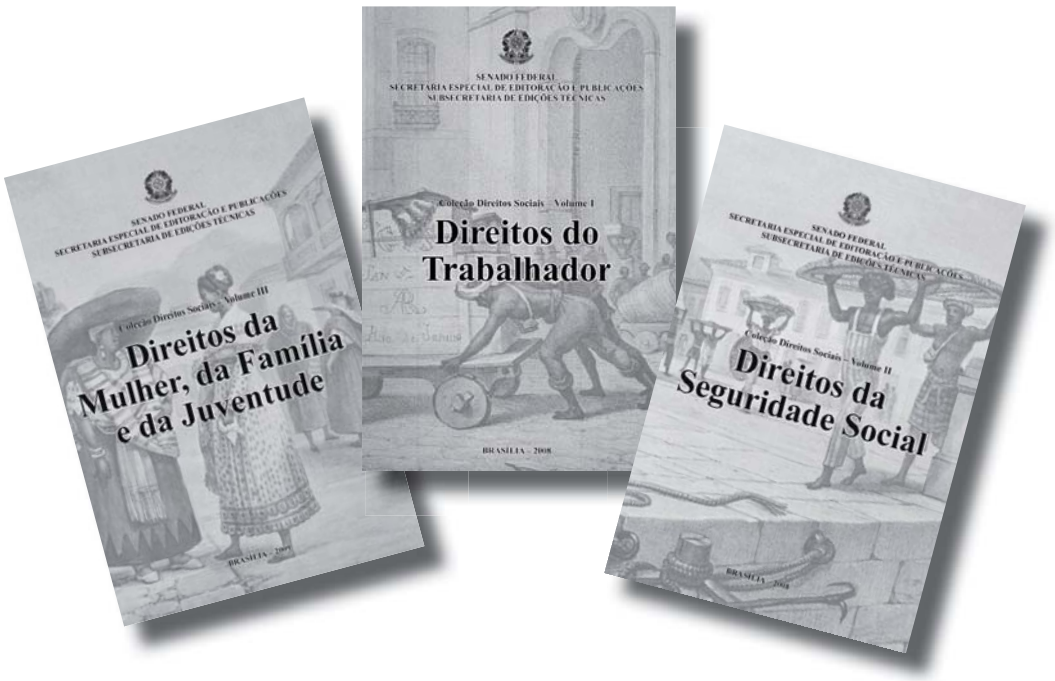
SENADO FEDERAL
PDT VAGO
PMDB VAGO
PTB VAGO
Presidente do Congresso Nacional VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
scop@senado.leg.br

SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 146 páginas

(O.S. 10393/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL